



enda sahel et afrique de l'ouest
groupes recherche action formation (enda graf sahel)

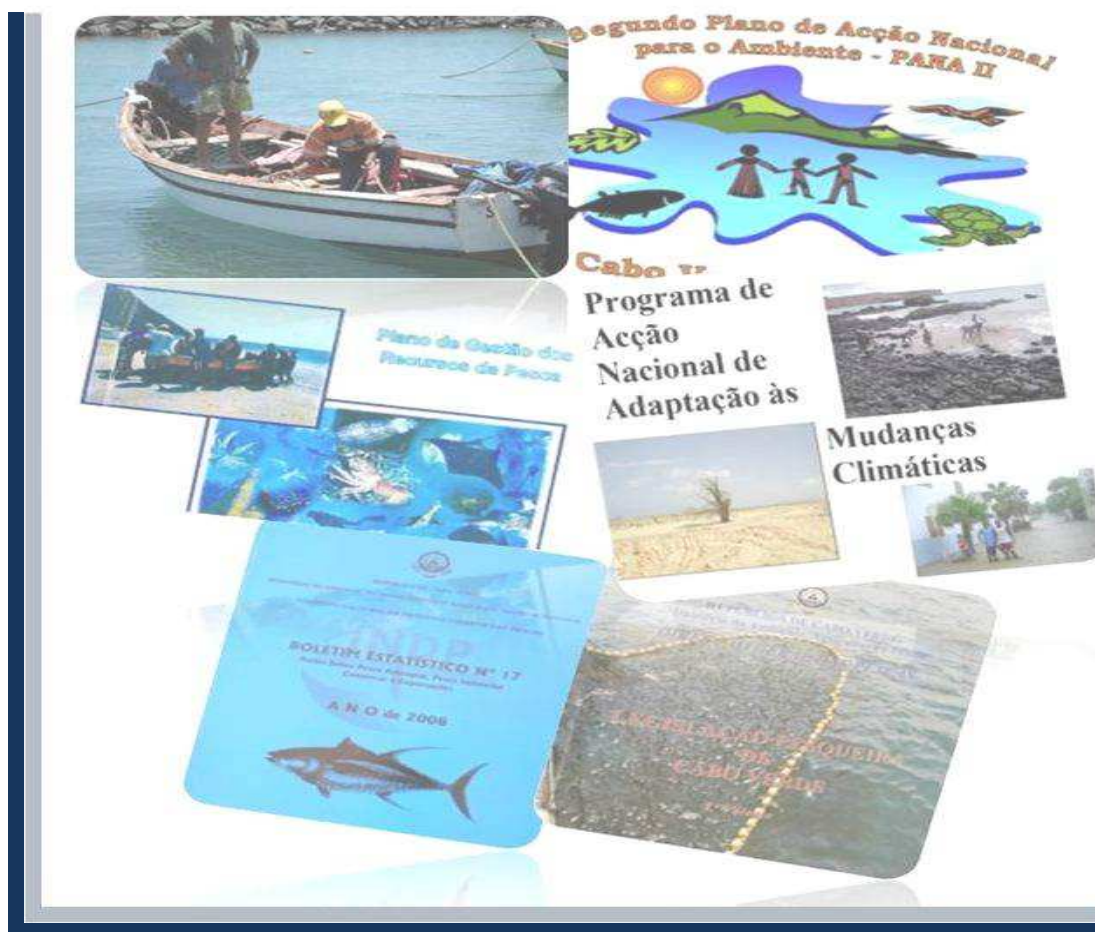


PROJECTO DE PESQUISA - ACÇÃO

**ADAPTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE PESCA ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA
ÁFRICA OCIDENTAL**

APPECCAO/ CABO VERDE

ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS DE PESCA EM CABO VERDE



ABRIL 2011



enda sahel et afrique de l'ouest
groupes recherche action formation (enda graf sahel)



PROJECTO DE PESQUISA - ACÇÃO

**ADAPTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE PESCA ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA
ÁFRICA OCIDENTAL**

APPECCAO/ CABO VERDE

**ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS DE PESCA EM
CABO VERDE**

Mindelo, Abril de 2011

APPECCAO/ CABO VERDE

ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS DE PESCA EM CABO VERDE

Consultor



Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas

Preparado pela Equipa Técnica:

Alcides Varela – Gestor – INDP

Armelinda Delgado – Administradora – INDP

Elisia Cruz – Socióloga – INDP

Ivone Lopes – Tecnóloga de Pescado – DGP

Maria Auxilia Correia – Economista – INDP

Osvaldina Duarte – Economista – INDP (Coordenadora Nacional)

Sandra Correia – Bióloga – INDP

Mindelo, Abril de 2011

INDP (sede)

C.p. 132 Mindelo - S.Vicente, Cabo Verde

Telef. (+238) 232 1370/1373/1374

Fax. (+238) 232 1616/1370

Email www.indp.cv

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os técnicos da DGP, da DGA, do INMG e do INDP, pelos valiosos comentários e sugestões e pela colaboração prestada através do fornecimento de dados e outras informações.

Aos operadores, instituições, autoridades centrais e locais, o nosso agradecimento pelas valiosas contribuições durante as entrevistas e reuniões realizadas.

Um especial agradecimento aos membros das comunidades piscatórias, que de alguma forma contribuíram para a realização deste estudo, especialmente aos actores da pesca artesanal dos sítios de pesquisa de São Pedro, Palmeira e Rincão.

A todos aqueles que directamente e indirectamente contribuíram para a realização deste estudo um especial obrigado.

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise de coerência das instituições e políticas de pesca em Cabo Verde com relação às mudanças climáticas, enquadrado no projecto de adaptação das políticas de pesca às mudanças climáticas na África Ocidental (APPECCAO). O intuito é de analisar os impactos das alterações climáticas nas pescas, facilitar diálogos políticos, locais, nacionais e sub-regional, de forma a ajudar a melhorar as práticas e políticas de pesca, adaptando-as às mudanças climáticas que vêm acontecendo, com o apoio dos saberes científicos e endógenos. Os modelos do painel intergovernamental prevêem para a região do Atlântico Tropical Oriental aumento nas temperaturas médias, diminuição da humidade e precipitação, e ainda um aumento do nível do mar. Com estas projecções torna-se imprescindível conhecer as instituições e políticas de pescas existentes, para um melhor planeamento e adaptação às possíveis alterações ambientais causadas pelas mudanças climáticas e desenvolver políticas coerentes sustentáveis de uso dos recursos.

Palavras-chave: instituições, políticas, mudanças climáticas, pesca.

ABSTRACT

This work makes an analysis of consistency of the institutions and policies for fisheries in Cape Verde with respect to climate change, framed in APPECCAO, the project for fisheries policies adaptation in West Africa, in regards to Climate Change. Goal is to analyse climate change impacts in the fisheries sector, and create a dialogue platform for fisheries policies on a local level, but also national and sub-regional, adapt these policies to impacts of climate change, using local but also scientific knowledge. Intergovernmental climate change panels predicts for the tropical Atlantic region, temperature raises, humidity diminution and sea level increasing. With this predictions, it is of crucial importance to know existent institutions and policies related to fisheries, for better planning and proposals to face possible environment changes, caused by climate change and at the same level develop coherent politics for the sustainable use of marine resources.

Key Word: Institutions, politics, climate change, fisheries.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. OBJECTIVO DO ESTUDO.....	16
3. METODOLOGIA.....	16
4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	17
4.1 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA: GEOGRAFIA, CLIMA E OCEANOGRAFIA	17
4.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA	21
4.3 CARACTERIZAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	22
5. CARACTERIZAÇÃO DOS SECTORES DAS PESCAS E DO AMBIENTE	27
5.1 O SECTOR DAS PESCAS.....	27
5.2 O SECTOR DO AMBIENTE.....	32
5.3 ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL	33
6. CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES CHAVES	37
6.1 DIRECÇÃO GERAL DAS PESCAS – DGP	39
6.2 INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS PESCAS – INDP.....	40
6.3 DIRECÇÃO GERAL DO AMBIENTE - DGA.....	41
6.4 INSTITUTO MARÍTIMO PORTUÁRIO - IMP	42
6.5 COMANDO DA GUARDA COSTEIRA.....	42
6.6 INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA E GEOFÍSICA – INMG.....	43
6.7 FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS PESCAS, SA – FDP, SA	44
7. INSTITUIÇÕES TRANSVERSAIS.....	45
7.1 INSTITUIÇÕES NACIONAIS.....	46
7.1.1 Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano - DGOTDU	46
7.1.2 Instituições de Ensino	47
7.1.3 Poder Local	48
7.1.4 Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos – INGRH.....	49
7.1.5 Direcção Geral de Agricultura Silvicultura e Pecuária – DGASP	49

7.1.6 Direcção Geral dos Transportes - DGT.....	52
7.1.7 Direcção Geral do Turismo	52
7.1.8 ONGs e Associações.....	53
7.2 INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS.....	55
7.2.1 FAO	55
7.2.2 A Comissão Sub-Regional das Pescas - CSRP	56
7.2.3 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD	56
7.2.4 Fundo Mundial para a Natureza - WWF	57
8. POLÍTICAS DO AMBIENTE E DAS PESCAS	57
8.1 POLÍTICAS DE PESCAS.....	59
8.1.1 Legislação Nacional.....	59
8.1.2 Convenções, Acordos, Protocolos e Códigos.....	62
8.2 POLÍTICAS AMBIENTAIS	64
8.2.1 Legislação Nacional.....	66
8.2.2 Convenções, Acordos, Protocolos e Códigos.....	68
8.3 PROGRAMAS, PLANOS DO GOVERNO	70
9. PLANOS E PROJECTOS SECTORIAIS	75
9.1 SECTOR DAS PESCAS	77
9.2 SECTOR DO AMBIENTE	91
9.3 OUTROS SECTORES.....	95
10. ANÁLISE DE COERÊNCIA DAS POLÍTICAS, PLANOS E PROGRAMAS	95
10.1 PRINCIPAIS EMISSORES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA E QUE DESTROEM A CAMADA DE OZONO EM CABO VERDE	98
10.2 ANÁLISE DAS POLÍTICAS DO AMBIENTE E PESCA	100
10.2.1 Percepção da Legislação da Pesca pelos Pescadores dos Sítios Pesquisa – acção.....	106
10.3 ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS, ESTRATÉGIAS E PLANOS SECTORIAIS	107
11. CONCLUSÕES	111

12. RECOMENDAÇÕES	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114
ANEXOS.....	120
A – GUIÃO DE ENTREVISTA	120
B – QUESTIONÁRIO PRÁTICAS DE PESCA.....	121
C – ÁLBUM DE FOTOS.....	127

LISTA DE FIGURAS

Tabela 1 - Frequência observada nos sítios de pesquisa acção	17
Figura 1 - Mapa de Cabo Verde	18
Tabela 2 – Resumo das Convenções Internacionais Ratificadas por Cabo Verde	69
Tabela 3 – Acordos e Protocolos Ratificados por Cabo Verde	70
Figura 2 – Gráfico de temperatura	96
Tabela 4 – Cruzamento do conhecimento do plano de gestão com sítio de pesquisa	106

SIGLAS E ABREVIATURAS

AC	Autoridade Competente
ACCA	Programa de Adaptação às Alterações Climáticas em África
ANMCV	Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde
APPECCAO	Projecto de Adaptação das Políticas de Pescas às Mudanças Climáticas em África Ocidental
B.O	Boletim Oficial
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
CGS	Comissão de Gestão e Seguimento
CITES	Convenção Internacional de Comercio de Espécies da Flora e Fauna Selvagem
CLDP	Comité Local de Diálogo Político
CM	Corrente de Mauritània
CMS	Convenção de Espécies Migratórias
CSRP	Comissão Sub-Regional das Pescas
CVFZ	Zona Frontal de Cabo Verde
DECRP	Documento de Estratégia de Crescimento Económico e Redução de Pobreza
DGA	Direcção Geral do Ambiente
DGASP	Direcção Geral de Agricultura Silvicultura e Pecuária
DGOTDU	Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGP	Direcção Geral das Pescas
DGT	Direcção Geral do Turismo
DGT	Direcção Geral dos Transportes
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FDP	Fundo de Desenvolvimento das Pescas
GEF	Fundo Mundial para o Ambiente
ICCAT	Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico

ICCM	Instituto Canário de Ciências Marinhas
IDEPE	Instituto de Promoção do Desenvolvimento da Pesca Artesanal
IDRC	Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Internacional
IMP	Instituto Marinho e Portuário
INDP	Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas
INE	Instituto Nacional de Estatística
INGRH	Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos
INIP	Instituto Nacional de Investigação das Pescas
INMG	Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica
INTERBASE	Empresa de Comercialização de Produtos do Mar
IPCC	Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas
LBOTPU	Lei de Bases do Ordenamento do Território Planeamento Urbanístico
NACW	Central Norte Atlântica
NAPA	Acção Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas
NATG	Giro Subtropical do Atlântico Norte
NATR	North Atlantic Tropical Gyral Province
NEC	Corrente Norte Equatorial
NECC	Contra Corrente Norte Equatorial
OMM	Organização Meteorológica Mundial
OMZ	Zona Mínimo de Oxigénio
ONGs	Organizações Não-Governamentais
OSC's	Organizações de Sociedade Civil
PAIS	Planos Ambientais Intersectoriais
PAM	Planos Ambientais Municipais
PAN – LCD	Programa de Acção Nacional da Luta contra a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
PANA II	Plano de Acção Nacional para o Ambiente II
PESCAVE	Empresa Encarregue de Captura

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRCM	Programa Regional de Conservação Marinha
PROMOTOR	Projecto de Motorização da Pesca Artesanal
QUIBB	Questionário Unificado dos Indicadores de Bem-estar da População
REPAO	Rede sobre a Política das Pescas na África Ocidental
SACW	Central Sul Atlântica
SCAPA	Sociedade de Comercialização e Apoio a Pesca Artesanal
SEP	Secretaria de Estado das Pescas
SEPA	Secretariado Executivo para o Ambiente
SIAl	Sistema Integrado de Apoio ao Investimento
SAI	Sistema de Informação Ambiental
SSQA	Sistema de Seguimento da Qualidade Ambiental
WWF	Fundo Mundial para a Natureza
ZCIT	Zona de Convergência Inter-Tropical
ZEE	Zona Económica Exclusiva

1.INTRODUÇÃO

A história tem demonstrado que o processo de desenvolvimento económico e a garantia do bem-estar global das sociedades humanas esteve sempre assente numa dependência directa entre o Homem e o ambiente.

Desde o seu surgimento na terra, o homem vem provocando diferentes interferências no meio ambiente em que vive, quer através da criação de animais, da prática da agricultura, da prática da actividade pesqueira, da indústria e de outras actividades afins.

Assim, a evolução e a expansão económica mundial conjugadas com os constantes avanços tecnológicos, evidenciaram diferentes formas de articulação entre o desenvolvimento e a natureza. Essa evolução trouxe consigo um crescimento populacional que se assenta nos recursos naturais para a produção de bens de consumo e serviços, um crescente urbanização. O uso descontrolado dos recursos trás consequências graves designadamente a poluição de solos, da água, do ar e o esgotamento de importantes recursos naturais que tem vindo a inviabilizar o desenvolvimento sustentável.

Em Cabo Verde, assim como em vários outros países da África Ocidental, o sector das pescas é tida como uma actividade multifuncional de grande importância económica, social e ambiental, contribuindo para o equilíbrio da balança de pagamentos e receita do orçamento dos Estados dos países costeiros da sub-região e, ainda, na segurança alimentar das populações. O sector das pescas é também uma importante fonte de rendimento e tem um papel fundamental na redução do desemprego na África Ocidental.

Todos os sectores ligados à pesca em particular, e a economia no geral, bem como, as classes sociais são afectados pelas modificações climáticas e utilização dos recursos naturais ao longo dos anos. A necessidade de procurar um desenvolvimento sustentável torna-se imprescindível nos dias de hoje, para que se possa recuperar e/ou conservar a biodiversidade existente. E tudo isso é tarefa do homem para que ele possa viver em harmonia com o ambiente.

A afectação dos recursos pesqueiros induzida pela mudança climática, é manifestada na perda de importantes habitats costeiros para o eco-biologia das espécies, no aumento da temperatura, na redução da produtividade, entre outros (IPCC, 2001). É importante para o

futuro ter em conta as possíveis alterações ambientais causadas pelas mudanças climáticas e desenvolver políticas coerentes sustentáveis de uso dos recursos. Estas questões vêm sendo discutidas desde 1979, data da primeira conferência climática organizada pela Organização Meteorológica Mundial (OMM).

As projecções climáticas para Cabo Verde, de forma muito geral, apontam para um futuro mais quente e seco. Dependendo dos modelos do Painel Intergovernamental sobre as alterações climáticas, prevêem-se um aumento nas temperaturas médias de até 2,5 °C para a região do Atlântico tropical oriental, e uma diminuição da humidade e precipitação de 5-10% por ano. E ainda, prevêem-se que o aumento do nível do mar pode atingir entre 0,13 e 1,4m, até ao fim deste século. Há previsões de que os seus impactos venham impedir o desenvolvimento de Cabo Verde, consequentemente provocando um desvio dos objectivos estratégicos do país, de evoluir no sentido da auto-suficiência em termos de alimentos e energia. Por outro lado, através de medidas adequadas de adaptação e estratégias resistentes às mudanças climáticas, esses impactos podem ser reduzidos.

De referir que a nível nacional, ainda não existe conhecimentos, dados e informações suficientes que permitem integrar de forma objectiva os desafios impostos pelas mudanças climáticas no sistema de planeamento, por ser necessários processos longos e custosos de recolha, sistematização, tratamento e análise de informações, que comportam vários parâmetros para fazer projecções consistentes. São preocupações que estão na agenda dos governantes e instituições que de uma forma ou outra têm responsabilidade na matéria. Têm procurado monitorar os fenómenos climáticos através das oportunidades surgidas no quadro de cooperações bilaterais e multilaterais a fim de mobilizar recursos e experiências para mais conhecimentos.

Neste contexto, a REPAO (Rede sobre a política das pescas na África Ocidental), com o apoio do IDRC (centro de pesquisa para o desenvolvimento internacional), iniciou um programa de adaptação às alterações climáticas em África (ACCA) baseado na pesquisa acção para melhorar os conhecimentos científicos e locais, sobre o impacto das alterações climáticas no sector das pescas, bem como analisar e propor mecanismos de adaptação a nível local, nacional e sub-regional.

Assim, surge o Projecto de Adaptação das Políticas de pescas às mudanças climáticas em África Ocidental (APPECCAO) com duração de 3 anos (Abril de 2008-Junho de 2011). O objecto global é estudar de forma participativa os impactos das alterações climáticas nas pescas e facilitar diálogos políticos locais, nacionais e sub-regionais. Ainda, ajudar a melhorar as praticas e politicas das pescas, adaptando-as às mudanças climáticas com apoio do saber científico e endógeno.

O projecto abrange os sete (7) países da Comissão Sub-Regional das Pescas – CSRP (Cabo Verde, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Senegal, Serra Leoa e Mauritânia), mas os estudos de pesquisa acção são realizados apenas em Cabo Verde, Guiné e Senegal e os resultados serão extrapolados para os outros países. A selecção dos países foi com base em critérios previamente determinados.

No caso de Cabo Verde a sua escolha baseou essencialmente na sua posição de insularidade, que expõe as zonas costeiras aos riscos relacionados com elevação dos níveis das águas do mar, aumento da salinidade dos solos, a fragilidade da biodiversidade, aos problemas crónicos de acesso à água, aos períodos de secas prolongadas e inundações. Visto que cerca de 80% da população cabo-verdiana está concentrada nas áreas costeiras, qualquer que seja as mudanças ambientais afectarão a sustentabilidade a nível económico, humano, especialmente, a pesca e a economia marítima.

A nível nacional, através de uma equipa pluridisciplinar, o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas tem a responsabilidade de materializar as actividades concernentes ao projecto APPECCAO.

Para implementação do projecto, no cômputo local, foi escolhido 3 sítios para as acções de investigação, a saber: a comunidade de São Pedro em São Vicente, a comunidade de Palmeira na ilha do Sal e a comunidade de Rincão em Santiago. Os sítios foram escolhidos segundo critérios predefinidos: o nível de organização, a vulnerabilidade e a importância da pesca. Em cada sítio foi constituído 1 comité (comité local de dialogo político – CLDP) que, além de facilitar o diálogo político entre a comunidade e os decisores, também, facilita no reconhecimento e valorização das práticas, as políticas e os saberes tradicionais das comunidades piscatórias.

2.OBJECTIVO DO ESTUDO

O presente estudo assenta no objectivo geral do projecto APPECCAO, que visa analisar os impactos das alterações climáticas nas pescas e facilitar diálogos políticos locais, nacionais e sub-regional, e ainda, de ajudar a melhorar as práticas e políticas de pesca, adaptando-as às mudanças climáticas. Especificamente visa elaboração de uma análise de coerência dos aspectos Institucionais e das políticas de pesca e mudanças climáticas em Cabo Verde.

Assim, o estudo aborda os aspectos sobre a articulação das instituições, dos programas, dos projectos ligados ao sector das pescas e ambiental, bem como de todo o quadro jurídico dos mesmos. O ângulo do estudo proposto, incide na análise das políticas do sector e sua relação com as mudanças climáticas, seja no quadro institucional, dos programas e dos projectos desenvolvidos, seja no quadro legal existente, e demais políticas nesta matéria.

3. METODOLOGIA

Para a elaboração desse estudo e com vista a obtenção dos resultados esperados, houve que assentar uma metodologia de carácter qualitativa e quantitativa. Assim, à primeira etapa o objectivo foi recolher toda a informação possível das instituições, dos programas e projectos ligados ao sector da pesca com alguma relação com alterações climáticas. Ainda foi feita a recolha e compilação da legislação cabo-verdiana em matéria de pesca e ambiente, bem como dos instrumentos jurídicos internacionais de que Cabo Verde faz parte, relativos á matéria em estudo.

Para as informações de carácter quantitativo, recolheu-se informações junto aos actores da pesca artesanal dos sítios de pesquisa acção do projecto APPECCAO. Assim foram efectuados entrevistas individuais e em grupo, aplicação de um inquérito que abordou outros temas em estudo no projecto.

A referida recolha de informações abrange os actores da pesca artesanal das três comunidades piscatórias, São Pedro na ilha de São Vicente, Palmeira na ilha do Sal e Rincão na ilha de Santiago, totalizando 97 inquiridos aplicados, com a seguinte distribuição:

Sítio pesquisa – acção	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulada
Palmeira	41	42.3%	42.3%
Rincão	30	30.9%	73.2%
São Pedro	26	26.8%	100.0%
Total	97	100.0%	

Tabela 1 – Frequência observada nos sítios pesquisa acção

Por fim, fez-se a análise de coerência dos dados recolhidos e formulação de recomendações e conclusões sobre a matéria em estudo. Tal análise será apresentada nas diferentes instituições ligadas a pesca e ao ambiente e incorporar as sugestões e recomendações apresentadas no documento. Ainda, o documento será apresentado, para validação, no Conselho Nacional de Pesca.

4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.1 Caracterização Física: geografia, clima e oceanografia

O arquipélago de Cabo Verde é constituído por dez ilhas e alguns ilhéus, de origem vulcânica e fica situado entre 14º 50 - 17º 20 de latitude Norte e, entre 22º 40 - 25º 30 de longitude Oeste, aproximadamente a 600 km da costa ocidental africana, 1.350 milhas marítimas a leste do Brasil e a 2.750 milhas a SW da Grã-Bretanha. As ilhas encontram-se divididas em dois grupos determinados de acordo com a posição dos ventos alísios, sendo:

Grupo de Barlavento que integra: Santo Antão, São. Vicente, Santa Luzia, São. Nicolau, Sal e Boavista e os ilhéus Branco e Raso.

Grupo de Sotavento que integra: – Maio, Santiago, Fogo e Brava e os ilhéus Secos ou Rombo.

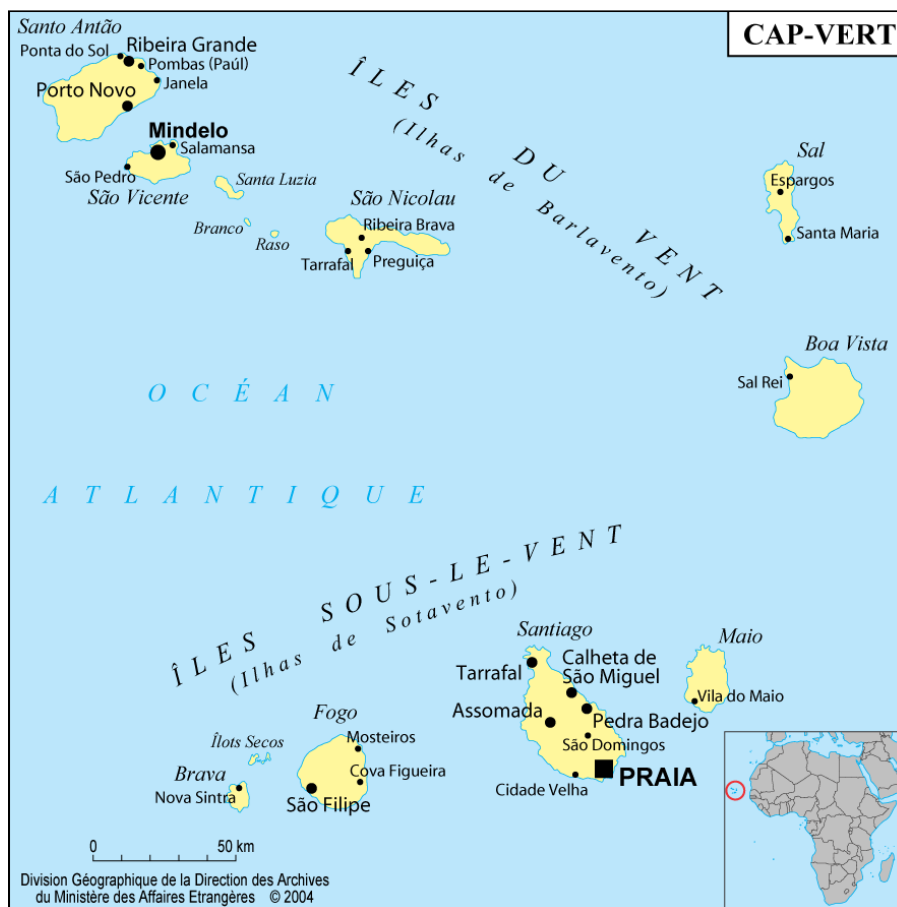


Figura1: Mapa de Cabo Verde 1

Relevo - A área total do país é de 4.033km². As suas ilhas são de origem vulcânica e isso faz com que o relevo seja muito acidentado e com um aspecto ressequido e árido. Na maior parte das ilhas predomina paisagens montanhosas no interior, são praticamente despidas de vegetação, e vai alterando com vales mais exuberantes, onde a agricultura é praticada. O litoral é escarpado e de aparência inacessível. Algumas ilhas como a ilha da Boa Vista, do Maio, e do Sal constituem uma exceção a regra, pois elas são planas, com longas praias de areia fina.

Clima - As ilhas, situam-se numa faixa de climas áridas e semi-áridas, em plena zona saheliana, no domínio dos ventos alísios de nordeste entre as altas pressões subtropicais do Atlântico e as baixas pressões equatoriais da frente inter-tropical.

O clima é tropical seco, caracterizado por uma estação seca e fresca de Dezembro à Março, uma estação de transição de Abril à Maio e uma estação quente e húmida de Julho à Novembro. A temperatura média do ar varia entre os 22°C e 27°C nas estações frescas e quente respectivamente, com uma amplitude que raramente excede o 10º grau, devido á influência do oceano.

Devido a sua localização, na zona Sudano-Saheliana, o arquipélago de Cabo Verde é muito influenciado pelos ventos que sopram do grande deserto continental, originando a denominada “ bruma”, a poeira atmosférica trazida pelo vento. Isto acontece, entre os meses Janeiro e Março.

Oceanografia - O arquipélago de Cabo Verde situa-se na Província eco-bio-geográfica NATR (*North Atlantic Tropical Gyral Province*). Encontra-se banhada pela corrente fria de Canárias que constitui o braço Este do Giro Subtropical do Atlântico Norte (NATG) e também o arquipélago encontra-se sob a influência das variações sazonais da Corrente Norte Equatorial (NEC) e da Contra Corrente Norte Equatorial (NECC), que afectam a circulação superficial até 200 metros de profundidade. A fronteira entre as duas correntes pode estabelecer-se ao sul do arquipélago durante determinados períodos do ano, influenciando o regime térmico no arquipélago. Relacionado com isso, considera-se que o comportamento estacional da circulação oceânica superficial no nordeste do Atlântico Tropical é resposta da dinâmica estacional dos ventos na zona e da deslocação meridional da Zona de Convergência Inter-Tropical – ZCIT (Fernandes et al., 2004).

De Julho a Dezembro a ZCIT chega ao seu ponto mais à norte, provocando uma forte variação estacional na NECC entre os paralelos 5º e 10º N (Stramma and Siedler, 1998). Quando a NECC alcança a costa africana, uma parte sobe pela costa em direcção norte e aparece uma corrente cálida denominada Corrente de Mauritânia (CM) que nos meses de inverno e primavera chega a alcançar até o paralelo 14º N e nos meses de Verão e Outono e acompanhando o debilitadamente dos ventos costeiros alcança latitudes de até 20º N (Fernandes et al., 2004).

As águas da Corrente de Canárias intensificam-se ao atingir o arquipélago de Cabo Verde e sofrem efeitos hidrodinâmicos complexos formando estruturas assimétricas de circulação turbilhonaria de pequena escala, tanto ciclónicas como anticiclónicas, principalmente a sul das ilhas por causa do “efeito ilha”. Essas estruturas parecem desempenhar um papel importante não apenas na mistura das águas superficiais ao longo do arquipélago como também, no fluxo de água para fora do arquipélago, quando tendem a degenerar-se na direcção sul/sudeste. Estas estruturas físicas estão associadas a processos bio-oceanográficos relacionados, entre outros, com fenómenos de ressurgência ou afloramento e de dinâmica e fluxo de matérias biológicas, em que na última instância determinam os níveis de produção pesqueira da região. Ainda relacionado a isto, o arquipélago situa-se perto do grande *upwelling* da costa da Mauritânia, e estima-se que filamentos desse grande sistema de afloramento alcançam as nossas costas o que provocam um aumento da produção primária a nível do arquipélago.

À superfície, a temperatura do mar varia entre 21 e 22° C na época fria e entre 23 e 27° C na época quente. Entretanto até aos 100 m existe uma forte estratificação da distribuição da temperatura com a camada de mistura variando entre 25 e 40 m caracterizada com temperaturas a volta dos 25°. A partir desta profundidade, estabelece-se a termoclina onde o gradiente térmico é de aproximadamente de 0,1° C/m até aos 100 m. Na base da termoclina, a temperatura cai para valores de cerca de 15 e 16° C. Entre 100 e 150 m, o gradiente da temperatura diminui significativamente e atinge valores de 10° C a 500 m e de 6° C a 1000 m (Monteiro et al., 1997).

Ainda, de entre outros fenómenos oceanográficos que ocorrem nas zonas de Cabo Verde, destacamos a sul do paralelo 20° N Zona Frontal de Cabo Verde (CVFZ) que se origina pelo encontro de duas massas de água, a Central Norte Atlântica (NACW) e a Central Sul Atlântica (SACW) (Zenk, 1991) e a Zona Mínimo de Oxigénio (OMZ) (Stramma et al., 2008).

4.2 Caracterização socioeconómica

Os dados do censo realizado em 2010, recentemente publicados, apontam que em 10 anos, a taxa de crescimento da população residente foi de 1,2%, passando de 434.625 pessoas, em 2000, para 491.875, em 2010. Trata-se de uma população relativamente jovem, com mais de 30% dos indivíduos na faixa etária inferior a 20 anos. De referir ainda que, a maioria dos residentes, 50,5%, é do sexo feminino e a predominância de concentração populacional é nos centros urbanos.

Os progressos registados nas áreas da saúde e da educação propiciam melhorias nos indicadores sociais, designadamente a esperança média de vida acima dos 70 anos, com tendência decrescente da taxa de mortalidade infantil, melhoria da saúde materna e uma taxa de alfabetização de 85%.

Contudo, prevalece ainda bolsas de pobreza extrema, estimada em 26,6 % da população. A elevada taxa de desemprego representa um outro problema estruturante do país. Conforme dados do relatório de execução do DECERP II, o número de desempregados em 2008 era de 35.745 indivíduos equivalente a uma taxa de 17,8%, considerada elevada para a dinâmica de desenvolvimento que se quer imprimir. Contudo dados de 2010 apontam para uma redução substancial da taxa de desemprego estimado em 10%. O contexto de crise económico e financeiro internacional, conjugado com situações de crise política em países dos nossos relacionamentos, de certa forma tem condicionado o processo interno de crescimento e desenvolvimento. Porém, avaliações feitas por instituições competentes nacionais e internacionais apontam para uma evolução favorável da economia Cabo-verdiana.

De acordo com o Banco de Cabo Verde, o país terá crescido em 2010 a uma taxa real de 5,6%, baseado essencialmente na procura interna. Para o aumento da produção nacional contribuiu principalmente os sectores da construção e dos serviços. No sector dos serviços destaca-se a performance dos serviços de transportes aéreos (cujo volume de passageiros aumentou cerca de 35%), bem como o aumento da procura turística (16% de acordo com o

INE). Registrou-se, em consequência, uma recuperação das receitas de turismo. Cresceram 3,6%, depois de uma quebra de 16% observada em 2009.

O desempenho do sector da construção em 2010 está intrinsecamente ligado à execução dos projectos públicos, no âmbito do Programa Plurianual de Investimentos Públicos. De referir também o contributo positivo da agricultura, não obstante a desaceleração ocorrida em 2010, que seguiu um crescimento em cerca de 46% em 2009.

A pesca, dentro das limitações que condicionam o seu desenvolvimento deu o seu contributo para o desenvolvimento do sector real, não só no abastecimento do mercado nacional com produtos de boa qualidade, como também para as exportações, tendo contribuído em 2010 com cerca de 80% dos produtos exportados, conforme dados do INE. Em 2010 foram exportados 12.196.357 kg de produtos de pescado no valor de 2.830.930 contos, representando um aumento de 21% em peso e 53% em valor relativamente às exportações de 2009.

A inflação atingiu os 2,1%, mantendo em linha com as expectativas de evolução deste indicador, tendo em conta a evolução dos preços internacionais.

4.3 Caracterização da Biodiversidade

Segundo o Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, Dezembro de 2004, grande parte da população cabo-verdiana está consciente do estado de degradação da diversidade biológica a nível regional e nacional. A percepção do estado de degradação dos recursos biológicos pelo Governo está reflectida na Lei de Bases do Ambiente que contempla a "preservação da fauna e flora de Cabo Verde", e pela publicação de alguns Decretos Regulamentares. Mesmo assim, a degradação da biodiversidade cabo-verdiana continua de forma acelerada. Esse grau de degradação está evidenciado em diversos documentos já produzidos, nomeadamente a "Primeira Lista Vermelha de Cabo Verde". Encontram-se

ameaçadas mais de 26% das angiospérmicas, mais de 40% das briófitas, mais de 65% das pteridófitas e mais de 29% dos líquenes” mais de 47% das aves, 25% dos répteis terrestres, 64% dos coleópteros, mais de 57% dos aracnídeos e mais de 59% dos moluscos terrestres.

A vulnerabilidade das espécies marinhas cabo-verdianas, sobretudo as das zonas costeiras, tem aumentado, não obstante a existência de medidas legislativas no sentido de se minimizar a pressão sobre elas e os seus habitats. Não obstante a adopção dessas medidas, o meio marinho tem experimentado mudanças como resultado do aumento de pressão das capturas dos peixes comerciais, da extracção de areias e da deposição de sedimentos nas zonas litorais como resultado das actividades realizadas no interior das ilhas. Os Planos Ambientais Inter-Sectoriais da Biodiversidade e das Pescas, elaborados de forma participativa, e os Planos Estratégicos de Gestão dos Recursos da Pesca e de Desenvolvimento da Agricultura, são, por excelência, os instrumentos de gestão da biodiversidade, capazes de contribuir para uma gestão optimizada dos recursos biológicos em Cabo Verde.

De uma forma geral, a redução da biodiversidade em qualquer país, deve-se principalmente as pressões antropogénicas. Neste sentido o Governo de Cabo Verde não poupa esforços no sentido de honrar os compromissos assumidos com a ratificação da Convenção sobre a Biodiversidade, em 1995, desde da conservação das espécies, a utilização sustentável, a partilha justa e equitativa dos benefícios, até ao acesso desses recursos e da transferência das tecnologias.

Flora e fauna terrestre

O 4º relatório sobre o estado da biodiversidade em Cabo Verde, de Novembro de 2009, indica que muitos esforços têm sido feitos para um conhecimento mais amplo da diversidade biológica do país, mas, ainda a flora terrestre constitui a componente mais bem

estudada e conhecida a nível nacional. Indica que a flora cabo-verdiana é relativamente pobre, constituída por cerca de 621 espécies, sendo, praticamente a metade, (42%) introduzidas (alóctonas), 13% endémicos, 14% tem uma ampla distribuição e 30% de origem duvidosa. Esta pobreza na flora terrestre é explicada pela grande instabilidade das precipitações, caracterizada por largos períodos de escassez, podendo em algumas áreas ultrapassar os 300 mm de precipitação nas ilhas mais altas. Ainda, pelo descobrimento das ilhas, onde numerosas plantas foram introduzidas e cultivadas até os nossos dias, provocando um gradual desaparecimento da flora original autóctona a medida que a flora alóctona aumentava sua adaptação e ampliado a sua distribuição.

Não se tem muitas informações da fauna terrestre em Cabo Verde, com excepção das aves, dos répteis e dos insectos sendo pouco comuns os anfíbios e os mamíferos.

No ano de 2005, registou-se a existência de 41 espécies de aves nidificantes em Cabo Verde e aproximadamente 150 espécies migratórias, podendo muitas vezes, permanecer no arquipélago durante o inverno. Destes, cerca de 16 podem ser consideradas frequentes, principalmente, nas zonas húmidas das ilhas de Boavista, São Vicente, Sal e Maio.

A reduzida disponibilidade de alimento (pequenos pelágicos, invertebrados) poderá estar na origem da fraca diversidade de aves em geral, principalmente das marinhas em Cabo Verde (9 espécies, cerca de 21%). Das 46,3% das espécies que reproduzem em Cabo Verde, incluindo nove espécies endémicas, estão na lista de espécies ameaçadas de extinção devido a caça, a degradação de habitat de nidificação, a predação por parte de espécies introduzidas nas ilhas e ilhéus (gatos, ratos, etc.).

Quanto aos répteis, incluem um grande número de endemismos por parte dos saurios (lagartos) e uma grande variedade de espécies que se reproduzem ou alimentam nas águas do país como os quelônios (tartarugas). Dos 28 taxa de répteis terrestres existentes em Cabo

Verde, 25 são endémicos do Arquipélago, encontrados, na sua maioria no ilhéus. No entanto, 25% dos 28 taxa estão extintos ou ameaçados de extinção.

Além desses, existem em Cabo Verde os mamíferos domesticados como os bovinos, caprinos, suínos, equídeos, asininos e muares, etc., introduzidos desde o início do povoamento das ilhas.

Dos invertebrados conhecidos no país temos os artrópodes, representados pelos insectos e aracnídeos, e os moluscos extra-marinhos de água doce e das zonas mais húmidas.

Flora e fauna marinha

A fraca precipitação é geralmente apontada como uma das causas responsáveis pela baixa densidade populacional de organismos vivos marinhos, limitando a contribuição das águas continentais, que transportam uma grande riqueza em sais minerais favorecendo assim a fotossíntese e o desenvolvimento da cadeia alimentar.

Cabo Verde possui uma plataforma continental reduzida e bastante acidentada, consequentemente a zona intermareal é limitada. Esses factores fazem com que o arquipélago seja caracterizado por uma biodiversidade marinha pobre em biomassa mas rica em variabilidade genética. Esta variabilidade é manifestada em altos índices de endemismos para variados grupos taxonómicos, principalmente, peixes e os invertebrados marinhos.

O isolamento e o carácter oceânico por sua vez, proporcionam condições apropriadas para a presença de um amplo leque de grupos taxonómicos entre as espécies migratórias marinhas, tais como aves, cetáceos e tartarugas. Varias dessas espécies estão mundialmente protegidas, incluídas no apêndice I da Convenção Internacional de Comercio de Espécies da Flora e Fauna Selvagem (CITES) e da Convenção de Espécies Migratórias (CMS). Algumas

delas são muito raras ao nível mundial, e porém com alto valor científico, tal como o cetáceo *Peponocephala Electra* (falsa orca), espécie rara no mundo mas frequente nas ilhas de Cabo Verde.

Em baías e enseadas muito específicas, pode-se observar, zonas cobertas por corais rochosos formando habitat coralinos, como pequenos microclimas, que proporcionam condições para o desenvolvimento de endemismos e diversidade biológica. As áreas coralinas mais importantes encontram-se nas ilhas do Sal, da Boavista, do Maio e de São Vicente e pequenos “spots” podem ser encontrados em média na sublitoral, das ilhas Santo Antão e Santa Luzia. No entanto, os corais estão ameaçados pela poluição costeira e por causas naturais como a sedimentação dos fundos costeiros resultado da erosão.

A nível da flora marinha, há cerca de 80 espécies diferentes de algas epibióticas e cerca de 142 espécies de microalgas.

Dos invertebrados marinhos de pequeno porte fazem parte: os Espongiários, as Polychaetes (minhocas marinhas), as Medusas (água viva), as Estrelas-do-mar, os Ouriços, os pequenos Crustáceos (Amfípodes, Copépodes) e os pequenos Moluscos bivalves filtradores.

Dos invertebrados marinhos de grande porte fazem parte os corais, os moluscos (cefalópodes, gastrópodes, bivalves) e os crustáceos (camarões, caranguejos, percebes e lagostas).

Os répteis marinhos que ocorrem no país são as tartarugas marinhas. Das sete espécies existentes no mundo cinco ocorrem nas águas de Cabo Verde, sendo que a Tartaruga vermelha (*Caretta caretta*) a única espécie a nidificar nas praias de todo o país. Actualmente, Cabo Verde representa o segundo maior ponto de desova no Atlântico Norte.

A ictiofauna (peixes) de Cabo Verde, encontram-se inventariadas cerca de 570 espécies de peixes segundo Reiner (2005), onde muitas delas são comuns entre os arquipélagos da macaronésia.

Há registos de 22 espécies de mamíferos marinhos, entre baleias e golfinhos, nas águas do arquipélago. Todas as espécies de cetáceos são espécies mundialmente protegidas sendo algumas delas ameaçadas de extinção. Em Cabo Verde existem importantes espécies com valor económico para o desenvolvimento do eco turismo, citando a Baleia de Bossas que utiliza as águas do arquipélago para se reproduzir e crescer ao longo do verão, assim nesta época são desenvolvidas actividades de observação desses mamíferos ao longo da costa.

5. CARACTERIZAÇÃO DOS SECTORES DAS PESCAS E DO AMBIENTE

5.1 O sector das pescas

Em Cabo Verde as actividades da pesca funcionam como um factor de fixação das populações, existindo ao longo da costa muitas comunidades (78 comunidades piscatórias que vivem directamente da pesca - INDP, 2010), que têm no sector a sua principal actividade e que apresentam notórias dificuldades de reconversão e/ou diversificação e em conseguir efectivas alternativas de emprego viáveis e sustentáveis a prazo. A isto acresce o potencial efeito gerador de emprego noutras actividades, a montante e a jusante das pescas extractivas e noutros sectores da economia, constituindo a indústria transformadora da pesca, o turismo, designadamente o que surge associado à restauração, a construção naval, o fabrico de redes e apetrechos para a pesca e a comercialização de pescado os exemplos mais significativos.

O financiamento das actividades da pesca, ao longo dos anos, foi feito através de recursos próprios dos operadores e de créditos reembolsáveis ou a fundo perdido, concedidos pelas instituições financeiras nacionais, projectos de desenvolvimento e ONGs com objectivo de adquirir novas embarcações, motores e materiais de pesca, a preparação de campanhas de pescas e a expansão da indústria transformadora.

Como parte da sua importância socioeconómica, a pesca emprega cerca de 2,1% da população total e 5,2% da população activa, contribuindo também para o equilíbrio da balança de pagamento, sendo que em 2010, representou o sector produtivo que mais exportou.

Em 1998, o consumo *per-capita* de pescado foi de 19kg, representando cerca de 73% do total de proteína animal consumida no país. Em 2003 e 2004, esse consumo elevou-se para 23 e 26,5kg/habitantes respectivamente. Durante a última década, a variação média anual positiva foi de 5.5% neste indicador, contra um aumento anual populacional estimado em 1,5%. Isso significa que a pesca tem sido, em parte, responsável pela sustentação do crescimento populacional em Cabo Verde.

De salientar que as compensações recebidas no âmbito dos acordos de pescas, sejam das transferências bilaterais, seja das transferências dos marinheiros cabo-verdianos que trabalham nas embarcações no quadro dos acordos, representam também contribuições importantes no sector pesqueiro e para a economia do país.

O sistema estatístico das pescas é um dos pilares do sector consolidado ao longo de muitos anos, apesar de, ser necessário ainda alguns reajustes por exemplo a sua agregação por ilha, porto ou local do desembarque, espécies capturadas, zonas de pesca e a repartição do esforço de pesca das embarcações licenciadas pelas diferentes pescarias e zonas de pesca e ainda colecta de outros dados de natureza socioeconómico.

Os principais recursos haliêuticos são explorados por uma frota artesanal, composta por 1.036 botes (74% motorizados) e 3.108 pescadores, sem contar com as vendedeiras ambulantes, cerca de 893, segundo os dados do último recenseamento geral em 2005. Ainda conta com uma frota industrial ou semi-industrial (cerca de 840 pescadores 84 embarcações) e uma frota estrangeira que opera na ZEE de Cabo Verde ao abrigo de acordos de pesca.

O potencial haliêutico de Cabo Verde é globalmente sub-explorado, não obstante alguns recursos haliêuticos encontrarem-se num estado de sobre exploração ou de exploração intensa (PGRP, 2003).

A transformação e a comercialização são ramos de actividade que se situam a jusante da captura. A indústria transformadora de pescado em Cabo Verde sofreu diversas evoluções ao longo do tempo, mas ainda enfrentam muitos constrangimentos.

No plano de gestão dos recursos da pesca identificaram três pescarias industriais: tunídeos e afins com linha/vara, pequenos pelágicos com rede de cerco e lagosta de profundidade com covos. E ainda, identificaram cinco pescarias artesanais: a pesca à linha de peixes demersais e tunídeos, ao mergulho para captura de demersais, lagostas costeiras e búzio, a rede de cerco, de emalhar e de arrasto de praia para capturados dos pequenos pelágicos. Ainda existe a pescaria de búzio com dragas ou rocegas, a pescaria de tubarões, a pesca estrangeira (palangre de superfície e cerco para grandes pelágicos e pescaria amadora (recreativa e desportiva).

O acesso a outras áreas de pesca, é conferido no âmbito das relações de cooperação com outros países, de alguns anos a esta parte, através de acordos de pesca. Neste contexto, existem acordos de reciprocidade com o Senegal, a Guiné e a Guiné-Bissau, mas o único que vem funcionando é o existente com o Senegal.

Segundo plano de gestão o potencial pesqueiro é de 36.000 a 44.000 toneladas. Desde potencial, 55 a 70 % é constituído pelos atuns, basicamente de carácter migratório, dos quais o gaiado (*Katsuwonus pelamis*) e a albacora (*Thunnus albacares*) são os mais capturados. Outros pelágicos oceânicos presentes nos desembarques são a serra (*Acanthocybium solandri*), o patudo (*Thunnus obesus*), a merma (*Euthynnus alletteratus*) e o judeu ou cachorrinha (*Auxis* pp).

Do grupo dos pelágicos costeiros, as espécies mais capturadas são a cavala (*Decapterus macarellus*), o chicharro (*Selar crumenophthalmus*), a cavala branca (*Decapterus punstatus*) e a dobrada (*Spicara melanurus*). Ainda são desembarcadas outras espécies, com especial realce para outras famílias dos Crangídeos (*Caranx*, *Seriola* e outros).

Os demersais de Cabo Verde são divididos em dois grandes grupos: os de fundos rochosos e os de fundos arenosos. O primeiro grupo inclui espécies de Serranídeos (*Cephalopholis taeniops*, *Serranus*, *Epinephelus*, *Mycteroperca*, moreias (Murenídeos), gorazes (*Lutjanus*), dobradão (*Apsilus fuscus*), bica de rocha (*Spondyllosoma cantharus*), entre outros. De entre os demersais de areias, as espécies mais representativas são sargos em geral (*Lithognathus mormyrus*, *Diplodus*), bard (*Galeoides decadactylus*), salmonete (*Pseudupeneus prayensis*), fótche (*Mullus surmuletus*), façolas (Priacantídeos), besugo (*Pomadasys incisus*), entre outras.

De entre os crustáceos destacam-se a logosta rosa (*Palinurus charlestoni*, endémica de Cabo Verde, e as costeiras: Lagosta verde (*Panulirus regius*), lagosta castanha (*Panulirus echinatus*) e lagosta pedra ou carrasco (*Scyllarides latus*).

Existem outros recursos importantes, cujo potencial é desconhecido, entre os quais destacam-se os corais, o búzio cabra (*Stronbus latus*), alguns cefalópodes, tubarões, algumas

espécies de bico (Istioforideos e xifídeos), o lobo ou dourada (*Coryphaena hippurus*), entre outros.

A média anual dos desembarques nos últimos dez anos (2000-2010) ronda as 10 mil toneladas, nos quais predominam os pequenos pelágicos, os atuns e afins. Os peixes demersais e as lagostas representam uma fracção relativamente baixa. Dos desembarques globais, 60% provém das pescarias artesanais.

Comparando os desembarques com o potencial estimado, de forma geral poderia considerar-se que os recursos pesqueiros de Cabo Verde estão sub-explorados. No entanto, é preciso ter em conta que mais da metade deste potencial corresponde à tunídeos, nomeadamente o gaiado e albacora, pelo que a pesca de atum é a que, à partida, apresenta maiores potencialidades de desenvolvimento. Já para os outros recursos, as possibilidades de expansão das pescarias são limitadas, sobretudo para espécies demersais (lagostas, peixes de fundo, molusco), que estarão a ser exploradas perto ou já para além dos limites sustentáveis em grande parte do arquipélago.

A par dos recursos pescados tradicionalmente, existem outros pouco ou não explorados que poderiam ser alternativos ou complementares (González & Tariche, 2009), que podem ser encarados como uma necessidade de uma prioridade de desenvolvimento, que visa aliviar a pressão sobre determinados recursos, pela via de diversificação da pesca e do aproveitamento pleno dos recursos marinhos.

As melhores infra-estruturas de pesca (em termos de portos, instalações de frio e de transformação) estão localizadas em São Vicente, Santiago e Sal. O pescado é maioritariamente comercializado no mercado local, mas desde o ano transacto os operadores de pescas tem conquistado mercados importantes quer na Europa como na América que tem dinamizado as exportações dos produtos da pesca.

5.2 O sector do Ambiente

Conforme o Programa de Acção Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (NAPA 2007), as características geomorfológicas e climáticas fazem com que Cabo Verde apresenta um panorama ambiental que se diversifica de uma ilha para outra, de acordo com as tipologias e as influências directas do clima. De um modo natural, os parâmetros climáticos e seus derivados condicionam o estado ambiental dos recursos existentes e a forma de vida das populações. Por outro lado, as acções antrópicas desmedidas associadas às condições naturais frágeis contribuem de forma severa para a perda, a degradação e diminuição dos recursos fundamentais (recursos hídricos, biodiversidade, terras e recursos marinhos) que garantem a sobrevivência dos seres vivos na terra.

No seio do sector das pescas, apesar de existir legislação que orienta para uma exploração sustentável dos recursos haliêuticos, persiste ainda algumas práticas nocivas, tais como a pesca de juvenis para comercialização, captura de espécies protegidas e em épocas de defeso, utilização de dinamites em algumas localidades, utilização de artes pouco selectivas e proibidas, etc.

De acordo com o relatório da qualidade do ambiente elaborado em 2009, com base no Sistema de Seguimento da Qualidade Ambiental, o pastoreio livre, a sobrepopulação do gado em relação à disponibilidade de pasto e a extracção de inertes para a construção civil, nomeadamente para dar resposta aos diversos empreendimentos turísticos, são as actividades que exercem maior pressão sobre o solo e outros componentes ambientais. Relativamente à pressão demográfica sobre o ambiente o índice ainda é bastante baixo, no entanto, a pressão sobre o meio é elevada, devido à fraca cobertura da rede de drenagem de águas residuais e posterior tratamento, bem como a falta de deposição e tratamento adequado dos Resíduos Sólidos Urbanos.

Neste momento está-se a proceder à revisão do PANA II de forma a adequar as estratégias, acções e metas de acordo com a situação actual.

O quadro legislativo e regulamentar evoluiu muito nos últimos anos, com a adesão às Convenções e Protocolos ambientais internacionais. É de destacar a criação das áreas protegidas, a implementação do sistema de avaliação dos impactos ambientais dos projectos públicos e privados, a lei que proíbe a apanha de areia são algumas das medidas de prevenção e conservação instituídas que ajudam na adaptação e mitigação do impacto das mudanças climáticas.

5.3 Enquadramento Institucional

A reduzida dimensão, a natureza insular, o isolamento e a escassez de recursos que caracterizam as ilhas de Cabo Verde desenham um perfil acentuado de vulnerabilidade ambiental, económico e social. As questões relacionadas com o ambiente e desenvolvimento sustentável da economia constituem preocupações dos sucessivos Governos e, consagradas na própria constituição da república.

Durante o período que antecedeu a independência de Cabo Verde, a agricultura posicionou-se como a actividade produtiva primária com maior potencialidade para ser desenvolvida, enquanto a pesca representava uma actividade marginalizada. Após aquele marco histórico nacional, a actividade pesqueira assumiu grande importância nos programas dos sucessivos Governos. Em alguns casos considerado como sector estratégico de desenvolvimento, para um país como Cabo Verde, com uma vasta extensão da área marítima que se pensava então rica em recursos haliêuticos. Nesta perspectiva, o ambiente institucional e legal visando o desenvolvimento sustentável do sector das pescas foi-se desenhando e adaptando em função das necessidades e da percepção da conjuntura económica e social do país.

A primeira estrutura administrativa para as pescas foi a Direcção Nacional das Pescas que foi depois transformada na Direcção Geral das Pescas, e que funcionaram junto ao Ministério da Economia. Em 1983 foi criada dentro do Ministério da Economia uma Secretaria de

Estado das Pescas (SEP), que tinha como departamentos a Direcção Geral das Pescas, o Gabinete de Estudos e Planeamento, a Direcção dos Serviços Administrativos, os Serviços Regionais e a Direcção de Biologia Marítima, esta última com autonomia administrativa e financeira e encarregada da investigação no sector.

A SEP, fazia o controlo administrativo e dos recursos, prestava assistência técnica, apoiava material e financeiramente os operadores, tutelava directamente duas empresas públicas - a SCAPA que actuava no âmbito da comercialização de pescado e no fornecimento de artes e apetrechos de pesca; e a INTERBASE que dedicava à pesca do atum, exportação de atum e de lagostas para exterior e prestação de serviços de frio na ilha de São Vicente. Ainda tutelava o PROMOTOR que era um projecto vocacionado para o apoio a pesca.

Em 1986, na sequência de uma remodelação governamental, a SEP passou a integrar o Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas. Em 1987 foram extintas a SCAPA e a INTERBASE. Em substituição desta última foram criadas duas empresas, a INTERBASE.EP, empresa de comercialização de produtos do mar, e a PESCAVE, empresa encarregue da captura.

No mesmo ano criou-se o IDEPE, o Instituto de Promoção do Desenvolvimento da Pesca Artesanal, e o INIP, o Instituto Nacional de Investigação das Pescas, em substituição da Direcção de Biologia Marítima. Em 1991, com a II República, a Secretaria de Estado das Pescas foi integrada no Ministério da Agricultura e Pescas. Procedeu-se na mesma altura à criação do INDP, o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas, que resultava da fusão do INIP e do IDEPE, e que foi sediado em S. Vicente, numa tentativa de aproximação do quadro institucional dos operadores económicos. No ano seguinte procedeu-se à extinção da PESCAVE e a frota pública pertencente à empresa foi alienada.

Ulteriormente, querendo-se dar uma maior importância ao sector das pescas, o antigo ministério foi transformado no Ministério das Pescas, Agricultura e Animação Rural. Sempre nesse desejo de dar ao mar o lugar que, achava-se, deveria ocupar dentro da estratégia de desenvolvimento do país, foi criado em 1995 o Ministério do Mar que detinha sob a sua alçada o sector das pescas e o sector da marinha e portos. Esse mesmo ministério viria a ser transformado depois, em 1998, no Ministério do Turismo, Transportes e Mar. Achava-se que a riqueza que o mar poderia trazer para o país estaria mais ligada à prestação de serviços e sobretudo ao desenvolvimento turístico.

Com a mudança de Governo no ano de 2000, e a entrada na VI legislatura, os serviços e instituições ligados ao sector das pescas regressaram ao Ministério da Agricultura e Pescas. Em Fevereiro de 2002, com a publicação do diploma orgânico do Ministério do Ambiente Agricultura e Pescas a administração pesqueira passou para esta estrutura. Nesta altura que foi criado o Conselho Nacional das Pescas, órgão de natureza consultiva, que tem por finalidade assegurar a articulação de políticas e a cooperação entre as entidades e organizações públicas ou privadas nacionais que, directa ou indirectamente intervêm no domínio das pescas.

De 2006 à 2011, na vigência da VII legislatura, as pescas experimentaram duas mudanças. A primeira ocorreu em 2006, logo com a constituição do Governo desta legislatura, passando o sector para a tutela do Ministério das Infraestruturas, Transporte e Mar. A segunda mudança ocorreu com a remodelação governamental de Julho de 2008, desta feita o sector passou a ser inserida no Ministério do Ambiente do Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos.

Após as eleições legislativas de 6 de Fevereiro de 2011, o novo Governo constituído e empossado no mês seguinte remodelou as estruturas ministeriais, com o objectivo de adequar as necessidades internas aos desafios da conjuntura internacional.

Nesta VIII legislatura, o Governo de Cabo Verde escolheu a estratégia do *cluster approach* para potenciar o desenvolvimento da economia, tirando então partido da vantagem competitiva que o País tem em termos de localização e não só. Assim, uma série de *clusters* económicos está na forja e a questão do “mar” é de certeza uma das mais fortes apostas e pode proporcionar um dos *clusters* mais completos e vantajosos, uma vez que poderá abordar várias áreas de actividades, desde a mais simples produção primária, passando por actividades mais complexas de conservação e processamento de produtos perecíveis, indo até a exportação e reexportação de produtos e mão-de-obra. Assim, o verdadeiro desafio do cluster do mar, que ditou a criação de um Ministério que se dedica à Economia Marítima, bem como uma Secretaria-geral responsável pelos Recursos Marinhos, é conseguir transformar um activo em enorme abundância no arquipélago, portanto o “mar”, em vantagem económica e competitiva.

Relativamente a problemática das mudanças climáticas a sua dimensão é transversal e multisectorial, constituindo um dos maiores desafios da actualidade, com particular ênfase nas questões socio-ambientais.

A área do ambiente é relativamente nova, o que reflecte nas lacunas existentes e na ausência de instrumentos consolidados. As consequências desta situação têm maior destaque nos serviços da agricultura, da pesca, do ordenamento do território do turismo, da indústria, da energia e dos transportes (PANA II, 2004).

É a partir da Cimeira da Terra realizada em 1992 no Rio de Janeiro, que as questões ambientais ganharam uma nova abordagem na agenda política e institucional do país. Com efeito na década de 90 foram publicados diplomas importantes sobre a política do ambiente e elaborado o Primeiro Plano de Acção Nacional para o Ambiente com um horizonte de dez anos (1994-2004).

Em 1995 foi institucionalizado o Secretariado Executivo para o Ambiente (SEPA), responsável pela definição e implementação da política do ambiente. O SEPA inicialmente funcionou

junto do Ministério Adjunto e da Defesa, seguida do Ministério da Agricultura, Ambiente e Alimentação e do Ministério da Agricultura e Pesca.

Em 2002, o SEPA foi extinto e criado a Direcção Geral do Ambiente (DGA), no Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas. Pela primeira vez e, até o início do ano de 2006 o sector das pescas e ambiente estiveram integrados na mesma estrutura orgânica do Governo.

Em 2004 foi concluída a elaboração do Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente - PANA II para o período 2004-2014. Neste documento estão integrados as estratégias, planos ambientais intersectoriais (PAIS) e planos ambientais municipais (PAM), estudos de base, programas e projectos com definição das áreas prioritárias de actuação. É de destacar a forma como o PANA II foi elaborado, com a participação de todos os sectores, municípios e sociedade civil e com base no método de planificação ambiental participativa (SEAN).

Para assegurar informações básicas da meteorologia e da geofísica existia o Serviço Nacional de Meteorologia e Geofísica que actuava sobretudo para assistir a aeronáutica civil. Em 2000, este serviço é extinto e é criado o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG) que foi integrado no Ministério de Desenvolvimento Rural durante muitos anos, agora está inserido no Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Habitação,

No âmbito das suas competências o INMG tem realizado projectos no domínio do ambiente, concretamente na monitorização da qualidade do ar em parceria com a DGA, rede de vigilância climática, projecto SICLIMAD que teve por objectivo dotar as estações de vigilância climática de equipamentos modernos para o seu funcionamento.

6. CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES CHAVES

Independentemente do enquadramento institucional das organizações no sistema da Administração Pública e Privada, existem várias instituições em funcionamento que de forma directa ou indirecta participam na definição e implementação das orientações estratégicas e políticas dos subsectores em análise. As formas de intervenção podem ser

individuais ou globais. No primeiro caso, as instituições dentro das respectivas áreas desenvolvem actividades específicas, no entanto, há tendência de cada vez mais intervenções globais, em estabelecer parcerias interinstitucionais e procurar formas de actuação conjunta e integrada em domínios de interesse comum. As instituições são chamadas para integrar os órgãos nacionais de diálogo e de decisão política, como exemplo, o Conselho Nacional das Pescas, o Conselho Nacional do Ambiente, sem prejuízo de várias reuniões de parceiros, realizados.

Desde a independência, Cabo Verde vem mantendo relações de cooperação a nível bilateral e multilateral no domínio das pescas e do ambiente, com vários países e instituições de apoio ao desenvolvimento. Cabo Verde é membro de várias organizações internacionais e regionais, das quais se destacam a Organização das nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), a Comissão Sub-regional das Pescas (CSRP), a Conferência Haliêutica dos Estados Africanos Ribeirinhos do Oceano Atlântico e a Conferência de Ministros Responsáveis pelas Pescas, a Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (ICCAT).

Ao longo desses anos a cooperação com outros países foi desenvolvida por via do estabelecimento de acordos de pesca (Senegal, Guiné, Guiné-Bissau, União Europeia, Japão, etc.) e outros acordos de cooperação no domínio das pescas e áreas a ela concernentes firmados com Angola, Mauritânia, Senegal, Portugal e Guiné-Bissau.

O sector das pescas em Cabo Verde está actualmente sob tutela do Ministério de Infra-estrutura e Economia Marítima. A Direcção Geral das Pescas (DGP) é o responsável pela administração das Pescas, onde tem como principais atribuições, concepções, coordenações e execuções das políticas das pescas e dos recursos marinhos.

Junto com a DGP o Instituto Marinho e Portuário (IMP) através das Capitánias dos Portos e Guarda Costeira Nacional intervêm na fiscalização das praias, das zonas costeiras, da Zona Económica Exclusiva e supervisionam a inscrição marítima. Enquanto que, o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP) tem competências específicas nas áreas de investigação haliêutica, na promoção do desenvolvimento das pescas e nos estudos e projectos e, o Fundo de Desenvolvimento das Pescas (FDP) apoia através da concessão de incentivos a realização de projectos e empreendimentos que visem o desenvolvimento das Pescas.

Algumas entidades públicas mais antigas tiveram um percurso institucional apinhado de mudanças orgânicas inseridas em vários Ministérios. Constata-se contudo, que as atribuições de alguns departamentos e instituições apresentadas não se alteraram ao longo das sucessivas remodelações sofridas pelos Ministérios de tutela.

6.1 Direcção Geral das Pescas – DGP

Esta Direcção Geral, criada no início dos anos 80, praticamente não registou alterações a nível das atribuições. Compete-lhe a concepção, a coordenação e a execução das políticas das pescas e dos recursos marinhos. Organiza-se em duas direcções de serviços, a Direcção de Fomento e a Direcção de Assuntos Jurídicos, Qualidade e Fiscalização. A DGP apoia o membro do Governo na definição da Política Nacional das Pescas, designadamente em matéria de gestão e aproveitamento dos recursos vivos marinhos, coordena a execução das funções de fiscalização e o controle do exercício das actividades pesqueiras, assegura o controlo e a fiscalização da qualidade dos produtos da pesca, bem como o controlo das actividades pesqueiras do país, em particular através da emissão de licenças de pesca a embarcações nacionais, e fomenta o desenvolvimento das actividades ligadas à pesca.

A DGP também é Autoridade Competente (AC) para a certificação e controlo dos produtos da pesca, funcionando com os serviços centrais na cidade da Praia e duas agências uma em S. Vicente e outra no Sal.

6.2 Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas – INDP

Como Organismo de Administração Indirecta do Estado, o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 33/92, de 16 de Abril, conjugando as grandes áreas de actividades, nomeadamente a investigação dos recursos marinhos e a promoção do desenvolvimento económico e social do sector das pescas.

O Instituto tem a sua sede na cidade do Mindelo e possui uma Direcção Regional em Santiago e duas representações, sendo uma na ilha Santo Antão e outra na ilha do Sal. Em todas as ilhas possui técnicos profissionais que fazem a recolha de dados e a vulgarização. O INDP é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, goza ainda, de autonomia científica e técnica.

Em 1995, o INDP passou por um processo de reforma e em 1998 foi publicada a nova orgânica, ainda em vigor. No quadro desse diploma, foram atribuídas competências específicas nas áreas de investigação haliêutica, de promoção do desenvolvimento das pescas e da aquacultura. A reestruturação dos principais instrumentos de gestão alargou os domínios de actuação do instituto e a sua missão extravasou de longe aspectos relacionados exclusivamente com a actividade de pesca.

A sua missão pode ser resumida conforme o seguinte: realizar estudos nos domínios das pescas e ciências ligadas às pescas e ao mar, a fim de propor recomendações e executar acções destinadas a melhorar os resultados socioeconómicos proporcionado pelas pescarias tendo em conta as políticas, planos e programas do Governo. Para além de estudos, investigação e promoção do sector pesqueiro em si, o instituto contribui para o conhecimento e gestão da diversidade biológica, particularmente do ambiente marinho, do comportamento de fenómenos oceanográficos e da dinâmica das comunidades e zonas costeiras. No domínio da aquacultura o instituto intervém com acções de investigação

pontuais, que poderá vir a ganhar algum dinamismo com a implementação de projectos específicos a partir deste ano.

O papel do INDP na área do ambiente consiste na produção de instrumentos para o auxílio na implementação de política ambientais e de conservação, fazendo a análise da situação e o acompanhamento da dinâmica e do desenvolvimento e sustentabilidade do sector.

6.3 Direcção Geral do Ambiente - DGA

A Direcção Geral do Ambiente, criada em 2002, em substituição da SEPA, é o serviço central que responde como autoridade ambiental e coordenação dos sistemas transversais com impacto na sustentabilidade ecológica e protecção da biodiversidade natural do país, com funções de concepção, execução e coordenação das políticas do Governo em matéria de ambiente.

A sua orgânica integra três direcções de serviço, sendo a de Assuntos Jurídicos e Avaliação de Impactos Ambientais, a de informação e Seguimento da Qualidade Ambiental e a de Gestão dos Recursos Naturais. Conta ainda, com dois instrumentos de apoio, nomeadamente o Sistema de Seguimento da Qualidade Ambiental (SSQA) e o Sistema de informação Ambiental (SIA).

Para execução das políticas e definição de acções prioritárias para o sector ambiental, a DGA conta com as orientações do 2º Plano de Acção Nacional para o Ambiente, ferramenta base e primordial, elaborado em 2004 de forma transversal com a participação de todos os sectores, da sociedade civil e dos municípios.

A elaboração do Livro Branco sobre o estado do ambiente em Cabo Verde, de relatórios sobre a implementação das três grandes convenções ambientais internacionais (CBD, LCD e UNFCCC), de relatórios de implementação do PANA II fazem parte das atribuições da DGA.

Trata-se de uma instituição relativamente nova. Ao longo dos tempos da sua existência, praticamente não se registou reestruturação a nível da sua missão, embora, tem-se procurado adaptar e organizar em função dos desafios do país, procurando dar orientações no sentido de conjugar utilização sustentável dos recursos e preservação do meio ambiente.

6.4 Instituto Marítimo Portuário - IMP

O Instituto Marítimo Portuário - IMP, criado em meados da década de 2000, herdou as atribuições e funções da extinta Direcção Geral da Marinha e dos Portos. O IMP integra duas Capitánias, a de Barlavento e a de Sotavento e ainda varias Delegações Marinhas praticamente em todas as ilhas.

Com esta estrutura, o IMP exerce atribuições relevantes como a protecção do meio ambiente marinho, a prevenção e combate à poluição dos mares e a salvaguarda dos recursos do leito do mar, do subsolo marinho e do património cultural subaquático.

Fiscaliza toda a zona costeira e o domínio público marítimo. Ainda tem a responsabilidade de conceder e emitir as licenças de extracção e exploração de areia nas dunas, nas praias, nas águas interiores e certificar acções de formação formal para os agentes do mar seja para marinha mercante seja para o sector das pescas.

6.5 Comando da Guarda Costeira

O Comando da Guarda Costeira, sob tutela do Ministério que responde pela defesa e segurança nacional, complementa as atribuições de outras instituições com responsabilidade na fiscalização do ambiente marinho, designadamente a DGP e IMP. Desta forma, tem como responsabilidades específicas o patrulhamento das águas e do espaço aéreo sob a jurisdição nacional, incluindo a zona económica exclusiva; o combate da

pirataria marítima; empreender a perseguição, a abordagem e o apresamento de navios e embarcações, em caso de violação das leis em vigor, designadamente, fraudes e infracções fiscais e aduaneiras.

Ainda, tem a responsabilidade de coordenar as operações de busca e salvamento, sem prejuízo das competências atribuídas a outras instituições; de cooperar com as autoridades nacionais competentes em acções de fiscalização e controlo das actividades piscatórias; de prevenir, controlar e combater a poluição do meio marítimo, em colaboração com as demais autoridades e de cooperar com autoridade de outros países em acções de fiscalização, controlo e repressão das actividades ilícitas, no âmbito dos acordos e tratados estabelecidos.

6.6 Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica – INMG

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, INMG, é uma pessoa colectiva com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada através da Resolução nº54/2000 do Conselho de Ministros, de 21 de Agosto. Veio substituir o então Serviço Nacional de Meteorologia e Geofísica, que foi extinto pela mesma resolução e a sua superintendência é exercida pelo membro do governo responsável da área de meteorologia e geofísica.

A missão do INMG consiste na promoção, coordenação e execução das medidas e acções da política governamental no domínio da meteorologia e da geofísica, especificamente efectuar a vigilância meteorológica e climática, a monitorização sísmica com base nas informações nacionais e internacionais, de forma a assegurar o fornecimento de informações à população, aos decisores políticos e económicos, orientados para a salvaguarda de pessoas e bens.

Os serviços de meteorologia e geofísica assistiram ao longo dos tempos um progresso dos meios de observação e dos meios de monitorização climatológica e sísmica, acompanhado

por uma utilização cada vez mais sistemática da observação, do processamento, análise e previsão e de metodologias científicas.

Actualmente, pretende-se que o INMG, continua a ocupar-se grandemente da protecção meteorológica da navegação aérea, se preocupe paralelamente com outros campos da actividade humana, repercutindo a sua actividade, entre outros, no apoio às actividades agrícolas, à indústria, aos transportes, à gestão de recursos hídricos, à economia de energia, às pescas, à protecção do ambiente e à protecção civil.

Com efeito, o INMG é o Ponto Focal das mudanças climáticas em Cabo Verde e elaborou o Plano de Acção Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, a primeira e a segunda comunicação sobre a temática e tem executado diversos projectos neste domínio.

6.7 Fundo de Desenvolvimento das Pescas, SA – FDP, SA

O FDP foi criado em 1994, tinha como atribuições, promover o fomento e o desenvolvimento das pescas, apoiar através da concessão de incentivos a realização de projectos e empreendimentos que visavam o desenvolvimento do sector e gerir o SIAI (Sistema Integrado de Apoio ao Investimento).

Até meados de 2009, O FDP foi administrado por um conselho de administração, presidido pelo presidente do INDP por inerência de funções. Neste período, a gestão diária do FDP foi confiada a um director executivo que contava com a colaboração de 2 ou 3 administrativos e não dispunha de quadro técnico próprio apesar das complexas tarefas que lhe eram atribuídas. O FDP enfrentava problemas de insuficiência de meios humanos e financeiros, de deficiência orgânica e funcional, sem autonomia, que limitava o seu funcionamento normal e auto financiamento, razão pela qual não terá conseguido alcançar os objectivos inicialmente proposto.

Depois de um processo de avaliação do Fundo, deu-se passos no sentido de o reestruturar, visando adaptar a estrutura jurídica do FDP à nova realidade da pesca nacional, torna-lo mais eficiente no que respeita à prossecução do seu objectivo principal, que é o de promover o fomento e o desenvolvimento do sector das pescas no país. Assim, em 2009 o FDP foi transformado numa instituição de crédito vocacionado para financiamento do sector das pescas com figurino jurídico de instituição especial de crédito, denominado de Fundo de Desenvolvimento das Pescas, SA.

O FDP, SA, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos criada em conformidade com o Decreto-Lei nº 35/2009, de 28 de Setembro. O novo figurino jurídico, ou seja instituição especial de crédito, permite-lhe flexibilidade na construção de um sistema de crédito e de financiamento, em geral, aos operadores do sector que seja melhor adaptado às respectivas necessidades, recorrendo a instrumentos financeiros e fontes de financiamento que lhe estavam vedados com o figurino até então vigente, para além de continuar a gerir o SIAI.

Os órgãos do FDP, SA foram empossados no ano de 2010. A instituição encontra-se ainda na fase de instalação e organização interna. Após esta etapa acredita-se que o FDP, SA terá um papel crucial no processo do desenvolvimento do sector das pescas através da concessão de créditos de curto, médio e longo prazo, direccionados quer ao sector das pescas propriamente dita, quer à aquacultura que ainda está na fase embrionária e de outras áreas correlacionadas.

7. INSTITUIÇÕES TRANSVERSAIS

De forma transversal, outras instituições actuam na gestão pesqueira e, por inerência de responsabilidade, tarde ou cedo acabam por lidar com a problemática ambiental no geral e mudanças climáticas, em particular.

7.1 Instituições Nacionais

7.1.1 Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento

Urbano - DGOTDU

O ordenamento do território, pela sua natureza intrínseca de sector abrangente e horizontal e pelo escopo de princípios, objectivos e competências é quiçá, à semelhança do ambiente, um dos sectores que mais se articula com os sectores de desenvolvimento.

O PANA II no capítulo 2, ponto 3., referente a problemática ambiental, destaca como umas das causas principais dos problemas o insuficiente ordenamento do território. Esta insuficiência tem como consequência uma grande concentração da população (80%) e de infra-estruturas nas zonas costeiras, o que leva a uma exploração desenfreada dos recursos costeiros (apanha de areia), conflitos entre utilizadores com graves consequências no sector das pescas e no ambiente.

A DGOTDU é um serviço central do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território responsável pela definição e implementação da política do ordenamento do território e da habitação. Para além dessas tem como principais atribuições a elaboração da Lei de Bases do Ordenamento do Território Planeamento Urbanístico – LBOTPU, da Directiva Nacional de Ordenamento do Território, dos esquemas regionais de ordenamento do território, criação e gestão do cadastro nacional, entre outras.

De 1997 até 2001 a Direcção Geral do Ordenamento de Território tinha sido extinta tendo reiniciado as suas actividades com a VI legislatura.

A Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico – LBOTPU - foi publicada em 1993 e actualizada em 2008, foram ainda elaborados e aprovados o

regulamento do ordenamento do território, do plano urbanístico e está em fase de aprovação a Directiva Nacional de Ordenamento do Território.

Ordenamento do Território está-se a afirmar em Cabo Verde como um sector de intervenção perfeitamente horizontal e cobrindo o todo nacional.

OS esquemas Regionais de Ordenamento do Território de Santiago, Santo Antão e Fogo já Foram aprovados, estando o de São Nicolau em fase de finalização.

Na lei de base foram contemplados os planos de ordenamento sectoriais, onde se enquadram as áreas protegidas o ordenamento de bacias hidrográficas, etc.

7.1.2 Instituições de Ensino

De modo geral, nos diferentes níveis de ensino em Cabo Verde, registam uma certa sensibilidade por questões ambientais. Do ensino básico integrado, passando pelo ensino secundário até as instituições superiores os planos curriculares integram disciplinas ou acções de educação ambiental e pontualmente organizam seminários e palestras sobre a temática. Não obstante, no seio da população em geral, ocorre muitas praticas nocivas ao ambiente motivadas por falta de consciência e/ou da necessidade de exercer actividades económicas e de subsistência.

Tais práticas constituem desafios para toda a sociedade, em particular das instituições de ensino que têm responsabilidades acrescidas de educar, transmitir conhecimentos e cultivar valores e bons hábitos. A aposta na capacitação técnica e desenvolvimento de linhas de investigação específicas em vários domínios constituem desafios as instituições, em particular as de ensino superior, para o desenvolvimento harmonioso do país.

De realçar que o sistema universitário e de ensino superior em Cabo Verde, salvo casos bem identificados, iniciou na década de 2000. O sistema é muito recente e é natural que não haja ainda uma capacidade científica desenvolvida e uma cultura pela investigação interna. É

bom que se diga que, ao longo dos tempos, principalmente após a independência, vários cabo-verdianos tiveram oportunidades para uma formação superior no exterior. Muitos trouxeram ao país contribuições valiosas, carecia contudo, um ambiente favorável e condições para uma intervenção integrada, sistematizada e real capacidade de investigação.

7.1.3 Poder Local

Existem 22 municípios em Cabo Verde que estão organizados na Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV). As diferenças entre os municípios em termos de população, características ambientais, capacidades humanas, etc. são consideráveis.

O poder local é hoje visto pelas populações como o responsável pela resolução da maioria dos problemas que afectam as populações e as localidades e exercem na realidade um papel de pressão sobre as autoridades centrais. Ele pode exercer um papel importante na implementação das políticas ambientais em Cabo Verde. Uma característica importante do poder local é a sua sensibilidade aos ciclos políticos e eleitorais.

Segundo o Estatuto dos Municípios, aos Municípios estão conferidos atribuições no que respeita a administração de bens, planeamento, saneamento básico, saúde, urbanismo e habitação, transporte rodoviário, educação, promoção social, cultura, desporto, turismo, ambiente, comércio interno, protecção civil, emprego e formação profissional.

Em 2004, os Municípios foram dotados de Planos Ambientais Municipais (PAM), no âmbito do PANA II, planos esses que ainda estão em execução. OS PAM's apresentam um diagnóstico da situação ambiental do município, visão estratégica, planos e projectos.

A existência dos PAM's, implementados pelas Câmaras Municipais, contribui para uma melhor gestão ambiental, uma vez que a actuação do poder local é mais próximo das comunidades do que a do poder central.

7.1.4 Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos – INGRH

O INGRH, é um instituto público com autonomia financeira, que ao longo dos anos pertencia ao Ministério que tutelava o desenvolvimento rural e que nesta VIII legislatura é tutelado pelo Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, tem por atribuição a gestão de águas subterrâneas e superficiais, desenvolver actividades nos domínios da prospecção e exploração de águas e o controlo da qualidade das águas.

O INGRH secretaria o Conselho Nacional de Águas – CNAG, que é o órgão inter-ministerial que depende directamente do Conselho de Ministros e tem competência soberana para a administração dos recursos hídricos.

O INGRH tem realizado vários trabalhos de protecção e mobilização de água (pequenas barragens, barragens subterrâneas). Tem em curso o projecto “Mobilização e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos”, priorizado no âmbito do Plano de Acção de Adaptação às Mudanças Climáticas, financiado pelo GEF e Governo de Cabo Verde.

7.1.5 Direcção Geral de Agricultura Silvicultura e Pecuária – DGASP

A DGASP é o serviço central do Ministério de Desenvolvimento Rural, com funções de concepção execução coordenação nos domínios da agricultura, silvicultura, pecuária, engenharia e extensão rural. Compete ao DGASP entre outras atribuições, concorrer para a definição da política nacional da agricultura e desenvolvimento rural; coordenar e participar na execução de programas de extensão rural e desenvolvimento comunitário a nível nacional; propor medidas legislativas regulamentares e administrativas relativas as actividades da agricultura, silvicultura e pecuária.

O instrumento orientador para o desenvolvimento rural é o Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola, que tem um prazo vigência de dez anos (2005-2015), este é implementado através de planos de Acção trienais.

Outros instrumentos de gestão disponíveis são o Plano Director de Irrigação, o Programa de Acção Nacional de Luta contra a Desertificação, Plano de Floresta.

A existência significativa de quadros qualificados no sector da agricultura, silvicultura e pecuária permite investir na investigação, formação e introdução de novas tecnologias.

A pecuária é considerada como um sector muito importante da economia doméstica rural, representando cerca de 25% dos rendimentos da população rural. Estima-se que cerca de 35% do território nacional tenha vocação pastoril e silvo-pastoril (Livro Branco 2004).

O censo agrícola, realizado em 2004 (actualizar), aponta para o aumento dos efectivos de bovinos, suínos, caprinos e ovinos que são os animais que representam os maiores rendimentos para os agregados familiares.

Trabalhos de informação e formação têm sido realizados junto dos criadores visando a introdução de raças melhoradas e a mudança de pastoreio livre para criação em currais e estábulos, evitando a degradação de solos provocada pelo gado.

Os serviços de protecção vegetal da DGASP fazem o controlo sistemático de entradas de espécies no país, antes da sua introdução. Esse controlo é feito através de análises de riscos para se detectar potenciais doenças e/ou pragas antes da entrada.

O sucesso do processo de reflorestação não é apenas indicado pela área coberta como também pelo número de plantas introduzidas no país. De uma superfície florestada inicial 3.000 em 1975, passou-se para uma superfície superior à 85.934 em 2004, tendo sido fixadas no terreno, até 2003 cerca de 36.142.133 de plantas. Este processo de reflorestação

tem-se concentrado essencialmente na ilha de Santiago e Santo Antão, (13% da superfície reflorestada - DGASP, 2003).

No contexto da luta contra a desertificação, a floresta tem dado grande contributo, nomeadamente na recomposição do coberto vegetal, na satisfação das necessidades energéticas e forrageiras e no desenvolvimento da produção agro-silvo-pastoril. Além de contribuir para uma mudança significativa da paisagem do país, tem um contributo significativo na captura do dióxido de carbono, contribuindo para diminuição de gases de efeito estufa na atmosfera e na mitigação de provável aumento do nível da água do mar devido ao aquecimento global.

A lei florestal protege, de um modo geral, as espécies florestais, particularmente os endemismos. Por outro lado, há um conjunto de iniciativas no sentido de se reproduzir plantas endémicas e/ou ameaçadas de extinção, em viveiros florestais e sua fixação nos perímetros florestais e ou nos espaços naturais protegidos, o que assegura a sustentabilidade dos recursos fitogenéticos. As florestas que se encontram dentro das áreas protegidas dotadas de planos de gestão encontram-se em melhor estado de conservação.

Segundo o Questionário Unificado dos Indicadores de bem-estar da população (QUIBB) de 2007, houve uma ligeira redução na utilização da lenha como fonte de energia para cozinhar de 35,1% (2006) para 32,9% (2007), sendo a possível causa o aumento do consumo do gás butano sobretudo no meio rural.

Apanha descontrolada de lenha é um factor que pode por em causa todo o trabalho de reflorestação realizado.

O CO₂ é o gás que mais contribui para o aquecimento global. O gás carbónico emitido permanece na atmosfera por um longo tempo (cerca de 100 anos).

7.1.6 Direcção Geral dos Transportes - DGT

Inserido no Ministério de Administração Interna, a DGT possui um quadro legal e regulamentar que inclui dispositivos, que desincentivam a importação de viaturas com mais de dez anos de fabrico, incentivos fiscais para veículos de menos de cinco anos. Existe ainda legislação sobre inspecção.

O sector dos transportes, apesar de o parque automóvel em Cabo Verde não ser ainda muito grande (o número de veículo per-capita no ano 2008 é 0,09, segundo o relatório do estado da qualidade do ambiente de 2009), é considerado um sector que contribui significativamente para a emissão de gases de efeito de estufa sobretudo nos centros urbanos. Cerca de 63% das viaturas existentes em Cabo Verde encontram-se na ilha de Santiago e concentram-se nas cidades da Praia e Assomada.

O número de veículos em circulação em Cabo Verde aumentou em cerca de 217%, entre 2000 e 2008, com um crescimento aproximado de 3062 viaturas/ano.

Segundo o Inventário Nacional das Emissões de Gases com Efeito de Estufa, no ano 2000 o subsector dos transportes contribuiu com 44,5% das emissões de Dióxido de Carbono (CO₂) no país, tendo aumentado relativamente as emissões em 1995 em 27,8%.

7.1.7 Direcção Geral do Turismo

Sector do turismo é um dos sectores que mais utiliza os recursos costeiros e marítimos, tendo em conta que o turismo de sol e praia é um dos mais explorados em Cabo Verde. Na VIIª Legislatura o turismo foi considerado o sector chave para o desenvolvimento económico do país.

A DGT esta enquadrada no Ministério do Turismo Industria e Energia, e tem as funções de concepção, execução e avaliação da politicas de turismo e de promover o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde.

Um dos principais instrumentos orientadores deste sector é o Plano Estratégico de desenvolvimento do turismo para o período 2010 – 2013, onde se define a visão do sector como “ Turismo sustentável e de Alto valor acrescentado, com o envolvimento das comunidades locais, quer no processo produtivo, quer no acesso aos seus benefícios”

O plano estratégico contém três eixos:

- 1 - Aumentar a competitividade;
- 2 - Maximizar a interiorização dos benefícios do turismo
- 3 - Ganhar a sustentabilidade

Neste eixo 3 prevê-se uma maior diversificação dos produtos turísticos, visando incrementar o turismo rural e o ecológico.

7.1.8 ONGs e Associações

As Organizações Não-Governamentais, pela sua natureza, representam instituições parceiras fundamentais no quadro da prevenção e mitigação dos efeitos das Mudanças Climáticas. Caracterizam-se pela excelente capacidade de intervenção local com vasta experiências acumuladas em matéria de implementação de projectos de luta contra a desertificação e preservação do meio ambiente.

As ONGs cabo-verdianas estão organizadas e a maioria pertence a Plataforma das ONGs, distinguindo-se algumas pelo papel que desempenham na protecção do ambiente e no desenvolvimento das pescas: ADAD, Amigos da Natureza, Garça Vermelha, MORABI, OMCV, CITI-HABITAT, Sol E Vento, Biosfera I, Atelier Mar, entre outros.

Em matéria das associações, a sociedade cabo-verdiana sempre apresentou, um grande dinamismo, motivado pela necessidade de, e com a participação das populações, promover

e construir uma vida melhor para todos. A vida associativa tem evoluído muito, e actualmente, para além das ONG's, o país já conta com inúmeras OSC's – Organizações de Sociedade Civil, sob forma de associações, organizações socioprofissionais, ligas, fundações, federações, redes, cooperativas, entre outros.

No sector pesqueiro as primeiras associações surgiram nos finais da década de 80, com o propósito de promover a classe dos pescadores, fortalecer as suas capacidades organizativas e a sua sintonia com os outros actores intervenientes. Entidades e Instituições responsáveis pelo sector vêm na promoção do associativismo como forma de organizar as comunidades piscatórias e é considerado uma das estratégias principais no combate e redução da pobreza, na promoção de melhores oportunidades e melhor qualidade de vida das Comunidades.

Das 78 comunidades piscatória existentes em Cabo Verde, hoje encontramos 26 associações todas juridicamente reconhecidos, e têm realizado um trabalho extraordinário nas suas comunidades abrindo oportunidades de desenvolvimento do sector, promovendo a coesão dos operadores da pesca e têm sabido dar resposta às necessidades dos indivíduos e das comunidades, designadamente através da sua forma característica e própria de actuar.

7.1.9 Sector Empresarial

Sector empresarial em Cabo Verde integra na sua maioria entidades privadas. Existe um número reduzido de empresas públicas, mas algumas com dimensões importantes na economia do país.

Os objectivos das empresas, principalmente os de curto prazo, é de solver os compromissos e gerar recursos que lhes permitam ganhar e reinvestir no futuro, que muitas vezes não conjugam com os objectivos de conservação e preservação ambiental.

A nível nacional, de acordo com o PANA II, de forma geral a classe empresarial não tem uma visão elaborada sobre o ambiente. Os empresários consideram geralmente o ambiente como um factor de custo adicional, de restrição das suas actividades provocada por instrumentos legais e de complicação e não como uma oportunidade. A sua sensibilidade é apenas reactiva aos aspectos legais.

Tal facto demonstra necessidade de acções sistemáticas de sensibilização, de mais concertação entre as actividades de conservação e preservação ambiental e os interesses empresariais, para uma actuação equilibrada de ambas as partes. É fundamental a participação de privados nos processos de planificação e de decisão nos domínios públicos e ter sistemas de comunicação, diálogo e informação funcionais.

Actualmente existe mais sensibilidade para as questões ambientais no sector empresarial, registando-se a utilização de novas tecnologias na construção civil que utilizam menos inertes.

7.2 Instituições Internacionais

7.2.1 FAO

Este organismo participa da elaboração das Convenções, Códigos e Leis para a conservação e a gestão durável dos recursos biológicos de todos os países do mundo.

Em Cabo Verde, tem contribuído para a elaboração e a execução de vários projectos e programas de desenvolvimento em matéria das pescas. Ainda intervém na área da avaliação dos recursos haliêuticos e estabelecimento das regras para uma melhor gestão destes recursos.

7.2.2 A Comissão Sub-Regional das Pescas - CSRP

A Comissão Sub-regional das pescas é uma organização intergovernamental de cooperação haliêutica entre os países da sub-região oeste africana (Cabo Verde, Gâmbia, Guiné, Guiné Bissau, Mauritânia, Senegal e Serra Leoa).

Ela tem como objectivo: i) harmonização a longo prazo das políticas de pesca dos países membros, ii) o reforço da cooperação ao proveito do bem-estar das populações, iii) a promoção e elaboração de uma política coordenada e harmoniosa de regulação de acesso e alocação dos direitos da pesca.

7.2.3 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

O PNUD é a rede mundial das Nações Unidas para o Desenvolvimento e está presente em 166 países. Instalado em Cabo Verde há muitos anos, é um dos principais parceiros na implementação de projectos em várias áreas, sobretudo no domínio do ambiente.

Está inserido no Escritório Comum do programa das Nações Unidas em Cabo Verde junto com o FNUAP e UNICEF.

Do Programa Único das Nações Unidas para 2008 a 2011, em Cabo Verde, constam dez subprogramas, entre os quais o do meio ambiente que inclui os domínios do ambiente, energia, prevenção e resposta a desastres naturais.

O PNUD funciona tanto como entidade financiadora de projectos, como agência de execução de fundos do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF).

Nos últimos anos muitos projectos foram executados pelo PNUD, junto com as instituições nacionais, tanto como financiador, como agência de execução, dos quais destacamos: elaboração do NAPA ; Criação e Gestão Participativa de Áreas Protegidas em Cabo Verde: implementação do Sistema de Informação sobre a Água (SINAGUA), avaliação da

vulnerabilidade às mudanças climáticas; subprograma Ambiente, Energia, Prevenção e Respostas aos Desastres; Adaptação à mudança do Clima - Resposta à mudança do litoral e às suas dimensões humanas na África Ocidental (ACCC).

Os projectos “ Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas em Cabo Verde” e “ Reforço das capacidades de adaptação e resiliência às mudanças climáticas, no sector dos recursos hídricos” estão na fase inicial e estão previstos ainda os projectos “ Protecção e Gestão Integrada das Zonas Costeiras”, “ Mobilização e gestão integrada dos recursos hídricos” e “ Modernização e diversificação da produção agrícola para melhorar a segurança alimentar”.

7.2.4 Fundo Mundial para a Natureza - WWF

O WWF é uma instituição com larga experiência a nível mundial no domínio da conservação da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos. Em 2006 o WWF criou uma representação em Cabo Verde.

Executou o projecto das áreas marinhas protegidas da Baía da Murdeira e de Santa Luzia e ilhéus. Promoveu várias acções no âmbito da preservação e educação ambiental em diversas ilhas.

8. POLÍTICAS DO AMBIENTE E DAS PESCAS

Devido as suas vulnerabilidades, desde sempre são relevantes as preocupações ambientais em Cabo verde. Também, sempre houve uma vocação orientada para agricultura, dificuldades no desenvolvimento da pesca e uma certa preocupação no que concerne à conservação ambiental, incluindo a preservação de espécies haliêuticas de valor comercial.

A partir da independência, registaram-se várias actividades de conservação e protecção do ambiente, o que demonstra a preocupação dos sucessivos governos com a questão da

preservação dos ecossistemas e com o enquadramento dos organismos vocacionados para a gestão ambiental.

Em 1975 iniciou a produção de uma legislação específica que incorpora várias medidas legislativas visando a preservação dos recursos naturais. A partir de 1993 Cabo Verde passou a dispor de leis ordinárias (lei da criação das áreas protegidas, lei sobre a importação, comercialização e uso de pesticidas em Cabo Verde)

A partir da Conferência Mundial do Ambiente que teve lugar na cidade do Rio de Janeiro em Junho de 1992, Cabo Verde aderiu aos princípios de desenvolvimento sustentável enunciados na Agenda 21 e, neste contexto, elaborou um Primeiro Plano de Acção Nacional para o Ambiente em 1994.

Com a adopção e implementação das três Convenções do Rio (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, Convenção sobre a Diversidade Biológica e Convenção da luta contra a desertificação nos países gravemente afectados pela seca e/ou a desertificação) foram aprovados no ano 2000 o Programa de Acção Nacional da Luta contra a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN - LCD), a Estratégia e Plano de Acção sobre a Biodiversidade.

Em 1999 foi elaborada a Estratégia e o Plano de Acção sobre Mudanças Climáticas em Cabo Verde (NAPA) e, em 2004, o Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente – PANA II, que inclui Planos Intersectoriais, Planos Ambientais Municipais, e 4 estudos de base entre os quais o Plano de Gestão dos Recursos da Pesca.

8.1 Políticas de Pescas

A Zona Económica Exclusiva (ZEE) de Cabo Verde é estimada em 734 265 km². Apesar de estar localizado numa zona de produção primária relativamente alta, o potencial haliêutico conhecido está entre 36.000 a 44.000 toneladas. Sendo Cabo Verde um país insular de situação geo-económica privilegiada, a pesca é um dos sectores considerados importante para o desenvolvimento económico do país, fornecendo proteínas de origem animal às populações, constituindo uma importante fonte de emprego e contribuindo para o equilíbrio da balança de pagamentos através das exportações.

Assim sendo, desde o período da Independência, através de vários instrumentos, o Governo tem definido princípios orientadores de uma gestão equilibrada e sustentável desses recursos, evitando a sua degradação. Assim, vários instrumentos dispersos de gestão dos recursos haliêuticos foram promulgados ao longo dos anos. Ainda, são notórios os esforços para a modernização das embarcações, construção de infra-estruturas de frio e de desembarque, implementação de um sistema de controlo e de inspecção dos produtos da pesca, reforço da fiscalização, capacitação dos operadores de pesca, desenvolvimento da investigação científica, entre outros.

8.1.1 Legislação Nacional

De entre as várias leis nacionais sobre a pesca destaca-se as seguintes:

▼ Áreas Marítimas da República de Cabo Verde

Lei nº 60/IV/92 – Delimita as áreas marítimas da República de Cabo Verde e revoga o Decreto-Lei nº 126/77, bem como todas as disposições legais que contrariem a presente lei – B.O. nº 24 Iª Série de 21 de Dezembro de 1992.

Tratado sobre a delimitação da fronteira marítima entre a República de Cabo Verde e República do Senegal – B.O. nº 25 2º Suplemento 16 de Junho de 1993.

Resolução nº 99/VI/2004 – aprova, para ratificação, o texto do Tratado de Delimitação de fronteiras Marítimas entre a República de Cabo Verde e a República Islâmica da Mauritânia – B.O. nº 18 de 14 de Junho; rectificado in B.O. nº 23 de 2 de Agosto.

Rectificação da Resolução nº 99/VI/2004 – incluindo os anexos, a parte relativa a carta de delimitação de fronteira marítima comum entre a República de Cabo Verde e a República Islâmica da Mauritânia. I Série – Nº 23 B.O da República de Cabo Verde – 2 de Agosto de 2004.

▼ **Política de aproveitamento sustentável dos recursos haliêuticos, designadamente as normas de acesso aos referidos e de planificação da sua gestão, e, bem assim, a fiscalização do exercício da pesca e de actividades conexas:**

Decreto nº17/87, de 5 de Setembro – Estabelece as normas de protecção dos recursos haliêuticos, como lagostas, tartarugas marinhas e tunídeos, bem como a definição de medidas de conservação e fiscalização das actividades de pesca.

Decreto-lei nº 53/2005 – define os princípios gerais da política de aproveitamento sustentável dos recursos haliêuticos – B.O. nº 32 Iª Série de 8 de Agosto de 2005. Revoga o Decreto-lei nº 17/87.

Decreto nº 97/87 – Define as normas que possibilitam a execução de certas disposições do Decreto-Lei nº 17/87 – B.O. nº 36 de 5 de Setembro.

▼ **Gestão dos recursos**

Resolução nº 3/2005 – aprova o Plano de Gestão dos recursos da Pesca – B.O. nº 8 Iª Série de 21 de Fevereiro de 2005.

▼ **Pesca Amadora**

Decreto-Lei nº 54/2005 – Regulamenta a actividade da pesca amadora nas águas sob jurisdição nacional – B.O. nº 24 Iª Série de 22 de Agosto. A pesca amadora em Cabo Verde é importante numa perspectiva de desenvolvimento turístico. Mas impõe-se cautela a

protecção dos recursos naturais, a segurança e os princípios fundamentais da ética desportiva.

▼ **Inspecção da qualidade, sanidade, certificação dos produtos da pesca e licenciamento sanitário**

Decreto-Lei nº 9/2002 – Define as atribuições da Autoridade Competente para Inspecção controlo sanitário e certificação dos produtos da pesca – B.O. nº 7 I Série de 11 de Março

Portaria nº 59/2005 de 17 de Outubro – Aprova a nova tabela cobrar pelas inspecções – B.O. nº 42 da República de Cabo Verde de 17 de Outubro

▼ **Licença de pesca**

Portaria nº 52/2005 – Aprova os modelos de licenças de pescas para embarcações nacionais e estrangeiras – B.O. nº 38 Iª Série de 19 de Setembro

Portarias nº 56/2005 – aprova a nova tabela de emolumentos e taxas a cobrar na emissão de licenças de pesca a embarcações de pesca industrial e artesanal – B.O. nº 40 Iª Série de 3 de Outubro

Portaria nº 6/2005 – aprova a o modelo de licença de pesca Recreativa e Desportiva – B.O. nº 50 Iª Série de 12 de Dezembro

Portaria conjunta nº 69/2005 – aprova as tabelas de taxas a cobrar pela emissão de licenças de pesca Recreativas e Desportivas e celebração de Convénios de Pesca – B.O. nº 50 Iª Série de 12 de Dezembro

▼ **Conselho Nacional das Pescas**

Decreto – Regulamentar nº 10/2005 – define o Regimento do Conselho Nacional das Pescas – B.O. nº 44 I Série de 31 de Outubro. Tem por missão fundamental contribuir e assegurar o desenvolvimento sustentável do sector das pescas e a optimização do uso sustentável dos recursos haliêuticos. Ainda assessoria o Governo na avaliação, definição e execução das políticas para o sector.

8.1.2 Convenções, Acordos, Protocolos e Códigos

Vários são as convenções, acordos e protocolos assinados no domínio das pescas, destacando os acordos de pesca entre Cabo Verde e a União Europeia para espécies altamente migratórias, várias são as convenções de cooperação científica entre instituições e Universidades nacionais e estrangeiras na área de investigação haliêutica e oceanográfica, entre outras.

De entre as várias convenções, acordos e protocolos assinados ao nível da pesca, nomeamos os seguintes:

Decreto nº 59/85 – aprova o acordo entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República do Senegal no domínio das pescas marítimas – B.O. nº 23 1ª Série de 8 de Junho

Protocolo de Aplicação de Acordo entre a República de Cabo Verde e a República do Senegal no domínio das pescas marítimas, assinada em Dakar a 29 de Março de 1985

Lei nº 41/III/88 – convenção relativo à criação da Comissão Sub-Regional das Pescas – B.O. nº 52 Suplemento de 27 de Dezembro

Decreto-lei nº 49/91 – Aprova o Acordo e cooperação entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República Portuguesa nos domínios do Desenvolvimento Marítimo, Hidrografia, Cartografia, Segurança da navegação e Oceanografia – B.O. nº 18 1ª Série de 4 de Maio

Decreto nº 11/2005 – Aprova a Adesão de Cabo Verde ao acordo para a Promoção do cumprimento das medidas internacionais de conservação e gestão pelos navios de pesca no alto mar – B.O. nº 40 1ª Série de 3 de Outubro.

Decreto nº 14/2005 – Aprova para adesão, o protocolo de emenda ao paragrafo 2 do artigo x da Convenção Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico, aberto à assinatura em Madrid no dia 5 de Junho de 1992 - B.O. nº 50 1ª Série de 12 de Dezembro.

Código de conduta para a pesca responsável (FAO)

Em 1995, os países membros da FAO adoptaram o Código de Conduta da Pesca Responsável, que estabelece princípios e métodos aplicáveis a todos os aspectos da pesca e da aquacultura. O código, largamente aplicado no sector da pesca, mostra caminhos para o desenvolvimento e gestão da pesca e da aquacultura. A FAO desenvolveu planos de acção internacionais e estratégias complementares para melhorar a informação com vista à posterior promoção da pesca responsável. Estes planos visam diversos aspectos – desde a pesca de linha, pesca de tubarão, capacidade de pesca ilegal, não declarada e não regulamentada.

Algumas partes deste código estão baseadas em normas pertinentes do direito internacional, incluídas aquelas reflectidas na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 10 de Dezembro de 1982.

O código é de aplicação mundial e está dirigido aos membros e não membros da FAO, as entidades pesqueiras, as organizações sobre regionais, regionais e mundiais, tanto governamentais como não governamentais e todas as pessoas envolvidas na conservação dos recursos pesqueiros e na ordenação e desenvolvimento da pesca, tais como pescadores e aqueles que se dedicam ao processamento e comercialização do peixe e produtos pesqueiros, assim como outros usuários do meio ambiente aquático que têm relação com a actividade pesqueira.

Código Marítimo de Cabo Verde (15 nov. 2010)

O Código Marítimo de Cabo Verde decorre da necessidade premente sentida há vários anos de modernizar e sistematizar a legislação marítima e portuária que pudesse suceder ao sistema normativo de direito marítimo herdado de Portugal, consubstanciado, fundamentalmente, no Código Comercial Português, dos finais do século XIX (1888), ao qual se foi aditando diversos outros diplomas avulsos, regulando matérias relacionadas com o sector marítimo e portuário não contemplados nesse código.

O Código regula os espaços marítimos nacionais, navios, embarcações e artefactos navais, bem como as situações e relações jurídicas nascidas por ocasião da navegação por mar e do transporte marítimo.

O código se aplica à todos os navios, seja qual for a nacionalidade do navio ou a nacionalidade e residência dos seus proprietários ou armadores. Constituindo referência obrigatória para todos quantos directa ou indirectamente se envolva em actividades marítimas e portuárias em Cabo Verde.

A República de Cabo Verde na sua zona contígua exerce o controlo necessário para prevenir e punir infracções cometidas no seu território terrestre, águas interiores, águas arquipelágicas e mar territorial, às leis e regulamentos aduaneiros, fiscais, sanitários e de emigração.

Todos os navios podem navegar livremente pelos espaços marítimos de Cabo Verde, quer seja para os atravessar em passagem lateral, quer para entrar ou sair dos portos nacionais, respeitando as restrições e requisitos estabelecidos no Código e em legislação especial, designadamente, aduaneira, sanitária e de emigração.

8.2 Políticas Ambientais

A elaboração e implementação do PANA II constitui um marco no sector do ambiente, devido à metodologia de elaboração e o envolvimento dos sectores, municípios, sociedade civil e das empresas privadas conseguido. Uma das principais estratégias da política do ambiente, espelhada no PANA II é a incorporação das preocupações ambientais em todos os planos, programas e projectos de todos os sectores e dos municípios.

O plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANAI) feito para o período de 2004-2014, aponta a degradação dos solos nas zonas rurais, a perda da biodiversidade, o acúmulo e dispersão dos desperdícios como os principais problemas ambientais do país. A reduzida capacidade de produção nos sectores agrícola e pecuária, estimulam a sobre exploração dos recursos naturais existente, como por exemplo a extracção de inertes nas zonas costeiras,

provocando a salinização dos solos. Assim o PANA II compilou medidas de médio e longo prazo visando minimizar as práticas negativas do ambiente em Cabo Verde. Foram estabelecidas metas e criada uma matriz de indicadores, junto com os parceiros internacionais que dão apoio orçamental a Cabo Verde, para o seguimento do PANA II.

O Conselho Nacional do Ambiente foi criado e regulamentado em 2005 (Decreto Lei nº 56/2005, de 22 de Agosto), é um órgão consultivo que dá orientações para a definição de políticas e estratégias para o sector do ambiente. É presidido pelo Ministro que tutela o sector do ambiente e integra representantes de vários Ministérios, da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde, a Plataforma das ONGs.

Para o seguimento do PANA II criou-se a Comissão de Gestão e Seguimento (CGS) do PANAI, constituído por representantes de todos os sectores e da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV). Neste momento está-se a fazer a revisão do PANA II de forma a adequar as prioridades, as metas e as acções à situação actual.

A implementação do PANA tem como suporte instrumentos tais como a educação ambiental e o reforço da capacidade institucional que compreende o sistema de informação, a legislação e regulamentação, e o controlo ambiental.

Para além do PANA II, os Planos de acção para a Biodiversidade, de Luta contra a Desertificação (PAN-LCD) e a de Adaptação às Mudanças Climáticas (NAPA), elaborados no quadro das convenções constituem instrumentos importantes na implementação das políticas do sector.

A criação do Sistema de Seguimento da Qualidade Ambiental (SSQA) e do Sistema de Informação Ambiental (SIA) e a aplicação do Decreto-lei nº 29 /2006, de 6 de Março que regula a avaliação de impacto ambiental dos projectos públicos e privados, são instrumentos de controlo e de informação vieram reforçar a gestão ambiental em Cabo Verde

8.2.1 Legislação Nacional

De entre as várias leis nacionais sobre ambiente destacam-se as seguintes:

Decreto nº 104/80 – estabelece o regime de extracção de areia nas praias - B.O. nº 51 1ª Série de 20 de Dezembro.

Decreto nº41/II/84, de 18 de Junho – Aprova o Código da Água

Decreto nº 82/87, de 1 de Agosto – Estabelece normas de garantia da qualidade dos recursos hídricos e de prevenção das doenças de base hídrica.

Decreto-Lei nº 62/89, de 14 de Setembro – Regula as actividades referentes à restauração e conservação do coberto florestal.

Lei nº 85/IV/93, de 16 de Julho de 1993 - define as bases do ordenamento do território nacional e o planeamento urbanístico.

Portaria nº 1-F/91, de 25 de Janeiro – Estabelece um conjunto de regras a observar pelas empresas industriais que procedam ao transporte, armazenagem, manuseamento, tratamento e evacuação de produtos tóxicos ou perigosos.

Lei nº 21/IV/91, de 30 de Dezembro – Estabelece os objectivos e as políticas do desenvolvimento turístico.

A Lei n.º 86/IV/93 de 26 de Julho - define as bases da política do ambiente - B.O. nº 27 1ª Série de 26 de Junho.

Em 1994 é publicado a Lei de Base da Política do Ambiente, através do decreto-lei nº32/94, de 4 de Maio, a partir da qual “Define as bases de política do ambiente, com estipulação dos princípios e objectivos. A partir de 1995 a criação do Secretariado Executivo para o Ambiente, hoje Direcção Geral do Ambiente (Decreto-Lei n.º 8/2002 de 25Fevereiro de 2002).

Lei nº 79/III/90 – declara reservas naturais as ilhas de Santa Luzia e todas os ilhéus que integram o arquipélago de Cabo Verde – B.O nº 25 Suplemento de 29 de Junho.

Lei nº137/IV/95, de 3 de Julho - Autoriza o Governo a legislar sobre alguns crimes contra o ambiente e respectivas penas.

Decreto legislativo nº 14/97 de 1 de Julho - desenvolve as bases da política do ambiente.

Decreto-lei nº 69/97 – proíbe a extracção e a exploração de areia nas dunas, nas praias e nas águas interiores - B.O. nº 42 Iª Série de 3 de Novembro

Decreto-Regulamentar nº 7/2002, de 30 de Dezembro – Estabelece as medidas de conservação e protecção das espécies vegetais e animais.

Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 Fevereiro – estabelece o regime jurídico dos espaços naturais que merecem protecção espacial e integram a Rede Nacional de Áreas protegidas.

Decreto-Lei nº 5/2003 – de 31 de Março – Define o sistema nacional de protecção e controlo do ar.

Decreto-Lei nº 6/2003, de 31 de Março – Estabelece o regime jurídico de licenciamento e exploração de pedreiras.

Decreto-Lei nº 31/2003, de 1 de Setembro – Estabelece os requisitos essenciais a considerar na eliminação de resíduos sólidos urbanos, industriais, e outros e respectiva fiscalização, tendo em vista a protecção do meio ambiente e a saúde pública.

Decreto nº1/2005 - Aprova para adesão à Convenção sobre o Comercio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens ameaçadas de extinção e à Emenda ao artigo XXI adoptada em Gaborone, 1983 - B.O. nº 12 Iª Série de Março

Decreto nº 13/2005 – aprova a adesão à Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias pertencentes à fauna selvagem - B.O. nº 49 Iª Série de 5 de Dezembro

Decreto-Lei nº 56/2005, de 22 de Agosto – Aprova o Diploma Orgânico do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pesca.

Decreto-Lei nº 29 /2006, de 6 de Março – Determina as regras e os procedimentos aplicáveis a avaliação do impacte ambiental de planos, programas e projectos de desenvolvimento.

Convém realçar que no domínio ambiental, existe no país um manancial de textos legislativos e regulamentares.

Decreto-Lei nº 44/2006, de 28 de Agosto – Altera alguns artigos do Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro que estabelece o regime jurídico das áreas protegidas.

8.2.2 Convenções, Acordos, Protocolos e Códigos

Em 1979 durante a Primeira Conferência Mundial sobre o Clima foi reconhecido que as Mudanças Climáticas representavam um problema sério. Em 1988, criaram o Grupo Intergovernamental sobre a Evolução do Clima, para avaliar o então estado dos conhecimentos sobre o sistema climático e sua evolução. Em 1990 o Grupo Intergovernamental sobre a Evolução do Clima publicou o primeiro relatório da avaliação que deu a prova científica das mudanças climáticas.

A segunda conferência sobre as Mudanças Climáticas que teve lugar em 1990, solicitou uma Convenção Quadro sobre as Mudanças Climáticas e permitiu a inclusão, dos seguintes princípios: as Mudanças Climáticas como preocupação comum da humanidade, o desenvolvimento durável, o princípio da precaução, entre outros. A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas foi adoptada em Nova York a 9 de Maio 1992, tendo sido assinada por 154 países na Cimeira da Terra em Junho do mesmo ano. A Convenção entrou em vigor no dia 21 de Março do ano 1994. Em 29 de Março de 1995 Cabo Verde ratificou a CQNUMC que entrou em vigor em 22 de Junho do mesmo ano.

Cabo Verde ratificou o Protocolo de Kioto o que lhe permite beneficiar do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), pelo que foi criada a Autoridade Designada para avaliação e submissão de projectos ao MDL.

Em 2000 Cabo Verde apresentou a Primeira Comunicação Nacional bem como a Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre Mudanças Climáticas.

A nível internacional Cabo Verde tem ratificado e implementado várias Convenções, como identificado no quadro abaixo:

Convenções Internacionais Ratificados por Cabo Verde

Instrumento jurídico	Objecto	Local/Data de conclusão	Assinatura/Aprovação	Ratificação
Convenção das Nações Unidas	Luta Contra a Desertificação	Paris, 17 de Junho de 1994	Assembleia Nacional: Resolução n.º 98/IV/95, de 8 de Março	8 de Março de 1995
Convenção-Quadro	Mudança climática	Nova York, 9 de Maio de 1992	Assembleia Nacional: Resolução n.º 72/IV/94, de 20 de Outubro	29 de Março de 1995
Convenção	Diversidade biológica	Rio de Janeiro, 5 de Junho de 1992	Assembleia Nacional: Resolução n.º 73/IV/94, de 20 de Outubro	29 de Março de 1995
Convenção	Controlo de movimentos transfronteiriços	Basileia 22 de Março de 1989	Assembleia Nacional: Resolução n.º 74/IV/94, de 20 de Outubro	2 de Julho de 1999
Convenção	Protecção da Camada do Ozono	Viena, 22 de Março de 1985	Conselho de Ministros: Decreto n.º 6/97, de 31 de Março	6 de Julho de 2001
Convenção das Nações Unidas	Sobre o Direito do Mar		Assembleia nacional: Lei n.º 17/II/87, de 3 de Agosto	10 de Agosto de 1987
Convenção	Delimitação das condições de acesso e de exploração dos recursos haliêuticos ao largo das costas dos Estados membros da Comissão Sub-regional das Pescas	1993	Assembleia Nacional: Resolução n.º 38/V/96, de 30 de Dezembro	
Convenção Internacional	Responsabilidade civil pelos prejuízos devidos à poluição por hidrocarbonetos		Conselho de Ministros Decreto n.º 2/97, de 10 de Fevereiro	
Convenção	Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)	Estocolmo Maio 2001	Conselho de Ministros: Decreto nº 16/2005 de 19 de Dezembro	1 de Março 2006
Convenção	Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas	Ramsar 1971	Conselho de Ministros: Decreto nº 4 /2004 de 18 de Novembro	18 de Novembro de 2005
Convenção	Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens ameaçadas de extinção	1963	Conselho de Ministros: Decreto nº 1 /2005 de 21de Março	10 de Agosto 2005
Convenção	Conservação das Espécies Migratórias pertencentes à fauna selvagem		Conselho de Ministros: Decreto nº 13 /2005 de 5 de Dezembro	18 de Janeiro de 2006
Convenção	Procedimento de prévia informação e consentimento para determinados produtos químicos e pesticidas perigosos ao comércio internacional	Roterdão	Conselho de Ministros: Decreto nº 17/2005 de 28 de Dezembro	1 de Março 2006

Tabela 2 - Resumo das Convenções Internacionais ratificadas por Cabo Verde

Fonte: Sistema de Informação Ambiental

Instrumento jurídico	Objecto	Local/Data de conclusão	Assinatura/Aprovação	Ratificação
Protocolo	Relativo às substâncias que empobrecem a camada do ozono	Montréal, 16 de Setembro 1987	Conselho de Ministros: Decreto n.º 5/97, de 31 de Março	6 de Julho de 2001
Protocolo	Prevenção da poluição por navios	1973	Decreto n.º 7/96, de 10 de Dezembro	
Protocolo	Biosegurança	Cartagena	Conselho de Ministros: Decreto nº 11 /2005 de 26 de Setembro	1 de Novembro 2005
Protocolo	Quioto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas	Quioto	Resolução 149/IV/2005 de 5 de Dezembro	10 de Fevereiro de 2006
Tratado	Delimitação de fronteira marítima entre Cabo Verde e o Senegal	1993	Assembleia Nacional: Resolução n.º 29/IV/93, de 16 de Julho	

Tabela 3 - Acordos e protocolos Ratificados por Cabo Verde

Fonte: Sistema de Informação Ambiental

8.3 Programas, Planos do Governo

As principais orientações da acção do Governo e de actuação das instituições, constam em documentos estratégicos de média e longa duração designadamente programas e planos que são materializadas em projectos com objectivos e prazos bem definidos. Os primeiros documentos orientadores foram os chamados Programas e Projectos de 1ª geração elaborados em 1977. Esse programa propôs como objectivos:

- Elevar o consumo nacional de pescado per capita, orientando a produção artesanal para o abastecimento da população residente e criando circuitos de comercialização até à data inexistentes.
- Elevar as exportações e criar infra-estruturas de apoio e prestações de serviços em terra.
- Desenvolver a frota costeira e oceânica para garantir a exploração dos recursos da ZEE.

Para dispor de suporte científico-técnico para a implementação do programa, foram desencadeadas algumas acções no sentido de se conhecer o potencial haliêutico do país, através de algumas missões científicas e técnicas, e instalou-se um sistema de levantamento

de dados estatísticos para o sector, semelhante ao usado nos países costeiros do Atlântico Centro Este (COPACE).

Numa perspectiva de alcançar os objectivos preconizados, neste período, foram criadas e ou remodeladas empresas públicas dentro do sector para dinamizar a actividade pesqueira nos subsectores artesanal e industrial.

De 1982 à 2005, para além dos programas dos Governos com ideologias e orientações políticas no geral, foram elaborados e implementados 5 planos nacionais de desenvolvimento com directrizes estratégicas abrangendo os sectores económicos, sociais e ambientais. As prioridades constavam nos documentos designados grandes opções do plano. Em matéria das pescas, as acções mais importantes a realçar no âmbito das estratégias foram os seguintes:

1º Plano Nacional de Desenvolvimento, implementado (1982- 1985), tentou consolidar o primeiro programa estabelecido. As principais acções levadas a cabo durante esse período, foram a construção das instalações frigoríficas da “Intermar” (1981), com capacidade para 6000 toneladas e ainda a aprovação do acordo de empréstimo com os Fundos Árabes para construção de 4 atuneiros de 16 metros e 4 de 22 metros que chegaram ao país em 1985-1986.

O 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (1986 – 1990) – Durante a vigência desse Plano, foi extinto a SCAPA e criado o IDEPE que ficou encarregado da promoção do desenvolvimento da pesca artesanal. Simultaneamente o INIP, criado na mesma ocasião, foi encarregado da investigação aplicada às pescas. De destacar neste período o início em 1988 do projecto BAD/FIDA de desenvolvimento da pesca artesanal, financiado por essas duas instituições.

O 3º Plano Nacional de Desenvolvimento (1992 – 1996) definiu o sector das pescas como prioritário e estabeleceu como objectivos:

- a introdução de novas embarcações, com maior autonomia e garantia de maior segurança no mar.
- a construção de infra-estruturas, nomeadamente de um porto de pesca e de um entreposto frigorífico na Praia para facilitar as operações de desembarque e conservação de pescado.
- a introdução de novos engenhos de pesca visando aumentar a produção.
- o aumento da motorização e do aprovisionamento em materiais de pesca diversos.
- a dinamização de uma política de crédito adequada ao sector.
- o incentivo à criação de jovens empresários no sector.
- a implementação de um sistema de venda de pescado em lotas.
- a valorização do papel da componente formação nos vários aspectos ligados à pesca.

De realçar neste período a criação do Fundo de Desenvolvimento das Pescas (F.D.P.), instituição vocacionada para a gestão de vários tipos de incentivos (bonificação das taxas de juros para empréstimos contraídos junto da banca comercial, subsídio do gelo, subsídio a fundo perdido, comparticipação nos juros relativos à dívida dos armadores com o Banco de Cabo Verde), no quadro da gestão do programa para o relançamento do sector. Ainda a mencionar a criação das empresas *Fishpackers*, *Expomar* e Pesca Norte-Sul, Lda.

4º Plano Nacional de Desenvolvimento (1997 – 2000) ficou definido que o papel do Estado no sistema deveria ser o de:

- Incentivar a iniciativa privada
- Encorajar a melhoria da qualidade
- Definir um quadro legislativo e regulamentar e implementá-lo

- Desenvolver a investigação científica e o profissionalismo no sector
- Difundir as informações.

Este Plano definiu como objectivos fundamentais:

- Aumentar o ritmo de crescimento anual das capturas dentro dos limites de sustentabilidade dos recursos.
- Expandir progressivamente a área de actividade, para além da ZEE nacional
- Aumentar a produção industrial
- Aumentar as exportações no sector
- Aumentar o emprego no sector

Assim, foram levadas a cabo várias acções salientando-se as seguintes:

- Criação do Centro de Informação do Atum em Mindelo encarregado de fornecer informações úteis às operações diárias das frotas.
- Realização de campanhas experimentais fundamentalmente destinadas à divulgação de redes de emalhar e de palangre.
- Instalação de vários Dispositivos de Concentração de Pescado (D.C.P.).
- Foram concebidos, confeccionados e testados modelos de caixas isotérmicas para conservação de pescado.
- Construção e colocação de 24 faróis com vista a melhorar a segurança no mar.

A mencionar ainda a criação da empresa Frescomar envolvida na actividade de captura e transformação.

Foram desenvolvidas várias acções no âmbito do processo de adaptação das empresas nacionais às normas higio-sanitárias da União Europeia tendo-se criado ainda a Autoridade

Competente para a inspecção sanitária e controle de qualidade dos produtos da pesca. Foi também publicado um conjunto de dispositivos legais para regulamentar essa problemática.

O Plano Nacional de Desenvolvimento 2002 – 2005, define como orientações estratégicas:

- A definição e implementação de uma política de protecção e defesa do ambiente, nas suas diversas componentes (recursos naturais, legislação, organização e desenvolvimento institucional).
- A adequação da legislação e dos instrumentos de promoção ao novo contexto de desenvolvimento.
- A articulação e estabelecimento de sinergias entre os diversos sub-sectoros.
- A exploração dos recursos orientado por um plano estratégico.
- A renovação e modernização de estruturas produtivas.
- A adequação da capacidade técnica e organizacional dos operadores para que possam assumir o papel de agentes fundamentais do desenvolvimento.
- A definição e a implementação de formação e de investigação orientada para a resolução dos problemas identificados e capazes de potenciar o desenvolvimento e a modernização.

Dentre as medidas estratégicas para o período destaca-se:

- A elaboração e implementação de um plano estratégico de gestão do sector, de forma a manter uma exploração sustentada dos recursos
- A modernização das estruturas produtivas (frota, conservarias e infra-estruturas de apoio) associada à introdução de modelos adequados de gestão.
- Capacitação dos operadores do sector como agentes catalisadores do desenvolvimento
- Revisão e adequação do sistema de incentivos e do figurino institucional de forma a responder aos desafios identificados

- Reforço das capacidades institucionais
- Dinamização das comunidades piscatórias através da diversificação das actividades e da integração dos programas e projectos numa perspectiva de desenvolvimento integrado.
- Desenvolvimento da capacidade de investigação e o reforço das sinergias entre a investigação e a produção.
- Definição e implementação de um sistema de informação, suporte para a elaboração de políticas e gestão dos recursos.

A partir de 2005, os Planos Nacionais de Desenvolvimento foram sucedidos em termos de orientações estratégicas, pelo Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza I, no período de 2005-2008 e o Documento de Estratégia de Crescimento Económico II, em curso – 2008 -2011 e em fase de avaliação.

O Programa de luta contra a pobreza, o *Millénium Challenge Account* (MCA), são instrumentos que na década de 2000 concorreram para o impulso da economia cabo-verdiana e beneficiaram de uma forma ou de outra, ainda que seja residual, o sector das pescas.

9. PLANOS E PROJECTOS SECTORIAIS

Numa perspectiva de desenvolvimento sustentável e integrada o país tem sido adoptado de planos e programas sectoriais que permitem realçar e desenvolver de actividades concretas em vários domínios. A nível do ambiente é de destacar o 1º Plano de Acção Nacional para o Ambiente – PANA I, com um horizonte de 10 anos (1994-2004). Este plano, consistiu essencialmente na implementação de três níveis de acção, relacionados com a implementação das convenções sobre diversidade biológica, luta contra desertificação e mudanças climáticas.

Em 2004, foi elaborado o PANA II, no horizonte de 10 anos (2004 -2014), que para além definir as orientações gerais para o ambiente integrou os Planos Ambientais Intersectoriais e o plano Gestão dos Recursos da Pesca (PGRP).

O PGRP (2004-2014) é um documento de base de natureza analítica, com medidas de desenvolvimento e de gestão para diferentes pescarias e diferentes horizontes temporais. É implementado através dos chamados Planos Bianuais Executivos (2005-2006, 2007-2008, 2009-2010 e, em preparação o de 2011-2012), publicados no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, contendo medidas de cumprimento obrigatório, sujeitas a fiscalização e ao poder sancionatório em caso de transgressão. Entre as principais medidas constantes do plano de base, absorvidas nos planos executivos, constam as relativas à zonas reservadas, à proibição de praticas nocivas de pesca, o estabelecimento de tamanhos mínimos de espécies capturáveis e a fixação de períodos de defeso de espécies ameaçadas.

No que se refere às mudanças climáticas, existe o Plano de Acção Nacional de Adaptação de Cabo Verde (NAPA, 2007) que identifica três objectivos sectoriais prioritários visando reduzir a vulnerabilidade climática: (i) promover a gestão integrada dos recursos hídricos para garantir o abastecimento de água potável, sustentar a irrigação para produção de alimentos, e manter os ecossistemas para a utilização turística/industrial; (ii) desenvolver a capacidade de adaptação de sistemas de produção agro-pastoril e florestal para melhorar a produção alimentar nacional e (iii) proteger e evitar a degradação de zonas costeiras das mudanças climáticas e do turismo.

A Implementação dos vários instrumentos de planificação criados deste a independência, foi feita através de projectos de desenvolvimento e de investigação, cuja execução não está confinada ao horizonte temporal de um determinado documento. Considerando o objecto em estudo, esses projectos serão apresentados de forma sucinta e estruturados em 2

grupos: os ligados a pesca que abrangem projectos de desenvolvimento e de investigação e os ligados ao ambiente e mudanças climáticas.

9.1 Sector das Pescas

Depois de 1992, os projectos ligados às pescas, na sua maioria, são implementados e executados pelo INDP, com diferentes fontes de financiamento, sendo uma parte com recursos internos e outra com recursos da cooperação bilateral ou multilateral. De forma sucinta apresentamos os seguintes:

Em 1981 deu-se início à execução do projecto ajuda japonesa de motorização da pesca artesanal “PROMOTOR”, que forneceu dois barcos de 16 metros para pesca e transporte de pescado, 600 motores fora de borda, um stock importante de peças sobressalentes, equipamentos para 2 oficinas centrais de manutenção de motores e 9 pequenas oficinas periféricas, materiais de pesca para ensaiar novas técnicas e um mestre de pesca.

Projecto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal (BAD/FIDA), com arranque em 1988, inicialmente previsto para ser executado em 36 meses, portanto com data prevista de término para 1991/1992. O Projecto entretanto foi sucessivamente prorrogado até Dezembro de 2000. Este projecto propôs como objectivos, a melhoria do abastecimento do pescado a nível do país, a manutenção dos níveis de exportação do pescado com vista a evitar uma redução dos rendimentos em termos de divisas e a melhoria das condições de vida nas comunidades piscatórias. As componentes do projecto visavam a modernização da frota artesanal efectuada através da introdução de 20 embarcações de 11 metros, em polyester reforçado com fibra de vidro e 16 embarcações de 6,5 m a 8 m construídas nos estaleiros nacionais. Através da componente motorização foi possível colocar 1060 motores (5, 8, 15, 25, e 40 CV) nas diferentes ilhas do país. Por outro lado o projecto importou materiais de pesca diversos que foram disponibilizados aos operadores sob a forma de venda directa ou a crédito. Outras componentes integrantes deste projecto são as infra-estruturas de pesca materializada na construção de um entreposto frigorífico no porto da

Praia e de centros técnico-sociais (construção em Porto Mosquito, Achada Ponta e Pedra Badejo, reabilitação em R^a da Barca e Chão Bom).

Em 1992, no âmbito da cooperação com o Japão foi construído o cais de pesca da Praia com 55 metros de comprimento e 24,5 metros de largura, e com capacidade de acostagem simultânea para três embarcações de dimensão média.

Projecto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal de Santo Antão (PAPASA), financiado pela Holanda, cujos objectivos foram o melhoramento das condições de vida dos operadores, o aumento da produção de pescado, o melhoramento das condições e de comercialização do pescado fresco e processado. O projecto foi implementado em três fases sendo a primeira de 1980 a 1985, a segunda de 1986 a 1988 e a terceira de 1989 a 1993. As actividades do projecto centraram-se na infraestruturação tendo-se construído centros de pesca em Ponta do Sol, Porto Novo e Tarrafal, dotados de câmaras frigoríficas e máquinas de gelo, arrastadores, sala de transformação de pescado e uma oficina de construção naval bem como a construção da estrada que dá acesso ao cais de Ponta do Sol, do varadouro na Cruzinha e da estrada de Janela. O projecto importou e disponibilizou aos pescadores artesanais 57 motores e ainda introduziu 5 embarcações (uma de 14 m, duas de 7 m, uma de 6,2 m e uma de 5,5 m).

Projecto Especial de Apoio à Pesca Artesanal – PEAPA. Com o término das actividades do projecto PAPASA e a sua privatização foi criado o PEAPA, financiado pela Associação dos Municípios de Santo Antão/Gabinete técnico Inter-Municipal, que veio preencher a lacuna deixada pelo PAPASA. De entre as acções levadas a cabo por este projecto destaca-se a concessão de crédito aos operadores artesanais, destinado às embarcações, à aquisição de materiais de pesca e motores fora de borda, bem como para a aquisição de caixas isotérmicas para a conservação do pescado e ainda às oficinas de carpintaria naval.

Projecto SUD/UIL – Com financiamento do Governo italiano este projecto operou de 1987 a 1993 nas ilhas do Maio e S. Nicolau. Os objectivos preconizados pelo mesmo foram construir infra-estruturas de apoio à pesca e melhorar os existentes, apoiar a comercialização de pescado, melhorar os meios de transporte marítimo e terrestre com o propósito de promover a comercialização do pescado, a formação dos operadores na área de gestão das infra-estruturas e em outras áreas tendo em vista o aumento da produção e o desenvolvimento da pesca artesanal. A implementação do projecto conduziu à introdução de dez embarcações melhoradas de 6,5 metros em fibra de vidro, com convés fechado e motor interno, à aquisição e instalação de máquinas de gelo e câmaras frigoríficas nas duas ilhas afectas, à reestruturação e dinamização da unidade de conserva da ilha do Maio, à construção do centro multifuncional de Tarrafal de S. Nicolau, à importação e comercialização de materiais de pesca e motores fora de borda.

Projecto de Promoção da Pesca Artesanal no Fogo e na Brava – FOPESCA. O projecto, financiado pelo Governo alemão, teve início em Setembro de 1992 e desenvolveu-se por fases, sendo a 1ª fase de 1992 a 1994 e a 2ª fase de 1995 a 1998 e 3ª fase de 1998 a 2001. Face aos resultados positivos alcançados entendeu-se oportuno estender o projecto a outras ilhas do país e actualmente opera também em Santiago e Maio. De entre os objectivos propostos pelo projecto, de salientar o aumento da produção artesanal nas ilhas do Fogo e da Brava e a melhoria das condições e dos circuitos de comercialização do pescado nas ilhas do Fogo e da Brava. Várias actividades foram desenvolvidas de entre as quais se destaca a introdução de botes com maior autonomia, a diversificação dos engenhos de pesca, o fomento à iniciativa privada e organização dos pescadores para além de operarem na área de crédito, comercialização e construção de infra-estruturas de apoio à pesca.

Projecto de Desenvolvimento das Pescas de Cabo Verde (GCP/CVI/033/NET), financiado pela Holanda, teve início em 1995 após uma fase de preparação, e prolongou-se até 2000. O objectivo principal do projecto pode ser resumido no aumento das vantagens económicas e sociais provenientes da exploração dos recursos haliêuticos. O projecto foi essencialmente

de apoio institucional, dirigido à preparação de um programa de investigação haliêutica e de promoção do desenvolvimento do sector.

Projecto de Desenvolvimento da Pesca Industrial com início em 1995, ainda em execução, possui uma componente modernização da frota através da qual começou já a ser introduzido 10 embarcações de 26 metros e uma componente institucional que incluiu a construção da sede do INDP, apoio à célula de execução e assistência técnica em matéria de crédito marítimo, comercialização, acompanhamento e avaliação de projecto.

Projecto Integrado de Desenvolvimento das Pescas, financiado pelos Fundos Nórdicos e Islândia, com várias componentes, a saber, uma componente de apoio institucional, a componente dirigida a um centro de treinamento de pesca, a componente Centros de Isco/Centro de informação do Atum e a componente desenvolvimento de infra-estruturas e a componente investigação. Através deste projecto foi reforçada a capacidade técnica do INDP, construído o centro de treinamento de pesca no ISECMAR, vocacionado para formar profissionais da pesca, foi implementada uma experiência piloto de centro de isco, operacionalizou-se um Centro de Informação do Atum com informações úteis às actividades da frota, foram adquiridas três unidades de fabrico de gelo, caixas isotérmicas e instalado um cais flutuante em Ribeira da Barca.

O estudo de viabilidade para a construção de cinco cais de pesca nas localidades de Ponta do Sol, Carriçal, R^a da Barca, Rincão e Tarrafal de Santiago, financiado pelo BAD.

A partir de 1997 deu-se início ao Programa Nacional de Luta contra a Pobreza que integra alguns projectos de apoio ao sector artesanal.

O Programa para os meios de existência duráveis na pesca (PMED), em curso, foi financiado pelo Reino Unido, é executado pela FAO e beneficia 25 países da costa oeste africana. O

objectivo do programa é o desenvolvimento do capital humano e social da pesca artesanal visando a utilização sustentável dos recursos.

Cais de pesca Mindelo – o complexo de pesca de Mindelo foi financiado pelo Governo do Japão sob a forma de donativo e inclui um cais de pesca com um comprimento total de 120 metros e um quebra-mar de 100 metros. Foi inteiramente executado entre os anos de 1999 e 2000.

Extensão cais de pesca Praia, financiado pelo Governo do Japão, teve início em 2002 e está prevista a sua conclusão para Dezembro de 2003.

Projecto TENATSO

(Observatório oceano-atmosférico do Atlântico Tropical Nordeste), executado no período de 2006 à 2009, visava implementar um Observatório de monitorização das condições atmosféricas e oceânicas relativo às mudanças globais na região crítica noroeste atlântica. Os Observatórios são fundamentais para a compreensão das mudanças climáticas globais. Assim, o TENATSO deu início a observações atmosférico - oceânicas no Atlântico tropical em Cabo Verde.

As actividades na Estação Atmosférica começaram em Outubro de 2006, desde então mede os parâmetros meteorológicos, gases de efeito estufa e gases efémeros, além de caracterização de aerossóis. Os dados do observatório têm contribuído para o programa de Vigilância da Atmosfera Global ([GAW](#)) da Organização Meteorológica Mundial (OMM).

As actividades na Estação Oceanográfica começaram no final do verão de 2007. A estação traz informações inéditas sobre as interações entre a produtividade biológica marinha e a composição da atmosfera. O observatório oceânico mede a temperatura, a salinidade, os parâmetros biológicos, os nutrientes, o carbono e o oxigénio dissolvidos, contando ainda com um "mooring" oceanográfico para observações contínuas in situ. Os dados do

observatório têm contribuído para o programa de Sistema de Observação Global da Terra ([GEOSS](#)).

O TANATSO, actualmente é conhecido como Observatório Oceânico (CVOO-TENATSO) e Observatório Atmosférico (CVAO) fazem parte de uma rede internacional de Observatórios – EuroSITES (European Ocean Observatory Network).

Projecto EuroSITES

O projecto é uma extensão do projecto TENATSO, ou seja dá vazão as actividades do observatório iniciado em 2008 e termina em 2011. Investiga os processos que ocorrem no interior do oceano, no solo e no subsolo marinho. Para isso são necessárias medições de séries temporais de longa duração com dados ambientais de alta qualidade, em sítios com localização chave. Ainda, estuda variações de curta duração e dinâmica de ecossistemas, a captura de eventos episódicos com consequências a nível do funcionamento dos oceanos, monitorização de variações de longa duração e tendências climáticas, entre outras.

Projecto Centro de Informação de Tunídeos (CIT)

O projecto CIT, iniciou suas actividades em 2008, com objectivo implementar a curto prazo um centro e sistema de recolha de dados digitais adquiridos via satélite, que permitam o seu tratamento através da variação da temperatura da superfície da água do mar para identificação de possíveis zonas com presença de tunídeos, de acordo com a rota de migração desta mesma espécie. Contribuindo assim para industrialização e eficiência da pesca industrial.

Como resultado o projecto promoverá a nível internacional, como instrumento de apoio a frotas sedeadas em Cabo Verde, bem como vender essas mesmas informações a embarcações internacionais que pescam nas águas territoriais sob acordos e licenças internacionais de pescas.

Projecto Sistema Estatístico

O projecto existe em Cabo Verde desde 1985 e a sua implementação visa para a consolidar de forma sustentável os avanços sucessivos conseguidos em matéria de eficácia do sistema estatístico das pescas em Cabo Verde. Consequentemente, a assegurar a capacidade de resposta às solicitações crescentes em matéria de investigação haliêutica, planificação e desenvolvimento sócio – económico das pescas, gestão das pescarias e da biodiversidade, através do fornecimento de dados estatísticos cada vez mais fiáveis. Para tal, o projecto sustenta uma rede nacional de inquiridores, bem como todo o processo de recolha, tratamento e publicação da informação. Anualmente é publicado os resultados de estatísticos de base ligado as pesca.

Projecto de Conservação de Tartarugas Marinhas das Ilhas do Ocidente de Barlavento

O projecto iniciou-se em 2006 e desde de então faz estudo relacionado com a conservação das tartarugas baseado nas comunidades piscatórias, tendo como método a investigação participativa. Tem trabalhado com a comunidade de Cruzinha da Garça em Santo Antão, Lazareto em São Vicente e Carriçal em São Nicolau. O projecto tem demonstrado a importância e os benefícios da conservação e, ainda, distribuição e abundância das espécies *Caretta caretta*, *Chelonia Mydas* e *Erethmochelys imbricata* nas ilhas de Barlavento. Entre as várias ameaças constam a destruição e degradação das praias de areias, a captura, o consumo e a comercialização de produtos derivados e, ainda, que a pesca com palangre e redes abandonadas no mar (pesca fantasma) seja considerada grande ameaça as tartarugas. O projecto tem contribuído no engajamento das comunidades costeiras no processo de conservação ambiental e dos recursos marinhos.

Projecto PROACTIVA

Projecto-piloto para o desenvolvimento da pescaria de camarão de profundidade em Cabo Verde.

A Proactiva era um projecto piloto implementado à volta da ilha São Vicente em 2009/2010, com co-financiado do governo Canário em parceria entre Instituto Canário de Ciências Marinha (ICCM) e INDP. Com o projecto introduziu-se um sistema inovador de pesca, selectivo e amigo do ambiente, baseado num novo recurso pesqueiro de profundidade com alto valor comercial. Ainda, em 2011 está em curso a Proactiva 2, que pretende transferir os conhecimentos e as novas de técnicas de pesca aos armadores de pesca de São Vicente.

Projecto MARPROF-CV

Projecto de avaliação do potencial pesqueiro dos novos recursos de águas profundas em Cabo Verde.

As actividades do Marprof-cv começam em 2011, é um prorrogamento do projecto Proactiva a nível nacional e com duração de 3 anos. Tem como objectivo é avaliar o potencial pesqueiro dos novos recursos de águas profundas em Cabo Verde, com bases para uma gestão sustentável e valorização gastronómica. É uma parceria entre o programa de cooperação Canaria-Açores-Madeira, ICCM, ACIISI (Agencia Canárias de investigação, inovação e sociedade da informação) e INDP.

O projecto Desenvolvimento Socio-Económico das Comunidades Piscatórias

Este projecto esta sendo executado desde..., promove e sensibiliza a utilização de novas tecnologias, melhorar as condições de segurança no mar, promove o micro crédito na pesca artesanal, na produção e comercialização e, ainda, contribui para o aumento dos rendimentos dos operadores e do emprego.

Projecto de melhoria da qualidade e valorização das pescas

É um projecto de reforço da actuação do INDP, dos operadores e/ou empresas na promoção da melhoria da qualidade e valorizar os produtos da pesca produzidos em Cabo Verde.

Ainda, apoiar a autoridade competente e sensibilizar os operadores económicos do sector sobre a necessidade de implementação de novos processos de comercialização.

Projecto de melhoramento das infra-estruturas de apoio à pesca e das embarcações

Projecto de reabilitação e promoção de uma boa gestão e operacionalização das infra-estruturas de apoio à pesca e, por fim, criar as bases para a implementação de um sistema de lotas em Cabo Verde.

Formação e Capacitação Operadores e Técnicos do Sector Pescas. O projecto visa a capacitação dos operadores de pesca e do pessoal técnico e científico do sector. Muitos acções de formações na área de navegação e maquina, gestão de pequenos negócios e de associações, manuseamento e conservação de pescado, tecnologia de pesca , segurança no mar, entre outros.

Projecto de Investigação e Conservação da Biodiversidade Marinha

Trata-se de um projecto com vários componentes, que se integram entre eles, concorrendo para uma política global de utilização sustentável da biodiversidade marinha. Um melhor enquadramento institucional da matéria, a biodiversidade marinha versus equilíbrios ambientais, a sua gestão, as condições sócio - económicas dos principais utilizadores directos, a legislação, a fiscalização e a educação ambiental constituem as componentes do projecto.

É um projecto que da continuidade a vários resultados satisfatórios obtidos em actividades de investigação marinha direccionadas as diferentes espécies de fauna e flora marinha. Estão sendo executadas diversas actividades de investigação que visam uma exploração sustentável, conservação das espécies principalmente as em extinção, campanhas de investigação e de pesca experimental, procura de novas alternativas de rendimento como forma de diminuir a pressão sobre espécies de fauna e flora, entre outras.

Projecto de investigação sobre Recursos Marinhos na ZEE de Cabo Verde.

O projecto visava realizar estudos com vista à definição de medidas de gestão das pescarias, apoiar a implementação das medidas de gestão definidas no Plano gestão e, ainda criar mecanismo institucional de implementação e acompanhamento das mesmas.

Investigação, Avaliação e Gestão Sustentável dos Recursos Haliêuticos

Trata-se do projecto de suporte e fundamentação científica do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca de Cabo Verde. Visa, essencialmente, a prospecção, estudo da dinâmica populacional e avaliação dos principais recursos haliêuticos de Cabo Verde (grandes pelágicos oceânicos, pequenos pelágicos costeiros, peixes demersais, crustáceos e moluscos), tanto os explorados, como os passíveis de serem explorados directamente.

O projecto realiza actividades de recolha de informações em terra e no mar através de planos de amostragens biológicas e da realização de campanhas científicas, visando o conhecimento e a avaliação das potencialidades de pesca e do estado de exploração destes recursos, para emissão de propostas de medidas de gestão, visando a sua utilização sustentável. Realiza estudos de selectividade de engenhos, de idade e crescimento, de modelação de stock, de utilização do Sistema de Informação Geográfica na investigação e avaliação dos recursos pesqueiros, estudos da biologia pesqueira nas fases, larvar, juvenil e adulta do ciclo de vida das espécies exploradas.

TCP – Aquacultura TCP/CVI/3302

O Governo de Cabo Verde decidiu pela aquacultura enquanto uma área de prioridade dentro do projecto de transformação e desenvolvimento de Cabo Verde. Em 2010, com o apoio da FAO, foi elaborado um Quadro Estratégico para Desenvolvimento da Aquacultura em Cabo Verde e a formulação de uma primeira abordagem a um projecto-piloto TCP (Technical cooperation programa – FAO), para dar inicio e seguimento à implementação do processo de desenvolvimento da aquacultura em Cabo Verde.

Em 2011 o TCP-Aquacultura, foi financiando pela FAO e tem duração de 22 meses, com coordenação do INDP. De forma generalizada, o objectivo é contribuir significativamente para as metas de desenvolvimento do país, em especial, nas políticas de redução da pobreza, na segurança alimentar, no desenvolvimento económico, na promoção de exportações e na redução da pressão da pesca extractivista. Especificamente, é início de implementação do plano de desenvolvimento da aquacultura, de identificação das zonas apropriados e com potencial para a produção aquícola, definição da aquacultura adequada para Cabo Verde, capacitação de operadores, investidores, com conhecimentos de práticas e de gestão adequada de negócios e projectos aquícolas, reforço da capacidade institucional para o seguimento e promoção do subsector da aquacultura, entre outros.

Projecto AMESD (2007-2011) – African Monitoring of the Environment for Sustainable Development

Trata-se de uma cooperação entre a União Africana e União Europeia, financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento da Comissão Europeia. Tem como finalidade instalação de 50 estações de teledetecção em toda a África para a monitorização e gestão sustentável do ambiente. Assim, facilitar o acesso aos dados de informação ambiental em toda a África derivadas de tecnologias da observação da Terra para permitir a "tomada de decisão com a maior informação possível". Cada comunidade económica regional (CER) possui uma temática, no caso de Cabo Verde, decidiu-se que a seria a Gestão Costeira e Marinha que é a mesma da região COI (*Comisión Ocean Indien*). Para tal deveremos adaptar os produtos que vêm sendo desenvolvidos naquela região à nossa região. Inclusive a mesma janela que cobre a CEDEAO não abrange a zona de Cabo Verde. A partir de 2011 as estações funcionarão de uma maneira mais independente e as cooperações.

Projecto ESTRAMAR (2010-2013) - Estratégia Marinho-Marítima de I+D+i na Macaronesia

O objectivo do projecto é promover a I+D+i (Investigação, desenvolvimento e inovação) Marinho-Marítima das regiões Macaronésicas europeias e africana para que os seus

planeamentos e resultados dirijam-se no sentido de contribuir à melhor articulação do sistema científico-técnico-empresa, em campos específicos como: a segurança e sustentabilidade do transporte, o turismo marítimo e os portos, o aumento da protecção das zonas costeiras, dos recursos e da biodiversidade marinhas, a previsão e gestão dos riscos naturais e, contribui desta forma para impulsionar o desenvolvimento sócio-económico destas regiões, seguindo os objectivos internacionais sobre o assunto.

A composição do projecto, a experiencia previa e os acordos permanentes estabelecidos entre os membros e outros agentes do sector, garantem como objectivo do projecto o de continuar com o fortalecimento de uma base sólida de cooperação e a sustentabilidade financeira necessária destas iniciativas a longo prazo entre as regiões. Isso fortalecerá as capacidades institucionais de cada um dos participantes, o intercâmbio de experiencias e a cooperação inter-regional e transnacional. Os membros do projecto são: Universidade de Las Palmas de Gran Canaria (ULPGC), Instituto Canário de Ciências Marinas (ICCM), Universidade dos Açores, APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, SA e o INDP - Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (Cabo Verde). No total entre todos os membros haverá um 15% de financiamento FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) para acções em Cabo Verde.

Programa Regional de Pesca da África Ocidental - PRAO-cv (2010-2014)

O Programa Regional de Pescas da África Ocidental (PRAO) foi concebido para apoiar os governos de nove estados costeiros da África Ocidental, incluindo os Estados membros da Comissão Sub-Regional das Pescas (CSRP), Gana e Libéria. É financiando pelo Banco Mundial (*International Development Agency* - IDA e Fundo para o *Global Environment Facility* - GEF). Actualmente é executado em 4 países Libéria, Cabo Verde, Senegal e Serra Leoa. No caso de Cabo Verde o projecto está sob responsabilidade da Direcção-Geral das Pescas e executado por uma Unidade de Implementação. O objectivo é trabalhar conjuntamente para reforçar a

gestão dos recursos marinhos e valorizar as capturadas localmente, de forma a alcançar o desenvolvimento sustentável e aumentar os benefícios económicos.

Projecto de implementação de uma rede de DCP (2010-2012)

O Projecto visa a instalação de 110 Dispositivos de Concentração de Peixes (DCP) em 22 comunidades piscatórias das ilhas de Santiago (40), Maio (20), Fogo (10), S. Vicente (16) e Santo Antão (24) com o objectivo de aumentar as capturas artesanais nestas ilhas e de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos operadores de pesca artesanal e das suas famílias, adoptando uma metodologia baseada na participação activa dos operadores de pesca. A participação dos operadores artesanais locais relaciona-se com todo o processo, desde a construção, passando pela montagem, a fiscalização e manutenção regular dos dispositivos, em conformidade com o plano adoptado. O Projecto é financiado pelo Fundo de Transição das Nações Unidas e gerido pela FAO, em concertação com o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas.

Projecto de Conservação Marinha e Costeira (2004-2008)

O Projecto de Conservação Costeira de Cabo Verde estava sob responsabilidade Ministério do Meio Ambiente, Agricultura e Pescas - Direcção-Geral do Ambiente e do WWF. Foi elaborado pelo WWF com apoio do *Wetlands International*, do PRCM e das instituições de Cabo Verde, e financiado pelo Governo dos Países Baixos, através da WWF e enquadrado no Plano Nacional de Acção para o Ambiente II e, também, nas actividades do Programa Regional de Conservação Marinha e Costa da África Ocidental.

Foi concebida para responder as preocupações manifestadas pelo Governo de Cabo Verde em conservação dos recursos marinhos. Além da conservação da biodiversidade também, em paralelo, visava capacitar as instituições no domínio da gestão sustentável dos recursos marinhos e das zonas húmidas costeiras. De uma forma geral, os objectivos foram alcançados entre os quais, a adesão as novas convenções internacionais e da Biodiversidade,

renovação legislação ambiental para o fortalecimento da conservação marinha, costeira e zonas húmidas, capacitação de ONG'S, ministérios e municípios no planeamento e gestão ambiental, entre outros.

Projecto operacional da pesca artesanal em Cabo Verde - PODPA-CV (2010-2012)

O projecto PODPA-CV está sob responsabilidade da DGP e, é a resposta institucional dentro do Plano de Gestão das Pescas 2004-2014, direccionado a trabalhar nas principais linhas estratégicas em conjunto com a administração pesqueira, as instituições de investigação e as comunidades costeiras.

O projecto divide-se em vários componentes, tais como; o fortalecimento do extensionismo pesqueiro, melhoramento das capacidades técnicas do IMP em matéria de fiscalização (vigilância e inspecção), melhoramento as capacidades técnicas do INDP mediante a actualização do conhecimento do esforço pesqueiro (f) e captura por unidade de esforço (CPUE), desenvolvimento e implementação de um programa de formação marítimo - pesqueira adequado, fortalecimento do associativismo das comunidades pesqueiras, melhoramento da comercialização e colorização dos produtos da pesca nas comunidades piscatórias

Projecto HYDROCARPO: projecto de Gestão Sustentável do Património Natural Costeiro e dos Recursos Marinhos Vivos da República de Cabo Verde.

O projecto HYDROCARPO foi implementado de 2003 a 2005 em parceria com ICCM. Visava diagnosticar e monitorizar a qualidade ambiental (marinho Costeiro), contribuir na sensibilização em matéria de biodiversidade marinha, realizar estudos sobre aves marinhas e tartarugas marinhas, assim como formar e treinar técnicos nacionais. Neste sentido foram publicados relatórios técnicos sobre a prospecção com covos para crustáceos e peixes em águas profundas das ilhas de Cabo Verde, os estudos sobre a biologia reprodutora de esmoregal em Cabo Verde, os estudos sobre espécies de vertebrados marinhos com potencial eco-turismo e ameaçadas de extinção: aves, cetáceos e tartarugas marinhas e, por último, formações e estágios de técnicos locais, sensibilização e divulgação de resultados.

9.2 Sector do Ambiente

ACCC – Projecto de Adaptação as Mudanças Climáticas nas Zonas Costeiras

É um projecto regional que engloba cinco países da nossa sub-região, financiado pelo Governo CV e o Fundo Mundial para o Ambiente (GEF), implementado pela Direcção Geral do Ambiente (DGA) e incide sobre as zonas de Lagoa e Figueiras na ilha do Maio. Período de execução 2009-2011.

O Objectivo do Projecto, é de adoptar medidas de adaptação visando a redução da amplitude e extensão dos potenciais impactos das mudanças climáticas e costeiras nas ilhas de Cabo Verde através de acções técnicas e tecnológicas no quadro de uma gestão integrada da zona costeira.

A meta do projecto é de reduzir a vulnerabilidade e aumentar a capacidade de adaptação das comunidades e dos países aos efeitos adversos das Mudanças climáticas (MC) e as estratégias escolhidas, consistem no reforço da capacidade de adaptação em ambientes difíceis, melhoria da compreensão da vulnerabilidade com base na recolha e acesso aos dados, bem como o reforço das redes existentes, fortalecimento dos mecanismos de coordenação e dos instrumentos jurídicos para uma gestão mais integrada e mais eficiente das zonas costeiras, integração das questões das alterações climáticas nas políticas sectoriais, nos planos de desenvolvimento e planos de gestão das Zonas Costeiras (ZC), partilhar e replicar as experiências para promover a participação dos interessados e uma maior consciencialização das pessoas.

O projecto ACCC integra cinco componentes, dos quais do primeiro componente espera-se os seguintes resultados:

- **Resultado 1** - Desenvolver actividades piloto para reforçar aumentar a adaptação e resistência dos ecossistemas costeiros;
- **Resultado 2** - Integração da adaptação nas políticas e programas de GIZC;

- **Resultado 3** - Reforçar a luta contra a erosão costeira e reforço de Capacidade em GIZC

- **Resultado 4** - Aprendizagem, avaliação e gestão do aumento a adaptação

- **Resultado 5** - Unidade de Gestão do Projecto

O segundo componente consiste em elaborar projectos-pilotos para reduzir a erosão costeira ligados ao clima, segundo na integração das questões de afectos a MC e das actividades e programas de gestão de ZC, através da concepção de políticas e programas nacionais para facilitar a adaptação às MC em ZC, e na reprodução de abordagens comunitária bem sucedida para adaptação à erosão costeira. O terceiro componente baseia-se no reforço das capacidades das instituições e de RH para desenvolver e implementar estratégias e medidas de adaptação na ZC e na criação de um escritório de troca, para colectar, armazenar e disseminar as melhores práticas e a sua documentação. O componente quarto resume-se na criação de um mecanismo de aprendizagem, e de reforçar a cooperação regional, tendo em conta os aspectos da MC na gestão do ZC. O último componente consiste no funcionamento da Unidade de coordenação regional.

As actividades do projecto consistem propriamente na implementação de projectos-piloto visando o reforço da capacidade de adaptação e resistência dos ecossistemas costeiros, no reforço das capacidades dos parceiros locais em matéria de gestão das zonas costeiras e utilização durável dos recursos ambientais. Ainda desenvolvem actividades de informação, educação e comunicação das comunidades direccionadas para a mudança de atitudes e comportamentos relacionadas com a adaptação às mudanças climáticas realizadas, e ainda também de integração de questões relativas às mudanças climáticas e a adaptação nas políticas e programas de gestão das zonas costeiras.

NAPA – NATIONAL ADAPTATION PROGRAMME OF ACTION

Um dos objectivos do NAPA, saído da 28ª decisão da 7ª Conferencia das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, é a identificação imediata de acções e estratégias que permite as comunidades lidar com os efeitos das mudanças climáticas, de modo que possam melhorar a sua capacidade de adaptação às vulnerabilidades climáticas actuais e os efeitos futuros consequentes das mudanças climáticas. Período de execução 2008-2012.

Neste contexto, o programa da adaptação deve ser orientada para o aumento da capacidade do país às mudanças climáticas e á vulnerabilidade, para se conseguir atingir os objectivos do desenvolvimento do milénio. Cabo Verde identificou as acções estratégicas da adaptação que incluem a gestão integrada dos recursos hídricos, a produção de alimento, os ecossistemas e o turismo, o desenvolvimento e da protecção agro-silvo-pastorais de produção e a prevenção da degradação das zonas costeiras.

Neste sentido, o programa da adaptação de acção nacional as mudanças climáticas estabeleceu, uma série de projectos prioritários que poderão operacionalizar as medidas/opções mais imediatas e urgentes de adaptação às vulnerabilidades e mudanças climáticas:

Mobilização e gestão integrada dos recursos hídricos

Modernização e diversificação do sector agrícola para a redução da insegurança alimentar

Protecção integrada das bacias hidrográficas

Melhoramento da pecuária tradicional com vista à sua intensificação

Conservar e valorizar a biodiversidade terrestre e marinha

Delimitação e gestão das áreas protegidas

Apoio à modernização da pesca artesanal e desenvolvimento de actividades complementares

Implementação do micro-crédito para o reforço do empreendedorismo

Protecção das zonas costeiras e apoio ao sector turístico.

No que tange ao projecto protecção e gestão integrada das zonas costeiras, visa essencialmente o aumento da capacidade de resistência das zonas costeiras às mudanças climáticas através da gestão integrada dos recursos costeiros, a fim de inverter a tendência para a sua degradação. Conta com a duração estimada de cinco anos, e tem quatro componentes essenciais: o reforço das capacidades dos intervenientes em matéria de gestão das zonas costeiras para a adaptação à variabilidade climática e às mudanças climáticas, actividades de investimento, conservação e protecção no terreno, investigação-acção em termos de utilização e exploração de inertes nas zonas costeiras, e por fim acções de mobilização, informação e sensibilização. Este projecto ainda não começou.

Programa Ozono

Financiado pelo PNUE e PNUD é implementado pela DGA, visa eliminar a emissão de gases que destroem a camada de OZONO, como os CFC. Está em execução desde de 2005. Estão envolvidos no programa as alfândegas, os técnicos que instalam e reparam equipamentos de frio e as empresas importadoras dos equipamentos com CFCs.

Projecto do UNDP: Integração dos Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas nos processos de Desenvolvimento Nacional e na Programação Nacional das Nações unidas.

O objectivo do Projecto é de desenvolver as capacidades das equipas nacionais e dos decisores a nível do governo para integrar os riscos e oportunidades das mudanças climáticas na sua programação de políticas de desenvolvimento. O Projecto de Integração das Mudanças Climáticas põe em prática um instrumento para realizar avaliações climáticas e integrar as mudanças climáticas nas actividades de desenvolvimento. As avaliações climáticas são usadas para determinar a natureza e a extensão do risco, através da análise de potenciais impactes causados por essas mudanças e da avaliação das condições de

vulnerabilidade existentes (medidas em termos de sensibilidade, exposição e capacidade de adaptação).

9.3 Outros Sectores

Para vencer os desafios das mudanças climáticas e os efeitos adversos que podem ter nas pescas, a articulação dos respectivos instrumentos de orientação estratégicos com os de outros sectores é fundamental. Entre estes instrumentos é de destacar:

Plano Estratégico da Educação e a revisão dos currícula escolares, passando estas, a integrarem questões de educação ambiental.

Plano Estratégico da Agricultura – Traz uma nova abordagem para o sector ao introduzir a visão empresarial na produção agrícola, a expansão da rega gota-a-gota e o ordenamento integrado das bacias hidrográficas tendo em conta os aspectos ecológicos.

- Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo
- Estratégia Nacional de Segurança Alimentar
- Projecto Água, Energia e Saneamento
- Estratégia de Desenvolvimento da Segurança Social

10. ANÁLISE DE COERÊNCIA DAS POLÍTICAS, PLANOS E PROGRAMAS

As mudanças climáticas são causadas por fenómenos naturais que estão na base das mudanças cíclicas no nosso planeta, mas a partir da revolução industrial, com intensificação da exploração dos recursos naturais, o crescimento rápido da população, as acções do homem vêm contribuindo para a aceleração das alterações climáticas verificadas nas

últimas décadas, que tem como consequência o aquecimento global, degelo dos glaciares, aumento do nível da água do mar e do aumento de fenômenos extremos nomeadamente chuvas torrenciais, furacões e secas prolongadas. A nível global, segundo os dados do IPCC (Fevereiro de 2007), a temperatura média do planeta subirá de 1,8 ° à 4° até 2100 e o nível do mar deverá aumentar entre 20 à 60 cm até o fim do século, sem levar em conta os efeitos prováveis do degelo dos pólos.

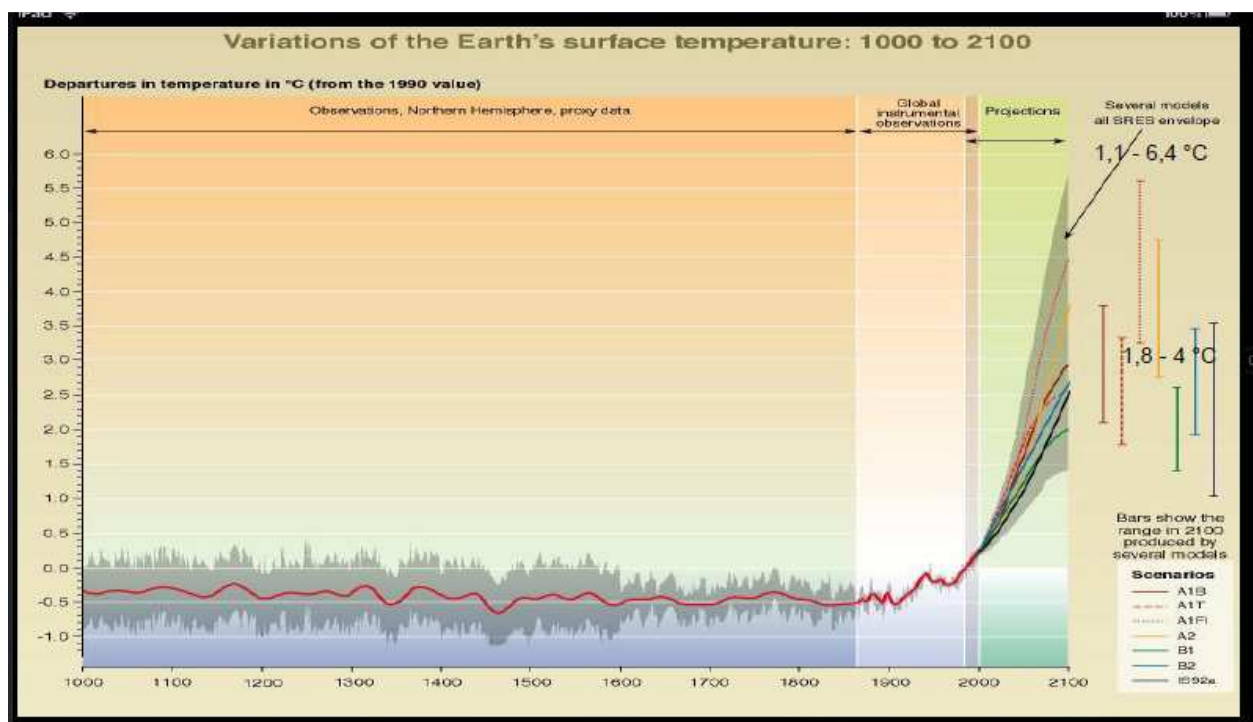


Figura 2: Gráfico de variação da temperatura global

A nível nacional, a temperatura média mensal do ar varia entre 20 °C e 26 °C, e é mais elevada durante a estação húmida. Nas zonas áridas do litoral, a temperatura máxima absoluta pode ultrapassar os 32 °C. Sob forte dependência do relevo e do posicionamento das ilhas, pode-se constatar que os meses de Agosto e Setembro são geralmente os mais quentes, e os de Dezembro, Janeiro e Fevereiro são os mais frios.

A temperatura mínima absoluta mensal mais baixa é registada, normalmente, nos meses de Dezembro à Fevereiro e varia de uma ilha para outra.

As projecções climáticas para Cabo Verde, de forma muito geral, apontam para um futuro mais quente e seco. Dependendo dos modelos do Painel Intergovernamental sobre as alterações climáticas, prevêem-se um aumento nas temperaturas médias de até 2,5 °C para a região do Atlântico tropical oriental, e uma diminuição da humidade e precipitação de 5-10% por ano. E ainda, prevêem-se que o aumento do nível do mar pode atingir entre 0,13 e 1,4m, até ao fim deste século.

Há previsões de que os seus impactos venham amortecer o desenvolvimento de Cabo Verde, consequentemente, podem provocar um desvio dos objectivos estratégicos do país, de evoluir no sentido da auto-suficiência em termos de alimentos e energia. Esses impactos variam desde a erosão acelerada e danos nas infra-estruturas ao longo da costa como resultado da subida do nível do mar, dificultando as práticas da agricultura, da pesca e da segurança local.

Entretanto, através de medidas adequadas de adaptação e estratégias resistentes às mudanças climáticas, esses impactos podem ser reduzidos.

Como país arquipelágico de origem vulcânica, Cabo Verde apresenta uma diversidade ecológica e paisagística que está associada a característica geomorfológica das ilhas e às interferências dos elementos climáticos e da pressão antrópica sobre os recursos existentes. Pela sua origem, as condições geomorfológicas (vulcão activo e reduzida plataforma continental) e climatéricas (secas frequentes), conjugado com uma pressão antrópica conferem, ao sistema ambiental um grau de fragilidade elevado, tornando-o vulnerável face à ocorrência de certos fenómenos naturais extremos, tanto de ordem geofísica como climática.

10.1 Principais emissores de gases com efeito de estufa e que destroem a camada de ozono em Cabo Verde

As emissões de gases com efeito de estufa em Cabo Verde, apesar de terem um peso insignificante no cômputo geral mundial, deve constituir uma preocupação do Governo e da população em geral. Os principais emissores desses gases em Cabo Verde são os sectores dos transportes, de energia (queima de combustíveis fósseis como os derivados de petróleo para produção de energia eléctrica e água dessalinizada e em menor extensão o gás butano) e também a queima de lixo a céu aberto. No meio rural o uso de lenha e carvão como fonte energética também contribui para a poluição atmosférica. Apesar de não haver um forte desenvolvimento industrial, a maioria das indústrias existentes não usam tecnologias limpas.

Para além, dos gases dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), que são considerados gases com efeitos de estufa, são emitidos ainda gases que destroem a camada de ozono, tais como, os clorofluorcarbonos (CFCs) e hidroclorofluorcarbonos (HCFCs)

Para diminuir a emissão de gases com efeito de estufa estão em curso diversas estratégias e acções:

Sector energético: Em termos de estratégias, destacam-se o aumento da taxa de penetração de energias renováveis, de cerca de cerca de 3% para 25% em 2012 e para 50% até 2020, reduzir as perdas na rede de distribuição, a utilização racional de energia, a instalações de centrais únicas, a implementação efectiva do plano energético, a criação de um sistema de incentivos susceptíveis de estimular a utilização das energias renováveis, e a regulamentação do subsector dos combustíveis. A instalação de quatro parques eólicos (em curso) e dois parques foto voltaico (implementado nas ilhas de Santiago e Sal), abastecimento da ilha da Brava em 100% por energia renovável, a distribuição de lâmpadas de baixo consumo (implementado), são exemplos de acções realizadas no âmbito das estratégias referidas.

Sector dos transportes – a principal estratégia consiste no seguimento e actualização da regulamentação da legislação dos transportes. Prevê-se melhorias no quadro institucional e regulador no sector dos transportes urbano, inter-urbano e escolar. A existência de dispositivos legais que desincentiva a importação de viaturas com mais de 10 anos de fabrico e a legislação sobre a inspecção são acções implementadas.

Saneamento básico – das principais estratégias neste domínio consta: implementação de modelos de gestão integrada dos resíduos sólidos, tratamento e reciclagem de resíduos sólidos, tratamento e reutilização de águas residuais, implementação dos planos sanitários em todas as ilhas. Para implementação destas estratégias, estão previstas construção de aterros sanitários (o projecto de gestão integrada de resíduos sólidos da ilha de Santiago já está aprovado), instalação de incineradoras, acções de formação sobre reciclagem de resíduos sólidos implementação do projecto de utilização águas residuais tratadas para rega, o que vem diminuindo a descarga das águas residuais directamente no mar.

Sector industrial – As estratégias e as medidas de políticas deste sector visam sobretudo disciplinar o exercício da actividade industrial, minimizar, precaver ou eliminar a poluição ambiental exercida pelas indústrias, através de, nomeadamente: promoção do tratamento e reutilização dos resíduos indústrias, actualização da legislação que regula as actividades industriais (implementada), criação de um dispositivo legal para a classificação das indústrias segundo o seu grau de agressividade sobre o ambiente, definição e implementação de uma política de qualidade, desenvolvimento de zonas industriais.

No âmbito do programa Ozono da DGA, financiado pelo PNUA, foi eliminada a importação do CFC 12 (Clorofluorcarbono - gás R 12) desde de 2006, e está em preparação o Plano de Eliminação Final de HCFC (hidroclorofluorcarbono - gases R 22 e R 134a). A importação de qualquer gás de refrigeração carece de autorização prévia da DGA.

10.2 Analise das Políticas do Ambiente e Pesca

No país, assim como no resto do mundo, a conferência das Nações Unidas sobre o ambiente e desenvolvimento, conhecida por Cimeira da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992, impôs uma nova abordagem da problemática ambiental. As questões ambientais passaram a ser integradas de forma explícita nos processos de planeamento de programa nacionais, regional e internacional. Consciente desta necessidade, Cabo Verde aderiu de imediato e ratificou em 1995 a convenção sobre a luta da desertificação e os efeitos da seca, a convenção sobre a biodiversidade e a convenção quadro sobre as mudanças climáticas, emanadas da Cimeira da Terra, para além de estabelecer protocolos e acordos com várias entidades.

Esta nova abordagem permitiu ao país desenvolver instrumentos legais (diplomas legislativos e textos regulamentares), bem como procurar adequação e articulação das estruturas orgânicas para dar resposta aos problemas e, sobretudo, assegurar a efectividade da política nacional do ambiente. De realçar que em 1994 já tinha sido publicado a lei de base do ambiente, que fixa os princípios fundamentais e confirma o direito dos cidadãos a um ambiente sadio.

Nos últimos 10 anos, no domínio do ambiente, o PANA II constitui sem dúvida o plano orientador mais importante para a implementação das políticas e estratégias do sector, cujo objectivo geral é o de fornecer uma orientação estratégica para guiar o uso racional dos recursos naturais e a gestão sustentável das actividades económicas. Assim, foi possível a implementação de importantes instrumentos, designadamente o sistema de seguimento da qualidade ambiental, sistema de informação ambiental, sistema de avaliação de impactos ambientais dos projectos, que possibilitam uma melhor gestão do ambiente.

Em termos de legislação ambiental muito se tem produzido, mas existem ainda muitas lacunas no geral e em particular no domínio das mudanças climáticas, por requerer conhecimentos, dados sistematizados e processos de monitorização contínuas.

De um modo global as políticas ambientais constituem processo complexo devido a sua transversalidade e enfrentam dificuldades de implementação e seguimento devido aos problemas de descontinuidade dos instrumentos, de fiscalização e escassez de meios.

Apesar de, no domínio das mudanças climáticas não existirem dados concretos sobre os impactos das alterações climáticas em Cabo Verde, existem alguns instrumentos que permitem planificar e implementar projectos de adaptação às mudanças climáticas, nomeadamente o plano acção de adaptação das mudanças climáticas – NAPA, o inventário das emissões de gases de efeito estufa, a segunda comunicação nacional sobre as mudanças climáticas e a auto-avaliação das necessidades para gestão global do ambiente - NCSA. Neste momento estão em curso o projecto de Adaptação das Zonas Costeiras as Mudanças Climática (ACCC) e o projecto de reforço das capacidades de adaptação e resiliência às mudanças climáticas no sector dos Recursos Hídricos em Cabo Verde.

A fraca capacidade fiscalizadora a nível das instituições ambientais responsáveis e o baixo nível de capacitação em domínios específicos do ambiente e em particular no de investigação concernente as mudanças climáticas, constituem algumas insuficiências neste processo.

Em relação ao sector das pescas, conforme o PGRP, antes da independência, já existia um conjunto de normas relativas ao estatuto dos pescadores, à regulamentação da pesca das espécies mais vulneráveis como o coral, a baleia, a esponja e a lagosta. Estabeleceram-se também normas para as concessões do sector industrial, regulamentando mesmo a concorrência através da definição do número de fábricas de conservas que podiam existir

em cada ilha. Foi ainda estabelecida uma diferenciação entre as embarcações de pesca costeira e de pesca do alto.

Após 1975, o ambiente marinho e as pescas foram enquadrados por um vasto corpo de diplomas normativos abarcando a delimitação das águas marítimas do arquipélago, o aproveitamento sustentável dos recursos haliêuticos, incluindo algumas medidas de gestão, de acesso e de fiscalização. De destacar o Decreto-Lei nº 17/87, que definiu os princípios gerais da política de aproveitamento dos recursos haliêuticos. O decreto-lei afirmava a soberania nacional definindo os recursos marinhos como património haliêutico nacional e estabelecendo o princípio da exclusividade no acesso aos recursos. Os princípios de base eram orientados pela eficiência, equidade, pesca responsável.

Por se tratar de medidas “avulsas” com carências de regulamentação e sem um suporte sólido de planificação, a efectivação de algumas medidas revelaram dificuldades não só por falta de orientações claras para as autoridades actuarem, como também devido a fraca aceitação de algumas medidas por parte dos operadores e escassez de recursos para fiscalização.

No início da década de 2000, o sector foi dotado do Plano Intersectorial Ambiente e Pesca, no âmbito do PANAI, que trouxe uma nova abordagem na planificação das pescas, introduzindo a componente ambiental nos planos, programas e projectos do sector.

Neste contexto foi elaborado o PGRP (2004-2014), que define as principais linhas de orientação estratégica, documento base de natureza analítica, com medidas de desenvolvimento e de gestão para diferentes pescarias e diferentes horizontes temporais. É implementado através dos chamados planos bianuais executivos, referenciado no ponto 9 do presente estudo, suportados com programas e projectos de investigação. Está em curso

vários programas e projectos (ver ponto 9), que visam a preservação de espécies e dos ecossistemas marinhos, maior conhecimento da biodiversidade marinha, monitorização de parâmetros oceanográficos e reforço da fiscalização.

Em 2005, fez-se actualização da lei de base das pescas através do Decreto-lei nº 53/2005 – define os princípios gerais da política de aproveitamento sustentável dos recursos haliêuticos – B.O. nº 32 Iª Série de 8 de Agosto de 2005. Revoga o Decreto-lei nº 17/87.

De realçar que os principais instrumentos de política e de gestão do sector das pescas (PGRP, diplomas normativos) integram preocupações ambientais no geral mas não realçam de forma explícita a problemática das mudanças climáticas e seus impactos.

Entretanto, no quadro do NAPA 2007, nas estratégias de adaptação, o sector da pesca aparece como uma das prioridades juntamente com o turismo/zonas costeiras, biodiversidade e energia. De entre as propostas apresentadas realçamos as seguintes, com interesse para as pescas:

- Reabilitar e ou construir infra-estruturas de protecção nas zonas costeiras
- Diversificar as actividades e medidas de reconversão das populações que vivem da exploração dos recursos costeiros
- Modernizar a rede de estações de monitorização climática e marítima
- Prosseguir com as acções de preservação e gestão de áreas protegidas
- Promover a pesquisa das espécies ameaçadas e vulneráveis às Mudanças Climáticas
- Reforçar o equipamento e a modernização da pesca artesanal
- Apoiar a diversificação de actividades alternativas à pesca artesanal (formação, equipamentos, micro-crédito, entre outros)
- Apoiar a implementação de iniciativas de utilização de energias renováveis (solar e eólica), em particular nas comunidades rurais

Paralelamente às normas e instrumentos nacionais, o país tem compromissos de carácter internacional assumidos através de convenções, acordos e protocolos no âmbito da cooperação bilateral e multilateral.

Os resultados globais das políticas públicas dos Governos e políticas sectoriais são positivos, traduzidos em indicadores satisfatórios ao nível da saúde, da educação, da qualidade de vida no geral e do desenvolvimento sustentável do arquipélago, tendo sido classificado recentemente como país de rendimento médio.

Entretanto continuam a ser visíveis significativas vulnerabilidades, que traduzem-se pela prevalência de índices elevados de pobreza em algumas localidades, pelas poucas possibilidades de inserção numa economia formal sustentável e pela pouca valorização das diversidades insulares de desenvolvimento. As desigualdades sociais e espaciais limitam o grau de satisfação dos direitos humanos, em particular sociais e económicos. Neste contexto, as populações mantêm-se em esferas de acção tradicionais pouco rentáveis em detrimento da própria protecção de fontes de rendimento potencialmente estáveis (NAPA 2007).

A concentração da população e de actividades económicas nas zonas costeiras são factores de pressão que associado aos fenómenos de erosão tem provocado degradação acelerada à uma boa parte destas faixas costeiras no arquipélago. Esta degradação é marcada pelo aumento dos problemas de saneamento devido à inexistência de estações de tratamento de água e de sistemas eficazes de gestão de resíduos sólidos e abastecimento de água (são exemplos críticos a ausência nos portos nacionais de instalações de recepção de resíduos e de águas residuais inexistência de planos de contingência e pessoal treinado para dar combate a situações de derrame de hidrocarbonetos), sobre-exploração de alguns recursos haliêuticos, destruição de praias e leitos das ribeiras devido ao aumento da extracção de areia e outros inertes para abastecimento do mercado da construção civil; salinização das águas e dos solos; deficiente ordenamento do território; insuficiente coordenação entre

instituições com responsabilidade a este nível; ausência de textos reguladores e/ou não aplicação rigorosa da legislação, entre outros.

Estes problemas aliados às projecções dos fenómenos globais de aumento da temperatura, do nível do mar e da amplitude das marés são ameaças às comunidades e actividades costeiras.

Alguns estudos admitem que pouco se conhece sobre os efeitos das mudanças climáticas globais nos diversos ecossistemas cabo-verdianos. Apesar de alguns fenómenos observados evidenciarem uma relação entre as mudanças climáticas globais e as alterações na biodiversidade animal e vegetal dos ecossistemas, as informações não são muito precisas. Provavelmente, as secas serão mais intensas, mas as consequências exactas sobre as espécies de plantas e animais desses ecossistemas ainda são uma incógnita. O aumento da temperatura média global poderá causar o declínio populacional de plantas e animais.

Ao lado dos problemas apontados, põe-se ainda questões relativamente aos prazos e a intensidade de ocorrência dos fenómenos relacionados com as alterações climáticas. Face a estas questões a criação de observatórios oceanográficos e atmosféricos e outros sistemas de vigilâncias e de investigação são fundamentais para compreensão dos saberes endógenos e desenvolvimento dos conhecimentos científicos. A continuidade das iniciativas existentes e de outras medidas que concorram para consolidar esta estratégia de monitorização e conhecimento, podem contribuir para mitigar as implicações nos ecossistemas e os consequentes impactos nas actividades socioeconómicas.

10.2.1 Percepção da Legislação da Pesca pelos Pescadores dos Sítios

Pesquisa – acção

Pode-se constatar ao longo desse estudo, que é vasta a legislação Cabo-verdiana que, directa ou indirectamente, intervêm nos sectores Pesqueiro e ambiente. Em Cabo Verde sempre se esteve atento à problemática do sector das pescas e do ambiente, da sua protecção e do seu desenvolvimento, demonstrando grande preocupação desde os primórdios da independência, mas desenvolvendo e abrindo um leque cada vez mais amplo de direitos, garantias e protecção dos sectores.

Não obstante todo esse leque de legislação, a sua divulgação e mesmo a sua aplicabilidade é pouco visível. Tem-se constatado que os pescadores têm muito pouco conhecimento sobre a legislação cabo-verdiana, exceptuando o Plano de Gestão das Pescas.

Assim dos dados recolhidos dos sítios de pesquisa acção observa-se que do total dos inquiridos as respondam na mesma proporção, ou seja 49,5% dizem que conhecem e outros 49,5% dizem que não, observando apenas 1% não respondeu, conforme a tabela abaixo:

Conhecimento do plano gestão	Sitio pesquisa			Total
	Palmeira	Rincão	São Pedro	
Sim	21.6%	19.6%	8.2%	49.5%
Não	20.6%	10.3%	18.6%	49.5%
N\R		1.0%		1.0%
Total	42.3%	30.9%	26.8%	100.0%

Tabela nº4 – Cruzamento do conhecimento do plano gestão com sítio pesquisa

Dessa análise pode-se observar que os pescadores de palmeira e Rincão possuem mais conhecimento do Plano, registando 21,6% e 19,6% respectivamente, enquanto que em São Pedro somente 8,2% dizem ter conhecimento do plano.

A maioria dos inquiridos que dizem ter conhecimento do plano, tiveram conhecimento através de conversas tidas com amigos ou colegas, alguns foram através das associações de pescadores existentes nas suas comunidades e também através das instituições ou ONG's ligadas ao sector, e ainda através da mídia.

Todos os pescadores tem consciência que o plano de gestão das pescas tem um grande impacto nas pescas, pois na opinião deles a implementação do plano fez aumentar as capturas, tem um sentido de protecção das espécies, pois é necessário garantir o sustento dos futuros pescadores. Na óptica dos pescadores as medidas com mais impacto foram as referentes a proibição da captura da cavala na época de desova, a proibição da apanha de tartaruga, da comercialização de juvenis e da proibição da captura de lagosta ovadas.

De forma geral a maioria dos pescadores dos sítios de pesquisa inquiridos ou que participaram nas reuniões de entrevista de grupo, mostram satisfeitos com a implementação do Plano de gestão das pescas, e concordam em plenitude com certas medidas, pois para eles é necessário protecção para que haja melhor captura de espécies de maior dimensão.

Não obstante isso os pescadores são de opinião que não há um respeito pelas medidas ou seja as medidas não são respeitadas por muitos pescadores, devido a falta de fiscalização, de informação, etc.

10.3 Articulação das Políticas, Estratégias e Planos Sectoriais

Tanto no domínio do ambiente como no das pescas, notam-se ganhos significativos em matéria de gestão, com maior articulação institucional e preocupação em integrar as acções da administração, da investigação, da fiscalização e dos operadores privados. São exemplos de articulação a institucionalização do Conselho Nacional das Pescas, Conselho Nacional do Ambiente, Conselho Nacional de Água entre outras formas de diálogo, discussão e tomadas de decisões estratégicas.

No processo de articulação, os problemas ambientais são abordados de forma transversal. Porém, parece não existir de forma explícita uma integração da problemática das mudanças climáticas nos instrumentos de gestão do sector das pescas.

Entretanto, o facto das instituições estarem constantemente a mudar de estruturas orgânica na sequência de remodelações governamentais poderá constituir factor limitativo na consolidação dos processos de articulação. Um outro factor limitativo prende-se com o funcionamento deficiente de sistemas de comunicação, informação e divulgação interinstitucional e com o grande público. Esta deficiência é mais notável na fase de implementação prática das acções planificadas, que em alguns casos é manifestada na duplicação de esforços, abordagens metodológicas diferenciadas e descontinuadas junto das comunidades e agentes.

Insuficiências nalgumas instituições em termos de recursos humanos, meios materiais e financeiros em muitos casos comprometem a implementação de estratégias de actuação conjuntas, ainda que tenham sido planeadas de forma participativa.

Com a implementação do PANA II, do NAPA, do PGRP, as medidas visando a exploração sustentável dos recursos haliêuticos e não só, passaram a ser melhores integradas. No sector das pescas persistem varias dificuldades principalmente na implementação das medidas de desenvolvimento proposto no PGRP. É notável a necessidade de adequação dos meios de captura (embarcação, tecnologias), de melhor aproveitamento dos recursos, de melhorar os circuitos comerciais quer para o mercado nacional quer para exportação, para rentabilizar as capturas, proporcionando uma melhoria das condições socioeconómicas dos operadores de pesca. Há necessidade de desenvolver e ministrar acções de formação em diferentes domínios, sobretudo no ambiental.

Nos últimos anos tem-se feito um esforço para a harmonização das políticas estratégicas, planos e acções mas ainda subsistem algumas fraquezas como por exemplo:

- Em Cabo Verde não existe ainda um sistema de alerta para as questões de mudanças climáticas, não obstante a sua natureza arquipelágica e apresentar várias vulnerabilidades já apontadas anteriormente.
- Inexistência de planos de gestão das zonas costeiras, apesar de haver muita pressão nessas zonas.
- O sistema de ensino superior ainda não prioriza a investigação científica e a formação direccionadas para as questões específicas do ambiente nas suas diversas vertentes, como as mudanças climáticas.
- A fiscalização da ZEE é ainda insuficiente, necessitando de grandes investimentos financeiros, mas a fatia do orçamento destinada à fiscalização é muito reduzida.
- Incremento rápido do turismo concentrado em algumas ilhas, sobretudo turismo de sol e praia, sem um estudo aprofundado das capacidades reais de carga de cada ilha. Só recentemente foi aprovado o Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo.
- No sector dos transportes, que é um dos emissores de gases de efeito de estufa, a regulamentação é escassa e insuficiente.
- Quanto à questão da emissão de gases não existem dados sistematizados referentes à idade do parque automóvel e nem do consumo de combustíveis pelos veículos de modo a possibilitar o cálculo da contribuição do sector na emissão de CO₂ para a atmosfera.
- Falta iniciativas de promoção de uso de viaturas movidas a álcool ou de híbridos.
- Segundo os dados do Relatório do Estado da Qualidade do Ambiente de 2009, a densidade populacional em Cabo Verde é de 126,1 hab/km² e na cidade da Praia é de 1134,5 hab/km², o que é um valor muito elevado, entretanto a área de espaços verdes na cidade da Praia é irrisória para essa densidade. Isso significa que na Praia, focos de captação de dióxido de carbono são quase inexistentes. Considerando ainda que o lixo é depositado em lixeiras a

céu aberto (falta aterros sanitários ou incineradores), e estas emitem quantidades consideráveis de metano para a atmosfera e a pratica de queima do lixo que também emite dióxido de carbono, podemos concluir que falta uma integração efectiva das questões de mudanças climáticas nos planos urbanísticos e que as orientações do PANA II, do NAPA e outros planos ainda não estão a ser traduzidas de forma plena nos projectos e acções dos municípios.

11. CONCLUSÕES

1- O estudo de vulnerabilidades dos ecossistemas cabo-verdianos no âmbito do processo de planificação, que está em curso (relatório preliminar elaborado), ira trazer nova abordagem e de metodologia no sistema de planeamento com maior integração das questões ambientais e especificamente das mudanças climáticas em todos os sectores incluindo o da pesca.

2- Existem estudos preliminares que apontam tendências de alteração de alguns parâmetros climáticos, mas persiste uma incerteza quanto à relação entre os fenómenos que vão ocorrendo e as mudanças do clima. Contudo, há necessidade de aumentar as pesquisas nessas áreas, considerando a falta de modelos detalhados que indiquem cenários de aumento de temperatura e precipitação até 2100.

3- A inexistência de uma metodologia de pesquisa eficaz e o défice de especialistas activos no domínio poderão, eventualmente, explicar o estágio embrionário nos estudos e pesquisas sobre mudanças climáticas em Cabo Verde.

4- Há necessidade de maior divulgação do NAPA e aceleração da sua implementação na parte referente às zonas costeiras.

5- O sistema de informação para o ambiente é um instrumento de suma importância na divulgação e informação, pelo que deve ser reforçada a sua gestão e a participação de todos os integrantes do SIA para a actualização das informações.

6- A coordenação entre os sectores das pescas e do ambiente com o sistema de ensino é deficiente.

7- O quadro legal existente embora seja satisfatório subsiste dificuldades na implementação efectiva.

8- Do inquérito aos pescadores realizado nos sítios de pesquisa, verificou-se que há pouco conhecimento da legislação e das políticas dos sectores das pescas e ambiente, pelo que há necessidade de melhorar as estratégias de informação, divulgação e sensibilização.

9- Necessidade de alargar o estudo dos saberes endógenos e a integração desses conhecimentos nos processos de planificação.

10- A nível dos sítios existem vários comités de seguimento criados no âmbito de programas e planos de diferentes áreas.

11- Os recursos humanos qualificados são escassos nos sítios

12. RECOMENDAÇÕES

1. Criar condições para as instituições (instituições de ensino Superior, INDP, INIDA INMG, DGP, DGA) implementarem programas de pesquisa sobre o comportamento dos parâmetros climáticos para melhor conhecimento dos impactos das mudanças climáticas em Cabo Verde, visando implementação de medidas de adaptação e mitigação.
2. Melhorar a estratégia de comunicação e divulgação entre as instituições bem como para a população em geral.
3. Hominizar as políticas dos sectores da pesca e do ambiente com os de ensino de forma a motivar a formação académica nestes domínios.
4. Recomendar ao INDP para incorporar no seu plano de actividade a realização de estudos de saber endógenas a nível nacional.
5. Melhorar os mecanismos de coordenação entre os comités locais para aproveitar as sinergias e trabalhar de forma integrada.
6. Adequar os comités existentes de forma a representarem os diferentes planos nacionais.
7. Reforçar a educação ambiental a diferentes níveis.
8. Maior articulação com a mídia de forma a motivar este a divulgar mais as questões ambientais.
9. Introduzir no sistema de planificação a Avaliação Ambiental Estratégica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS

Bettencourt, H. 1982. O Sector das Pescas em Cabo Verde, relatório interno

Bravo de Laguna, 1985. Plataformas insulares e ZEE da Republica de Cabo Verde, FAO.

Carvalho, Edelmira, 2000. Perfil das Pescas em Cabo Verde.

Décreto-lei nº2 /2007. Acordo de Parceria no domínio das pescas entre Cabo Verde e a Comunidade europeia. Buletim Oficial nº 12 I série – 26 março 2007.

DECRP I, 2005. Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza - I 2005-2008. Direcção Geral do Planeamento. Ministério das Finanças e Administração Publica, Março de 2005.

DECRP II, 2008. Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza - II 2008-2011. Direcção Geral do Planeamento. Ministério das Finanças e Administração Publica, Março de 2008.

Delgado, A., 2005. Caracterização dos sistemas coralinos de São Vicente. Relatório de Estagio de fim de curso de bacharelato, INDP/ISECMAR.

DGA, 2004. Livro Branco do Estado do Ambiente 2004. Direcção Geral do Ambiente. Ministério do Ambiente, Agricultura e Pesca, 2004.

DGA, 2009. Quarto Relatório do Estado de Biodiversidade em Cabo Verde 2009. Direcção Geral do Ambiente. Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos. Novembro de 2009.

DGP, 2005. Legislação Pesqueira 2005. Vol I. Direcção Geral das Pescas. Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos, 2005.

Fernandes M. J., Lázaro C., Santos A. M. P. e Oliveira P. 2004. Oceanographic characterization of the Cape Verde region using multisensor data. Proceedings of the 2004 ENVISAT& ERS Symposium, SP-572, 2004.

Gonzalez, J.A. & . Tariche (editores), 2009. Um olhar sobre a biodiversidade marinha e bases para a sua gestão sustentável. Potenciais recursos pesqueiros de profundidade de Cabo Verde/ una mirada sobre la biodiversidad marina y bases para su gestión sostenible. Recursos pesqueros potenciales de profundidad de Cabo Verde. Presidencia del Gobierno de Canarias/Fundación Universitaria de Las Palmas. Las De Gran Canarias: 176 pp.

INDP 2008. Boletim de Estatísticas da Pesca de Cabo Verde (2005-2008). Divisão de Estatísticas. Direcção de investigação Haliêutica. Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pesca.

INDP, 2000. Estudo do sector das Pescas na ilha de São Vicente. Diagnostico de fichas de Projectos para as comunidades, Novembro 1999 a Abril de 2000.

INDP, 2001. Estudo do Impacto Socio-económico dos Projectos de Pesca Artesanal em Cabo Verde.

INDP, 2005. Recenseamento geral da frota de pesca. Divisão de Estatísticas. Direcção de investigação Haliêutica. Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pesca, 2008. Versão digital.

INDP, 2008. Resumo da Avaliação dos recursos haliêuticos de Cabo Verde 1976-2008. Direcção de investigação Haliêutica. Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pesca, Mindelo.

INDP, 2008: O defeso da cavala preta, causas, impactos e alternativas. Apresentado para debate público, a 3 de Novembro de 2008, no âmbito da Semana do Mar e das Pescas, por ocasião da VIII Sessão Ordinária do Conselho Científico do INDP, Mindelo.

IPCC, 2007: Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, 2007. Relatório do IPCC/ONU. Novos Cenário Climáticos. Versão em Português: Iniciativa ECOlatina. Conferência Latino-America sobre Meio Ambiente e Responsabilidade Social.

Laborel, J., 1974: West African Reef Corals an Hypothesis on their Origin; Proceedings of the Second Intern. CRs Symp1:425-443; Great Barrier Committee, Brisbane.

Lopes, J. A., Almada, E. & Lopes, M.L, 2006. Evaluation de la Contribution Socio-économique de la pêche au PIB et au Développement Rural du Cap Vert.

Lopes, José e Almada, Edério, 1998. Biodiversidade Marinha em Cabo Verde.

Marques V., Peliz A., Lopes P., Moniz E., Morais A., Rosa T. L. & Almada E. (Eds.) (1997). Campanha de Oceanografia e Avaliação de Pequenos Pelágicos na ZEE de Cabo Verde – NI “Capricornio”. Relatório Científico e Técnico. Instituto de Investigação das Pescas e do Mar, Série Cooperação nº4, Lisboa. 99 pp.

Merino, S. & Benchimol, C., 2005: Fisheries and Biodiversity in West Africa, the Case of the Cape Verde Islands. Programa Regional de Gestão Marinha E Costeira em Africa Ocidental - PRCM, Simpósio, Bruxelas.

Merino, S., 2008: Sistemas ecológicos marinhos costeiros na baía de Salamansa: Situação de referencia. Mindelo, 17 pp.

Moses, C.F; Swart, P. K.; Dodge, R. E. and Merino, Sónia ELSy, 2003. Pavements of *Siderastrea radians* on Cape Verde reefs. Coral reefs, 22:506. Reef sites, on line.

NAPA, 2007: Programa de Acção Nacional de Adaptação às mudanças Climáticas. Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica. Convenção Quadro sobre as Mudanças Climáticas. Ministério do Ambiente e Agricultura. Cabo Verde, Novembro de 2007. 94p.

National Adaptation Programme of Action. Avaliação da Vulnerabilidade e Adaptação do Sector de Turismo e Zonas Costeiras. Praia, Junho 2007.

NCSA, 2006. Perfil Temático na área da Conservação da Diversidade Biológica em Cabo Verde 2006. Auto-avaliação das capacidades Nacional para gestão global do ambiente. Direcção Geral do Ambiente. Ministério do Ambiente, Agricultura e Pesca, 2006.

NCSA, 2006. Perfil Temático na área das Mudanças Climáticas em Cabo Verde 2006. Auto-avaliação das capacidades Nacional para gestão global do ambiente. Direcção Geral do Ambiente. Ministério do Ambiente, Agricultura e Pesca, 2006.

NCSA, 2007. Estratégia e Plano de Acção Nacional para o Desenvolvimento das Capacidades na Gestão Ambiental Global em Cabo Verde 2007. Auto-avaliação das capacidades Nacional para gestão global do ambiente. Direcção Geral do Ambiente. Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos, 2007.

PANA II, 2004-2014: Plano de Acção Nacional para o Ambiente II 2004-2014. Direcção Geral do Ambiente. Ministério do Ambiente, Agricultura e Pesca. Fevereiro de 2004.

Peixoto, Tiago M. A. Abreu, 2007: Caracterização das Comunidades Subtidais de Macroinvertebrados Bentónicos da ilha de São Vicente, Cabo Verde. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ecologia Marinha. Departamento de biologia Animal. Faculdade de Ciências. Universidade de Lisboa/ INDP.

Pereira, José Autilio Gomes, 2000. Recenseamento do Sistema de Crédito Informal e Formal existente no sector de Pesca Artesanal em Cabo Verde e suas caracterizações.

PGRP, 2003: Plano de Gestão dos Recursos da Pesca 2004-2014. Gabinete de Estudos e Planeamento. Ministério do Ambiente, Agricultura e Pesca. Setembro de 2003.

Plan d'Aménagement des Ressources de la Pêche, 2003. Cabinet d'Etudes et Planification Ministère de l'Environnement, Agriculture et Pêches Septembre 2003.

PNUD, 2007. Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008. Combater as alterações climáticas. Solidariedade humana num mundo dividido. Publicado para o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD). A tradução e publicação com apoio IPAD.

QUIBB-CV, 2007: Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar 2007. Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde. Praia, 16 de Junho 2008. 57p.

Reiner, F. 2005. Peixes do arquipélago de Cabo Verde. Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas. Mindelo, Cabo Verde. 2005.

RGPH, 2010: Recenseamento Geral da População e Habitação 2010. Gabinete do Censo. Instituto Nacional de Estatística. Cabo Verde. Praia, 30 de Março de 2011.

SEPA, 1999. Comunicação Nacional Das Mudanças Climáticas em Cabo Verde. Secretariado Executivo Para o Ambiente. Ministério de Agricultura Alimentação e Ambiente. Projecto CVI/97/G33-PNUD, Praia, 1999.

SEPA. Fórum de Validação da Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre Mudanças Climáticas. Secretariado Executivo para o Ambiente. Ministério de Agricultura Alimentação e Ambiente, Praia.

Stramma L. and Schott F. (1998). The mean flow field of the Tropical Atlantic Ocean. Deep-Sea Research, part II, 25 pp.

Stramma L., Brant P., Schafstall J., Schott F., Fisher J. & Kortzinger A. (2008). Oxygen Minimum Zone in the North Atlantic south and east of the Cape Verde Islands. Journal of Geophysical Research. 15 pp.

UNDP, 2010. Integração das Mudanças Climáticas em Cabo Verde. Avaliação de Riscos e Oportunidades Climáticas. Projecto: 'Integração dos Riscos e Oportunidades das Mudanças Climáticas nos Processos de Desenvolvimento Nacional e na Programação Nacional das Nações Unidas' (Projecto do UNDP). Fundo para o Ambiente Global (GEF). Unidade do Ambiente, Energia prevenção de Desastres Naturais, Cabo Verde.

Xunta de Galicia, 1998. Código de conduta para a pesca responsable, FAO. departamento de pesca. Conselleía de pesca, marisqueo e aquicultura. Dirección Xeral de formacion pesqueira e investigacion. Plana S.L – 1998.

Zenk W., Klein B. & Schroder M. (1991). Cape Verde Frontal Zone. Deep-Sea Research, part a-Oceanographic Research Papers, 38:505.530.

WEBGRAFIA

www.undp.org/climatechange/integrating_cc_risks.shtml

www.terrasystemics.com/CVclima/

www.adaptationlearning.net

www.indp.com

www.sia.cv

www.ine.cv

<http://www.incv.gov.cv>

<http://www.governo.cv>

<http://www.ingrh.cv>

ANEXOS

A – Guião de Entrevista

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS PESCAS

PROJECTO – APPECCAO

ANÁLISE DAS PRATICAS E SABERES LOCAIS FACE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

GUIÃO DE ENTREVISTA

1. Ter percepção que o clima esta a mudar?
2. Citar as origens das mudanças climáticas ocorridas na comunidade
3. Citar qual o maior risco que a comunidade pode sofrer com as alterações climáticas?
4. Citar possíveis soluções de prevenção e/ou de adaptação.
5. Fazer uma comparação do aspecto actual da comunidade com 10 anos anteriores
6. Descrever a actividade de pesca a 10 anos atrás e actualmente
7. A distância que percorre actualmente para alcançar os cardumes sofreu alguma alteração relativamente a anos atrás
8. Houve desaparecimento de alguma espécie que antigamente capturava?
9. Caso de diminuição/causa e consequência da diminuição da produtividade segundo a opinião dos pescadores.
10. Tem mudado alguma prática na actividade pesca devido a alterações climáticas
11. Ter percepção de problemas ambientais
12. Citar as práticas tradicionais que combate problemas ambientes
13. Houve mudança na qualidade de vida devido alterações climáticas

B – Questionário Práticas de Pesca

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS PESCAS

Projecto APPECCAO – Analise das práticas e politicas de pescas, e saberes locais dos actores sobre as mudanças climáticas

Questionário

Nº DO QUESTIONÁRIO _____

Nome do Inquiridor: _____

Data: ____ / ____ / 2009

Localidade _____

INTRODUÇÃO

Estamos a desenvolver uma pesquisa sobre a análise das práticas e politicas de pesca dessa comunidade piscatória. Objectivamos recolher e no processo valorizar o conhecimento das práticas e politicas de pesca das comunidades. A sua participação neste inquérito é voluntária, mas de extrema importância. Suas respostas ajudar-nos-ão a analisar e a perceber as praticas e politicas de pesca na nossa comunidade. Esperamos que aceite participar neste inquérito pois, a sua opinião como a de outros pescadores que também vamos entrevistar é extremamente importante.

I – ASPECTOS DA PESCA PRATICADA

1. Que tipo pescaria pratica?

2. Disse que faz a pescaria (mencionar a pescaria), poderia nos explicar como é feito essa pescaria?

3. Qual tipo de embarcação que utiliza?

1. Bote c/motor interno____ 2.Bote c/motor externo____ 3. Outra
qual _____

4. Quais os grupos de espécies que Sr. mais captura?

- 1.grandes pelágicos _____ 2.pequenos pelágicos _____
3.demersais _____ 4.mariscos e moluscos _____
5. Outro. Qual _____
5. Onde costuma ir pescar?

6. Tem muitos peixes neste local?
1.sim 2.não
7. Como é que o Sr. consegue localizar os peixes no local pesca?

8. Qual o período do ano é tem mais capturas?

9. Porque nessa época tem mais capturas?

10. Quanto tempo em média dura a pescaria ou faina?

11. Qual sua opinião sobre as infra-estruturas existente na comunidade?

12. Como faz o escoamento do seu produto?

13. Quando tem excedente o que costuma fazer?

14. Como é feito o processo de conservação de pescado?

II – ASPECTOS SOCIO-ECONOMICAS E CULTURAIS

15. Porque escolheu a actividade de pesca?

16. Há quanto anos exerce a actividade pesca?

17. Existe outros familiares seus envolvidos na actividade da pesca?

1.sim 2.não

18. Se sim, quem _____

19. O rendimento que advém da sua actividade pesqueira tem sido suficiente para o sustento da família?

1.sim 2.não

20. Qual seu rendimento mensal?

- 1.inferior a 20.000\$00
- 2.entre 20.000\$00 a 30.000\$00
- 2.entre 30.000\$00 a 40.000\$00
- 4.entre 40.000\$00 a 50.000\$00
- 5.superior a 50.000\$00

21. Para além da pesca exerce outra actividade geradora de rendimento?

1.sim 2.não

22. Se, sim qual actividade _____

23. Porque desenvolves uma outra actividade?

24. Em caso houver um catástrofe na pesca, qual seria a sua alternativa?

III – ASPECTOS MÍSTICOS E RITUAIS ASSOCIADOS AS PRATICAS DE PESCA

25. Preocupa-se em saber o estado do tempo antes de partir para a pesca?

1.sim 2.não

26. Se sim, que meios utiliza para obter essa informação?

1. Rádio

2. Televisão

3. Experiências pessoais ou tradicionais

4. Outra. Qual _____

27. Disse que utiliza experiências pessoais ou tradicionais, poderíamos nos explicar como faz?

28. Que métodos de previsão do tempo ou do estado das marés conhece?

29. Existe alguma reza ou ritual que o Sr. faz antes sair para pesca?

1. sim

2. não

30. Se sim, qual _____

31. Tem alguma espécie de peixe ou mesmo ave, que simboliza boa sorte ou má sorte na pescaria?

1. sim

2. não

32. Se sim. Qual _____

33. E quanto houver uma boa pescaria, existe alguma reza ou ritual de agradecimento?

1. sim

2. não

34. Se sim. Qual _____

IV – ASPECTOS DAS POLITICAS DE PESCA

35. Tem conhecimento da existência do Plano de Gestão das Pescas?

1. sim

2. não

36. Se sim, como tomou conhecimento?

1. Comunicação social

2. Conversa entre amigos/colegas

3. Através da associação dos pescadores

4. Outra. Qual _____

37. Quais as medidas de gestão que tem conhecimento?

Medidas de gestão	Conhece?	Concorda	Explique por quê?
Época de defeso da lagosta costeira	sim [] não []		
Época de defeso da lagosta de profundidade	sim [] não []		
Proibição de captura de lagosta ovadas	sim [] não []		
Proibição da captura de lagosta pequena	sim [] não []		
Proibição de comercialização de juvenis	sim [] não []		
Proibição de captura de tartarugas	sim [] não []		
Proibição de captura de baleias ou golfinhos	sim [] não []		
Proibição de uso de garrafas	sim [] não []		
Proibição de utilização de dragas	sim [] não []		
Época de defeso e tamanho mínimo da cavala	sim [] não []		
Proibição apanha de aves marinha (cagarra)	sim [] não []		
Reserva de 3 milhas interiores pesca artesanal	sim [] não []		

V – ASPECTOS IDENTIFICAÇÃO

38. Diga-me por favor, sua faixa etária?

1. 16 – 26 Anos
2. 27 – 37 Anos
3. 38 – 48 Anos
4. 49 – 59 Anos
5. Mais 60 Anos

39. Qual é sua profissão?

40. Local de residência

41. Qual é o seu estado civil?

- | | |
|----------------|---------------|
| 1. solteiro | 2. casado |
| 3. união facto | 4. divorciado |
| 5. separado | 6. viúvo |

42. Qual é o nível de ensino que você completou?

- | | |
|------------------|----------------------|
| 1. Nenhum | 2. Pré escolar |
| 3. Alfabetização | 4. EBI |
| 5. Secundário | 6. outro. qual _____ |

43. Quantos filhos têm?

44. Qual é a dimensão do seu agregado familiar?
- 1. Menos de 3 pessoas 2. Entre 4 e 6 pessoas
 - 3. Entre 7 e 9 pessoas 4. Mais de 9 pessoas

AGRADECER E TERMINAR

C – Álbum de fotos



CLDP – Palmeira, Ilha do Sal



CLDP – São Pedro, Ilha de São Vicente



CLDP – Rincão, Ilha de Santiago



Aplicação de inquérito em Rincão



Restituição dos Estudos no INDP